



PAC
RADIOGRAFIA
DOS RESULTADOS
2007 A 2015

CBIC



PAC RADIOGRAFIA DOS RESULTADOS 2007 A 2015

correalização



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria

realização



PAC

RADIOGRAFIA DOS RESULTADOS

2007 A 2015

Brasília-DF, junho de 2016

José Carlos Martins

Presidente da CBIC

Carlos Eduardo Lima Jorge Presidente da Comissão de Obras Públicas da CBIC

Coordenação técnica

Denise Soares Gestora dos Projetos de Infraestrutura da CBIC

Colaboração

Geórgia Grace Coordenadora de Projetos CBIC

Doca de Oliveira Coordenadora da Comunicação CBIC

Ana Rita de Holanda Assessora de Comunicação CBIC

Sandra Bezerra Assessora de Comunicação CBIC

Conteúdo

ONG Contas Abertas

Gil Castello Branco

Colaboração

Carlos Blener Analista de Sistemas

Dyelle Menezes Jornalista

Assessoria Técnica

Yann Oliveira

Caio Lakiss

Fotos

Guilherme Kardel

Banco de Imagem

Concepção visual e diagramação

Gadioli Branding e Comunicação

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC

SQN - Quadra 01 - Bloco E - Edifício Central Park - 13º Andar

CEP 70711-903 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3327-1013 - www.cbic.org.br

Todos os direitos reservados 2016. ©

PAC RADIOGRAFIA DOS RESULTADOS 2007 A 2015

correalização



realização





Gil Castello Branco

ONG Contas Abertas

SOBRE O AUTOR

Economista, natural do Rio de Janeiro, Gil Castello Branco foi o fundador e atualmente é o secretário-geral da Associação Contas Abertas, entidade da sociedade civil que acompanha a execução orçamentária da União, fomentando a transparência, o acesso à informação e o controle social.

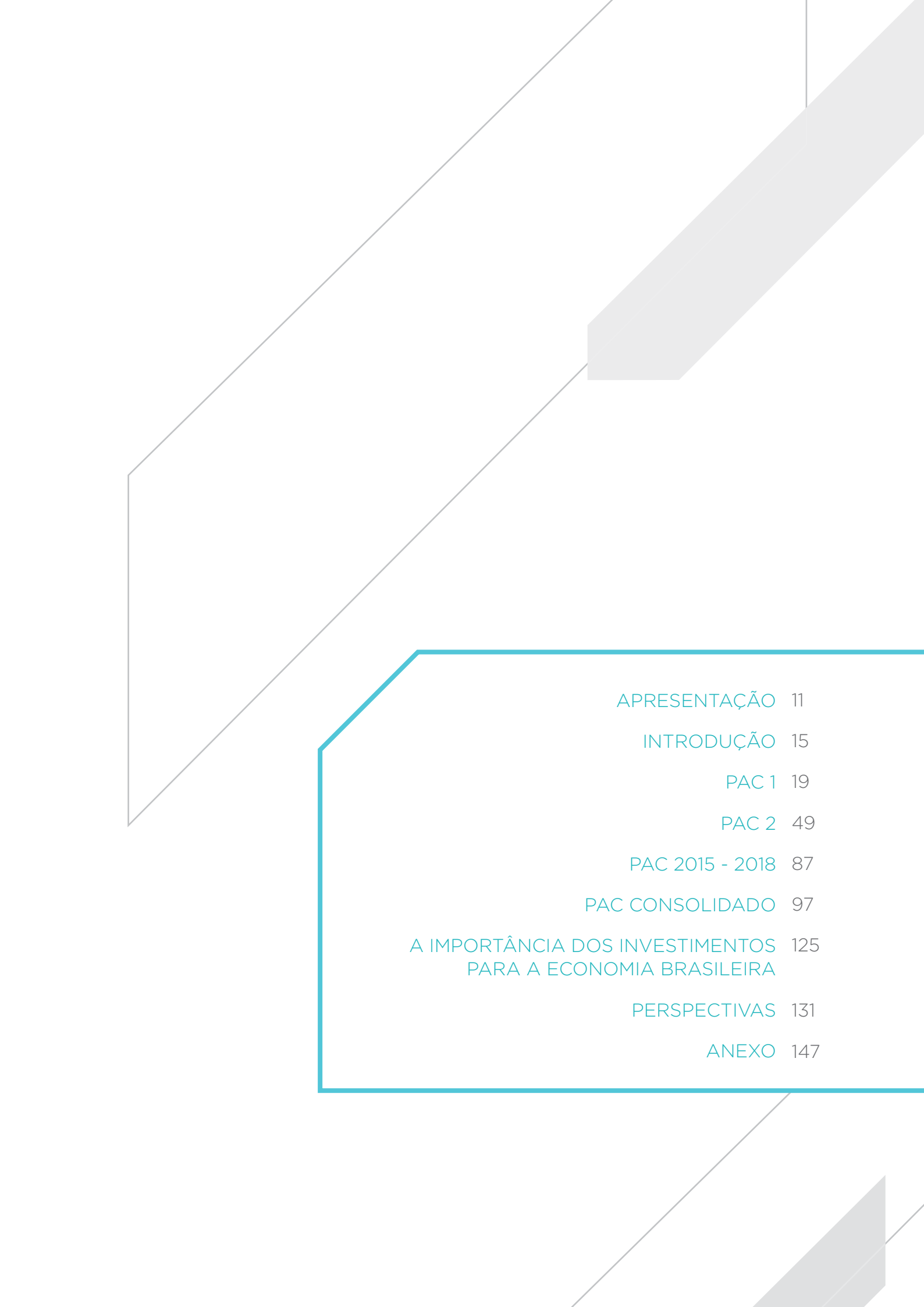
O economista Gil Castello Branco, realiza frequentemente palestras em workshops para empresários, universidades e cursos para jornalistas em diversas entidades acadêmicas e nos principais veículos brasileiros de comunicação (O Estado de S. Paulo, TV Globo, Folha de S. Paulo, Fundação Getúlio Vargas, USP, UnB e O Globo, entre outros). Foi professor visitante da UNICAMP e colunista mensal do jornal O Estado de S. Paulo. Há mais de três anos escreve mensalmente artigos para o jornal O Globo.

O economista é membro da Comissão Especial de Controle Social dos Gastos Públicos, da Ordem dos Advogados do Brasil. Ocupou diversas funções públicas na administração federal, nos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, dos Transportes, Esporte e das Comunicações.



SUMÁRIO





| | |
|---|-----|
| APRESENTAÇÃO | 11 |
| INTRODUÇÃO | 15 |
| PAC 1 | 19 |
| PAC 2 | 49 |
| PAC 2015 - 2018 | 87 |
| PAC CONSOLIDADO | 97 |
| A IMPORTÂNCIA DOS INVESTIMENTOS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA | 125 |
| PERSPECTIVAS | 131 |
| ANEXO | 147 |





APRESENTAÇÃO



José Carlos Rodrigues Martins

Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção



Carlos Eduardo Lima Jorge

Presidente da Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões da CBIC

CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE

O Brasil vive um dos períodos mais desafiadores de sua história, em que as soluções para a recuperação da economia e abertura de um novo ciclo de desenvolvimento são buscadas por todos os setores organizados da sociedade. Nós, da construção civil, estamos convencidos de que a retomada dos investimentos é um dos vetores mais eficazes nesse esforço, com grande potencial de geração de empregos e renda essenciais para reanimar a economia.

Coerente com sua atuação, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) tem pautado um amplo debate sobre a necessária retomada do investimento e apontado aspectos de grande relevância para o caminho que o país precisa trilhar na direção do resgate da estabilidade econômica e do crescimento. Mais que cobrar investimento, decidimos preparar e oferecer à sociedade informação qualificada sobre o que tem sido feito no Brasil no último período, com uma análise qualitativa e quantitativa do desempenho do mais importante programa de investimentos do governo federal, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em parceria com o Senai Nacional e com a Associação Contas Abertas, produzimos a mais profunda e ampla radiografia conhecida do PAC desde sua implantação, em 2007.

Os resultados desse estudo demonstram que os principais investimentos do PAC provêm de recursos da União e das Empresas Estatais. No caso da União, os seguidos déficits orçamentários obrigaram a uma redução de mais de 50% nos valores destinados ao programa nos últimos anos. E em relação às estatais, 53% dos valores computados no PAC estiveram relacionados às atividades da Petrobrás até 2015. Também fica claro quais eixos registraram melhor desempenho e onde houve menos avanço.

A radiografia aqui exposta corrobora a percepção da construção civil, segundo a qual a retomada dos investimentos deve ter na infraestrutura seu principal vetor, com a prioridade que merece, e um novo modelo. Um modelo calcado na livre concorrência e na transparência, em que a iniciativa privada seja chamada a fazer o que sabe melhor: executar obras e serviços com qualidade e rapidez. Um modelo que amplie o uso e o acesso às modalidades de concessões e parcerias público-privadas (PPPs), trazendo mais empresas para atender a segmentos em que o poder público pouco tem produzido, como o saneamento básico.

Esse estudo é uma contribuição da construção civil ao necessário debate do Brasil que vamos construir para o futuro, com uma radiografia do que devemos corrigir no presente.

Boa leitura!





INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Ao lançar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em janeiro de 2007, o governo federal assumiu o compromisso de fazer o Brasil crescer de forma acelerada e sustentada. À época, após o primeiro mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na visão do governo os principais desafios do país eram estabilizar a economia e implementar um modelo de desenvolvimento eficiente. O objetivo era combinar o crescimento com a distribuição de renda.

Ao longo da história, o Brasil teve diversos planos de investimentos como o “Plano de Metas - 50 anos em 5”, do presidente Juscelino Kubitschek, o Brasil em Ação (1996/1999) e o Avança Brasil (2000/2003), dentre outros. Dessa forma, o PAC foi criado como mais uma iniciativa para traçar um planejamento estratégico em infraestrutura, retomando investimentos em setores estruturantes, aumentar o emprego e a renda e incentivar aplicações do setor público e privado.

Para viabilizar a dimensão que pretendia com o PAC, o governo federal articulou parcerias com estados, municípios e com a iniciativa privada. O programa também abrange investimentos estatais, financiamentos ao setor público, dispêndios da iniciativa privada e os financiamentos habitacionais que cresceram substancialmente ao longo da implementação.

É importante resgatar definição sintética do PAC como conjunto de iniciativas tendentes a: incrementar o investimento em infraestrutura; desonerar e aperfeiçoar o sistema tributário; estimular o crédito e o financiamento; melhorar o ambiente de investimentos e adotar medidas fiscais de longo prazo.

De 2007 para cá, o programa se consolidou como uma das maiores iniciativas do governo federal. Entre 2007 e 2010 foi executada a primeira fase do programa com aplicações gerais da ordem de R\$ 619 bilhões até 31 de dezembro de 2010.

Já a segunda etapa do programa aconteceu entre 2011 e 2014, quando as ações do PAC somaram R\$ 1,066 trilhão até 31 de dezembro de 2014. Em 2015, o programa continuou a ser executado, apesar de o governo federal ainda não ter anunciado formalmente nova cartela de investimentos, isto é, caracterizando o que seria a terceira etapa.

Apesar das aplicações e empreendimentos do PAC terem crescido ao longo dos anos, o programa enfrentou dificuldades comuns aos investimentos da União. Os problemas aconteceram mesmo com diversas medidas institucionais implementadas para que o programa deslanchasse, como incentivos, isenções fiscais e a adoção do Regime Diferenciado de Contratações (RDC).


Cabe ressaltar a importância dos investimentos aglutinados pelo PAC para a economia brasileira. As aplicações impactaram a infraestrutura, a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida da população de menor renda. Houve efeito direto no aumento da oferta de empregos e salários, enquanto a economia brasileira crescia. No entanto, quando as dificuldades econômicas surgiram, o PAC foi utilizado como instrumento do ajuste fiscal, o que prejudicou a sua execução.

OBJETIVO

O intuito deste estudo é analisar o histórico do Programa de Aceleração do Crescimento na fase 1, de 2007 a 2010, na fase 2, de 2011 a 2014, assim como a situação recente do programa em 2015, além das perspectivas a partir de 2016.

A análise abrangerá metas físicas e financeiras, com o objetivo de traçar comparação entre o que foi previsto e os resultados efetivamente alcançados em aplicações gerais e ações concluídas com diversos detalhamentos.





PAC 1 - PRIMEIRA
ETAPA DO PROGRAMA
DE ACELERAÇÃO DO
CRESCIMENTO

1. PRIMEIRA ETAPA DO PAC

O PAC 1, quando do seu lançamento em fevereiro de 2007, abrangia aplicações R\$ 503,9 bilhões em quatro anos (2007-2010), sendo R\$ 67,8 bilhões do orçamento do governo central (parcela que é possível monitorar no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI) e R\$ 436,1 bilhões provenientes das empresas estatais federais e do setor privado. O conjunto de aplicações estava estruturado da seguinte forma:

· LOGÍSTICA

R\$ 58,3 bilhões: Rodovias (R\$ 33,4 bilhões), Ferrovias (R\$ 7,9 bilhões), Portos (R\$ 2,7 bilhões), Aeroportos (R\$ 3,0 bilhões), Hidrovias (R\$ 0,7 bilhões) e Marinha Mercadante (R\$ 10,6 bilhões)

· ENERGIA

R\$ 274,8 bilhões: Geração de Energia Elétrica (R\$ 65,9 bilhões), Transmissão de Energia Elétrica (R\$ 12,5 bilhões), Petróleo e Gás Natural (R\$ 179,0 bilhões) e Combustíveis Renováveis (R\$ 17,4 bilhões)

· SOCIAL E URBANA

R\$ 170,8 bilhões: Saneamento (R\$ 40,0 bilhões), Habitação (R\$ 106,3 bilhões), Transporte Urbano (R\$ 3,1 bilhões), Luz para Todos (R\$ 8,7 bilhões) e Recursos Hídricos (R\$ 12,7 bilhões).

Ao longo do período 2007/2010, o PAC 1 também se transformou em importante instrumento político. Como consequência, o programa cresceu em ações e valores. O montante global previsto foi elevado para R\$ 657,4 bilhões.

No último balanço divulgado do PAC 1, que consolidou os números da primeira fase do programa até 31 de outubro de 2010, o governo federal anunciou que até o fim daquele exercício iria aplicar R\$ 619,0 bilhões. Convém ressaltar que não foram divulgados dados totalizando o programa até dezembro de 2010.

1.1 POR EIXO E SUBEIXO

Com a reavaliação da projeção de investimentos, os valores finais aplicados nos eixos do programa foram diferentes dos inicialmente divulgados. O eixo de Infraestrutura Logística recebeu R\$ 65,4 bilhões em investimentos, sendo os recursos distribuídos em rodovias (R\$ 43,0 bilhões), ferrovias (R\$ 3,4 bilhões), portos (R\$ 0,8 bilhões), aeroportos (R\$ 0,3 bilhões), hidrovias (R\$ 1,0 bilhões) e Marinha Mercadante (R\$ 17,0 bilhões).

Assim, conforme dados oficiais do governo, algumas iniciativas receberam investimentos superiores aos previstos inicialmente. É o caso das rodovias que receberam 29% a mais em recursos. As iniciativas em hidrovias somaram 43% a mais em investimentos. Já a verba desembolsada pelo programa para a Marinha Mercante ultrapassou em 60% a previsão inicial.

Cabe ressaltar que no valor executado atribuído às rodovias está incluído o montante de R\$ 19,0 bilhões referente aos contratos de concessão. No entanto, segundo a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), o montante de fato investido pelas concessionárias nas rodovias concedidas foi de R\$ 2,2 bilhões. De acordo com análise do Tribunal de Contas da União, o critério adotado pelo Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento (Gepac) acarretou superestimação de R\$ 16,8 bilhões, valores que não representam investimentos na infraestrutura rodoviária.

Eixo Logística - em R\$ bilhões

| Tipo de investimento | Previsão inicial | Executado | % |
|----------------------|------------------|-----------|------|
| Rodovias | 33,4 | 43,0 | 129% |
| Ferrovias | 7,9 | 3,4 | 43% |
| Portos | 2,7 | 0,8 | 30% |
| Aeroportos | 3,0 | 0,3 | 10% |
| Hidrovias | 0,7 | 1,0 | 143% |
| Marinha Mercadante | 10,6 | 17,0 | 160% |
| Eixo Logística | 58,3 | 65,4 | 112% |

Eixo Energia - em R\$ bilhões

| Tipo de investimento | Previsão inicial | Executado | % |
|---------------------------------|------------------|-----------|-----|
| Geração de Energia Elétrica | 65,9 | 26,4 | 40% |
| Transmissão de Energia Elétrica | 12,5 | 7,0 | 56% |
| Petróleo e Gás Natural | 179,0 | 105,0 | 59% |
| Combustíveis Renováveis | 17,4 | 10,1 | 58% |
| Geologia e Mineração | - | 0,0 | 0% |
| Eixo Energia | 274,8 | 148,5 | 54% |

Problema semelhante foi detectado pela Corte de Contas nos financiamentos concedidos com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM). O montante divulgado como executado foi de R\$ 17,0 bilhões. Entretanto, esse valor representou a totalização dos valores contratuais, ao passo que as liberações de recursos, registradas no Siafi, no mesmo período, foram de R\$ 7,3 bilhões. Para se obter o montante investido no setor, além desse valor, há de se considerar a contrapartida exigida para se obter o financiamento, estimada em 20%.

Assim, o montante final seria de R\$ 8,8 bilhões, com diferença para menos de R\$ 8,2 bilhões. Nesse novo cenário, a execução financeira percentual do FMM em relação ao valor inicialmente projetado cairia para cerca de 83%. Registre-se, por fim, que existiam 242 projetos do PAC financiados com recursos do FMM.

Outros subeixos ficaram aquém do esperado. É o caso dos empreendimentos em ferrovias, que receberam 57% a menos em investimentos do que era previsto inicialmente. A redução também aconteceu nas iniciativas em portos (70% a menos) e aeroportos (90% a menos).

Tendo em vista as considerações do Tribunal de Contas da União na análise por setor do PAC, no eixo Infraestrutura Logística apenas o setor hidroviário teria obtido execução superior a 100% em 2010, quando comparado com o inicialmente previsto para o PAC em 2007.

No eixo de energia foram aplicados R\$ 148,5 bilhões. O eixo de energia compreende ações nos setores de energia elétrica, petróleo e gás natural, geologia e mineração e combustíveis renováveis. As ações de energia são direcionadas à geração, à transmissão e a estudos de viabilidade econômica e de inventário de bacias hidrográficas.

Os recursos aplicados foram divididos entre Geração de Energia Elétrica (R\$ 26,4 bilhões), Transmissão de Energia Elétrica (R\$ 7,0 bilhões), Petróleo e Gás Natural (R\$ 105,0 bilhões), Combustíveis Renováveis (R\$ 10,1 bilhões) e Geologia e Mineração (R\$ 0,003 bilhões).

Assim, nesse eixo, quando comparados os valores desembolsados até 2010 com o inicialmente previsto em 2007, a execução percentual atingiu 54%. Entre os subeixos, a execução do segmento “petróleo

e gás natural” foi a mais elevada, tendo atingido 59%, o que equivale a dispêndio de R\$ 105 bilhões.

As execuções relativas à “transmissão de energia elétrica” e “combustíveis renováveis” foram de 56% e 58%, respectivamente, com montantes financeiros de R\$ 7,0 e R\$ 10,1 bilhões. As ações de “geração de energia elétrica” obtiveram execução percentual de 40%, o que representa investimentos de R\$ 26,4 bilhões.

O eixo de infraestrutura Social e Urbana recebeu o total de R\$ 230,0 bilhões na primeira fase do PAC. O montante representa aumento de 35% em relação ao previsto em 2007. Os subeixos desse segmento são Saneamento (R\$ 1,5 bilhão), Habitação (R\$ 217,2 bilhões), Transporte Urbano (R\$ 2,7 bilhões), Luz para Todos (R\$ 6,6 bilhões) e Recursos Hídricos (R\$ 2,0 bilhões).

No eixo social e urbano, o programa “Luz para Todos” alcançou o percentual de 76% de execução, com investimentos de R\$ 6,6 bilhões, e as ações concernentes a metrô atingiram a execução de R\$ 2,7 bilhões, representando 87% do montante financeiro inicialmente previsto.

No setor de “recursos hídricos” a aplicação foi de R\$ 2,0 bilhões, representando 16% do total. Em “saneamento”, as ações concluídas representam apenas 4% do inicialmente previsto, ao passo que, no segmento de “habitação de interesse social”, o resultado foi de 204%.

1.2 POR FONTES DE RECURSOS

Os recursos aplicados por meio do PAC foram distribuídos da seguinte forma: R\$ 216,9 bilhões para financiamentos à pessoa física, R\$ 202,2 bilhões em investimentos das empresas estatais, R\$ 128 bilhões em investimentos do setor privado, R\$ 55 bilhões desembolsados pelo Orçamento Geral da União, R\$ 9,3 bilhões em contrapartida de Estados e Municípios e R\$ 7 bilhões em financiamentos ao setor público.

Eixo Social e Urbano - em R\$ bilhões

| Tipo de investimento | Previsão inicial | Executado | % |
|----------------------|------------------|-----------|------|
| Saneamento | 40,0 | 1,5 | 4% |
| Habitação | 106,3 | 217,2 | 204% |
| Transporte Urbano | 3,1 | 2,7 | 87% |
| Luz para Todos | 8,7 | 6,6 | 76% |
| Recursos Hídricos | 12,7 | 2,0 | 16% |
| Eixo Social e Urbano | 170,8 | 230,0 | 135% |

Fonte de Recursos - em R\$ bilhões

| FONTE DE RECURSOS | VALOR |
|-------------------------------------|-------|
| ESTATAL | 202,8 |
| SETOR PRIVADO | 128,0 |
| FINANCIAMENTO AO SETOR PÚBLICO | 7,0 |
| FINANCIAMENTO À PESSOA FÍSICA | 216,9 |
| OGU FISCAL E SEGURIDADE | 55,0 |
| CONTRAPARTIDA DE ESTADOS E MUNICÍPI | 9,3 |
| TOTAL GLOBAL | 619,0 |

1.3 QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS

Ao todo, o PAC 1 contou com 14.420 empreendimentos. Ao final da primeira fase do programa, 2.509 iniciativas estavam concluídas, isto é, 17,4% do total. Além disso, 1.273 empreendimentos estavam em execução.

Dessa forma, a maior parcela das iniciativas ficou no papel. Isso porque 4.276 empreendimentos estavam em ação preparatória, 1.001 em contratação, 343 em licitação, 549 em licitação de obras. Outras 4.469 iniciativas estavam com o status “em obra”.

Do total de empreendimentos previstos (14.420), 59,7% ou 8.612 eram da área de saneamento, sendo que apenas 14,2% foram concluídos no período. A maioria das iniciativas da área, no entanto, estava com o status de “ação preparatória”: 3.227.

Outras 3.884 iniciativas estavam alocadas no tipo “Habitação - Urbanização e Produção Habitacional”. Do total, 374 estavam concluídas ao final de 2010. Outras 977 estavam “em obra”, 945 em “ação preparatória”, 916 em “execução”, 270 em “licitação”, 255 em “licitação de obra” e 147 em “contratação”.

Se forem analisadas as iniciativas divididas pelos três eixos de atuação do PAC 1, o eixo “Social e Urbano” alocou 12.576 empreendimentos do total, sendo que apenas 13,5% estavam prontos. O eixo de “Energia” somou 1.000 iniciativas, das quais 446 estavam concluídas ao final de 2010. Já o eixo “Logística” contemplou 664 iniciativas, sendo que 51,4% estavam concluídas no final da primeira etapa do programa.

Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
2007 a 2010

| ESTAGIO | Qtd. | % |
|-------------------------|---------------|---------------|
| CONCLUÍDO | 2.509 | 17,4% |
| EM OPERAÇÃO | - | 0,0% |
| EM EXECUÇÃO | 1.273 | 8,8% |
| EM OBRAS | 4.469 | 31,0% |
| AÇÃO PREPARATÓRIA | 4.276 | 29,7% |
| EM CONTRATAÇÃO | 1.001 | 6,9% |
| EM LICITAÇÃO DE OBRA | 549 | 3,8% |
| EM LICITAÇÃO DE PROJETO | 343 | 2,4% |
| Total Geral | 14.420 | 100,0% |

| "CONCLUÍDOS" | |
|--------------|-------|
| Qtd. | % |
| 2.509 | 17,4% |

| "EM EXECUÇÃO" | |
|---------------|-------|
| Qtd. | % |
| 5.742 | 39,8% |

| "NO PAPEL" | |
|------------|-------|
| Qtd. | % |
| 6.169 | 42,8% |

1.5 PAC ORÇAMENTÁRIO

A previsão de investimentos em ações do PAC com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, até 2010, era de R\$ 96,3 bilhões, considerando as atualizações de projeção. No entanto, a previsão original no lançamento do programa era aplicar R\$ 67,8 bilhões oriundos do OFSS.

A execução orçamentária acumulada no período 2007/2010, do ponto de vista do volume de recursos pagos, foi de R\$ 58,7 bilhões, representando cerca de 84,7% do total inicialmente previsto e 61% da dotação atualizada do programa.

De acordo com dados do Tribunal de Contas da União, à dotação efetivamente alocada nos orçamentos de 2007 a 2010, de R\$ 96,3 bilhões, devem ser acrescidos R\$ 3,8 bilhões oriundos de recursos de restos a pagar não processados anteriores a 2007, totalizando R\$ 100,0 bilhões.

As dotações orçamentárias do Orçamento Geral da União cresceram a cada ano em relação ao ano anterior. No período, o acréscimo foi de 95,3% (de R\$ 16,6 bilhões para R\$ 32,4 bilhões). Mesmo comportamento foi observado em relação à execução orçamentária, que aumentou 200,8% entre 2007 e 2010 (de R\$ 7,3 bilhões para R\$ 22,1 bilhões).

A execução dos restos a pagar pagos de exercícios anteriores teve sempre papel relevante no PAC. Mesmo no ano de seu lançamento, os restos a pagar responderam por liquidações de R\$ 2,8 bilhões. No exercício de 2008, essas liquidações dos restos a pagar pagos saltaram para R\$ 7,6 bilhões, sendo mais expressivas do que aquelas oriundas do orçamento do exercício, no valor de R\$ 3,8 bilhões.

Em 2009, os pagamentos com recursos do exercício e de restos a pagar praticamente se igualaram, com leve predominância das oriundas dos restos a pagar. Em 2010 a diferença entre recursos do ano e de restos a pagar voltou a ser significativa: R\$ 12,6 bilhões contra R\$ 9,4 bilhões do orçamento do exercício. Considerando a execução acumulada dos quatro exercícios, os restos a pagar responderam por 54,3% da execução da des-

PAC Orçamentário 2007/2010
R\$ bilhões correntes

| ANO | DOTAÇÃO AUTORIZADA | VALORES PAGOS | RP PAGOS | TOTAL PAGO |
|-------------------|-----------------------|------------------|----------|------------|
| 2007 | 16,6 | 4,5 | 2,8 | 7,3 |
| 2008 | 18,9 | 3,8 | 7,6 | 11,4 |
| 2009 | 28,5 | 8,8 | 9,1 | 17,9 |
| 2010 | 32,4 | 9,4 | 12,6 | 22,1 |
| TOTAL (2007/2010) | 96,3 | 26,6 | 32,1 | 58,7 |

Fonte: SIAFI

pesa, tendo atingido o montante de R\$ 32,1 bilhões. O montante supera em 20,4% a execução dos recursos do orçamento dos exercícios correntes.

A execução do PAC orçamentário concentrou-se nos Eixos Logística e Social e Urbana, fato este que decorre da própria forma de implementação de grande parte das ações compreendidas por esses dois eixos, diretamente pela União ou por meio de transferência de recursos a estados e municípios.

Assim, o Ministério dos Transportes foi o que mais desembolsou recursos por meio do PAC 1: R\$ 30,6 bilhões, sendo R\$ 15,6 bilhões de restos a pagar. Logo atrás estava o Ministério das Cidades com desembolso de R\$ 15,2 bilhões, dos quais R\$ 8,4 bilhões foram de restos a pagar. O Ministério da Integração Nacional utilizou R\$ 7 bilhões para as iniciativas do programa. Do total, R\$ 4,9 bilhões eram de restos a pagar pagos.

A empreiteira Delta Construções SA foi a empresa que mais recebeu recursos do PAC 1: R\$ 2 bilhões. A empresa foi seguida pela Construtora Queiroz Galvão SA, com R\$ 1,3 bilhão, e SPA Engenharia, Indústria e Comércio LTDA, com R\$ 1,2 bilhão.

1.6 PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, instituído pela Lei 11.977/2009, tem como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos (SM).

A meta era oferecer, no triênio 2009/2011, um milhão de moradias, sendo 400 mil para a população com faixa de renda entre 0 e 3 SM, 400 mil para a faixa de 3 e 6 SM e 200 mil para a população com renda entre 6 e 10 SM.

Cabe ressaltar que a execução do PMCMV se dá em duas vertentes: na produção de novas unidades habitacionais e no financiamento direto aos beneficiários finais do programa para a aquisição da moradia.

A forma de operacionalizar a produção habitacional varia em função da renda do público-alvo das habitações. Na faixa de renda de 0 a 3 SM, a Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente gestor do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, é quem contrata a construtora encarregada da construção das moradias. Depois de concluídos, os imóveis são alienados às famílias, previamente cadastradas e selecionadas por estados e municípios.

A produção das unidades habitacionais voltada a famílias com renda de 3 a 10 SM se dá por intermédio de financiamento às empresas construtoras, com a posterior comercialização aos beneficiários finais.

O PMCMV atua também financiando diretamente pessoas físicas, concedendo linhas de crédito para a compra da moradia ou sua construção. Nesses casos, as famílias podem adquirir um imóvel das construtoras que fazem parte do programa ou outro imóvel qualquer, desde que seu valor esteja dentro do limite estipulado pelo programa e que seu "habite-se" tenha sido emitido após 26/3/2009, data do lançamento do programa.

Com vistas a viabilizar a aquisição do imóvel pelas famílias, o PMCMV prevê a concessão de subsídio às famílias mais carentes, subsídio este concedido com recursos orçamentários. Seu valor varia em

função da renda familiar, não sendo concedido, no entanto, às famílias com renda superior a 6 SM.

Dessa forma, foram contratadas 1.004.257 unidades habitacionais, no valor total de R\$ 53,03 bilhões, o que representa cerca de 100,4% da meta de um milhão de residências a serem disponibilizadas.

Pela ótica da faixa de renda, percebe-se que, do total de unidades contratadas: 571.332 o foram para famílias com renda de 0 a 3 SM, equivalente a 143% de sua meta; 287.165 unidades na faixa de renda de 3 a 6 SM, ou 72% da meta; e 145.760 moradias direcionadas a famílias com renda entre 6 e 10 SM, representando 73% de sua meta.

É preciso ressaltar, no entanto, que no final do PAC 1, em 2010, só estavam prontas cerca de 238 mil unidades, sendo 92 mil no segmento entre 0 e 3 SM, 139 mil no segmento entre 3 e 6 SM e 7 mil no segmento entre 6 e 10 SM.

1.7 METAS FÍSICAS

Com base nas metas físicas divulgadas no Balanço de 3 anos do PAC, as quais foram, em alguns casos, redefinidas em 2009 com horizonte temporal para 2010, é possível verificar o que efetivamente foi realizado por meio do programa.

EIXO LOGÍSTICA

Na primeira fase do programa, o eixo de logística caracterizou-se por investimentos na infraestrutura de transporte, acrescidos de empréstimos concedidos com recursos do FMM.

Observando os investimentos rodoviários, depreende-se que a modalidade de aplicação “recuperação” foi a que alcançou o maior percentual de execução física: 98% do programado ou intervenções em cerca de 53,6 mil km de estradas. A meta era que 54,7 mil km fossem “recuperados”. O valor médio por km dessas ações foi de R\$ 250 mil.

Resultados menos expressivos foram alcançados pelas ações de “adequação/duplicação” e “construção” em rodovias, cujos alcances percentuais foram de 60% e 49% da meta, respectivamente. As despesas médias por km foram de R\$ 3,1 milhões e R\$ 3,6 milhões.

A execução física das ações ferroviárias com recursos públicos deu-se pela construção de novos 896 km de linha, ao custo de R\$ 3,4 bilhões. O resultado alcançado representou cerca de 66% do inicialmente previsto, e o valor investido por km construído foi de R\$ 3,8 milhões.

Das ações no setor de portos, as intervenções em “infraestrutura portuária” alcançaram a meta proposta, atingindo 100% de execução física. Foi realizado um estudo, correspondendo a 50% da meta, ao custo de R\$ 11 milhões. As demais intervenções executaram em média 40% da meta, com destaque para a “construção e ampliação de berços”, cujo resultado foi de aproximadamente 454 metros, conduzindo ao dispêndio de R\$ 190 mil por metro.

As ações aeroportuárias são compostas por sete tipos de intervenção distintas, consoante os dados contidos na tabela apresentada no final deste eixo. Destaque para a execução de “pistas”, cujo resultado foi a cons-

trução de 2.340m, ou 44% do previsto. A despesa total foi de R\$ 41 milhões, conduzindo ao valor por metro de R\$ 20 mil.

As intervenções em “acesso viário” e “estacionamento” alcançaram o percentual de execução de 100%, porém o valor de execução financeira das ações em “estacionamento” não foi informado. Com 98% de execução física do planejamento, encontram-se as ações de “terminal de passageiros” e com 64%, as ações referentes às “torres de controle”.

No setor hidroviário, foram construídas as duas eclusas de Tucuruí, conforme o planejamento, e foram realizadas 10 intervenções em portos, representando 26% da execução física prevista.

A meta estabelecida para o FMM foi definida em termos financeiros, não havendo vinculação a resultados físicos. O volume emprestado superou a meta inicialmente proposta. Nos termos da ressalva já apresentada, esse valor se refere ao volume contratado e não ao liberado, este representando informação mais fidedigna relativamente ao investimento.

Eixo de Logística: Resultado Físico-financeiro
das Ações Concluídas no período 2007/2010
em R\$ milhões

| TIPO DE INVESTIMENTO | EXECUÇÃO FÍSICA | EXECUÇÃO FÍSICA/META (%) | EXECUÇÃO FINANCEIRA (R\$ MILHÕES) | DISPÊNDIO MÉDIO POR UNIDADE DE MEDIDA |
|---------------------------------------|---------------------------|--------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|
| Rodovia | | | 42.959 | |
| Investimento Público | 56.747 km | 93% | 23.959 | |
| Recuperação | 53.652 km | 98% | 13.513 | R\$ 0,25 milhão/km |
| Adequação/Duplicação | 1.306 km | 60% | 4.016 | R\$ 3,07 milhões/km |
| Construção | 1.789 km | 49% | 6.431 | R\$ 3,59 milhões/km |
| Investimento Privado (Concessão) | 3.282 km | 47% | 19.000 | R\$ 5,79 milhões/km |
| Ferrovia | 909 km | 42% | 3.403 | R\$ 3,74 milhões/km |
| Investimento Público | 896 km | 66% | 3.403 | R\$ 3,80 milhões/km |
| Investimento Privado | 13 km | 2% | 0 | n.a |
| Porto | | | 789 | |
| Estudos e Projetos | 1 unidade | 50% | 11 | R\$ 11,00 milhões/unidade |
| Dragagem e Derrocamento | 34.330 mil m ³ | 41% | 525 | R\$ 0,02 milhão/mil m ³ |
| Acessos Terrestres | 5,99 km | 41% | 146 | R\$ 24,32 milhões/km |
| Constr., Ampliação e Recup. de Berços | 453,80 m | 40% | 88 | R\$ 0,19 milhão/m |
| Infraestrutura portuária | 2 unidades | 100% | 20 | R\$ 10,0 milhões/unidade |

| TIPO DE INVESTIMENTO | EXECUÇÃO FÍSICA | EXECUÇÃO FÍSICA/META1 (%) | EXECUÇÃO FINANCEIRA (R\$ MILHÕES) | DISPÊNDIO MÉDIO POR UNIDADE DE MEDIDA |
|---------------------------------|------------------------|---------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|
| Aeroporto | | 281 | | |
| Pista | 2.340 m | 44% | 41 | R\$ 0,02 milhão/m |
| Terminal de cargas | 0 m ² | 0% | 0 | n.a. |
| Terminal de passageiros | 142.047 m ² | 98% | 167 | R\$ 0,001 milhão/m ² |
| Estudos e Projetos | 3 unidades | 38% | 9 | R\$ 3,09 milhões/unidade |
| Acesso Viário | 7 km | 100% | 29,4 | R\$ 4,2 milhões/km |
| Estacionamento | 41.208 m ² | 100% | 8,6 | R\$ 0,0002 milhão/m ² |
| Torre de Controle | 3.200 m ² | 64% | 26 | R\$ 0,01 milhão/m ² |
| Hidrovia | | 1.010 | | |
| Portos | 10 unidades | 26% | 44 | R\$ 4,44 milhões/unidade |
| Eclusa | 1 unidade | 100% | 966 | R\$ 966 milhões/unidade |
| Fundo da Marinha Mercante (FMM) | n.a. | n.a. | 16.978 | n.a. |

Fonte: Casa Civil da Presidência da República;
n.a. – não aplicável; n.d – não disponível;

¹ O cálculo foi realizado considerando as metas físicas divulgadas no Balanço de 3 anos do PAC, as quais foram, em alguns casos, redefinidas em 2009 com horizonte temporal para 2010.

EIXO ENERGÉTICO

As ações de “geração” ampliaram a oferta de energia em 10.851 MW, representando 88% da meta prevista para o período. A despesa associada foi de R\$ 26,1 bilhões, resultando em custo de R\$ 2,4 milhões por MW. O percentual de execução dos empreendimentos de “transmissão” foi de 66%, representando a construção de 9.139 km de linhas, a R\$ 760 mil por km.

Foram realizados estudos de viabilidade econômica em bacias hidrográficas, cujo potencial hidrográfico mapeado é de cerca de 15 mil MW, e inventariadas bacias, cujo potencial é de cerca de 25 mil MW, representando 57% e 75% das metas propostas, respectivamente.

No setor petróleo, os investimentos foram alocados ao segmento de upstream e downstream. Quando são observadas as descrições das atividades do segmento de upstream (“produção - autossuficiência” e “aumento das reservas de petróleo”), nota-se que elas não definem uma atividade precisa, revestindo-se de características de objetivo. Por essa razão, o conjunto de empreendimentos que as compõem pode não ser da mesma natureza, como o são as ações de construção de linhas de transmissão, por exemplo.

Como são demandadas muitas atividades para a obtenção das metas, não faz sentido, assim, dividir o montante financeiro pela execução da meta física para a obtenção do custo por unidade de medida em ambos os casos.

O que se pode afirmar relativamente a essas duas atividades é que foram investidos R\$ 37,7 bilhões em ações voltadas à obtenção da autossuficiência na produção de petróleo e R\$ 12 bilhões, para o aumento das reservas de hidrocarbonetos, montante expressivo em relação ao total do setor energético.

No que tange às ações de downstream, merecem destaque as voltadas ao segmento de refino. Conforme a tabela apresentada no final deste eixo, o aumento da capacidade de refino foi de somente 6 mil barris por dia, o que representa apenas 0,5% da meta para o período. As in-

tervenções em refinarias já construídas, no entanto, obtiveram resultados de execução física significativos.

Como as metas associadas a esses empreendimentos não existiam em 2007, a tabela apresentada no final deste eixo não traz o percentual de alcance, dando informação apenas que seis unidades foram modernizadas, ao custo unitário de R\$ 427 milhões, três refinarias foram convertidas ao custo de R\$ 3 bilhões cada e três sofreram intervenções com vistas a melhorar a qualidade, ao custo de R\$ 2,2 bilhões por refinaria.

O segmento de “petroquímica” conseguiu atingir a meta de 1.000 mil toneladas ao ano, com dispêndio total de R\$ 2,1 bilhões. Com relação ao refino associado ao biocombustível (Hbio), a execução física atingiu 256 mil m³ por ano, 60% da meta.

As ações de gás natural responderam por execução financeira de R\$ 33,7 bilhões. Relacionados ao Plangas (Plano de Antecipação da Produção de Gás) estão empreendimentos de “exploração e produção”, “refinaria”, “unidade de tratamento de gás” e “escoamento de líquidos”. Exceto os de “exploração e produção”, cujo resultado foi de 88%, todos os demais empreendimentos alcançaram a meta de 100%.

Ainda no segmento de gás natural, foi atingida a meta de produzir 21 milhões de m³ por dia, com despesa total de R\$ 3,1 bilhões. Em relação aos gasodutos, frisam-se a construção de 3.780 km de gasoduto, representando 84% da meta original, com despesa de R\$ 16,3 bilhões, ou seja, R\$ 4,3 milhões por km, e a melhoria em dois sistemas, com investimentos de R\$ 2,6 bilhões.

Por fim, tinham as ações relacionadas a “combustíveis renováveis”. Os resultados alcançados foram a produção de 2 bilhões de litros de biodiesel por ano, 65% do previsto, e de 5 bilhões de litros de etanol, representando pouco mais de 20% da meta original de produzir 23 bilhões de litros anuais.

Destacam-se nesse eixo os grandes investimentos da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras e de suas associadas no setor de Petróleo e Gás, como o desenvolvimento das atividades de exploração e produção nas unidades de negócio

do Rio de Janeiro, Macaé e Santos, já incluídas aí as áreas com as novas jazidas do pré-sal, totalizando mais de R\$ 400 bilhões em investimentos.

Além disso, estavam em construção cerca de quatro novas refinarias de petróleo, duas delas refinarias premium, que, quando finalizadas, ao custo total previsto de R\$ 103,4 bilhões, agregarão à capacidade do parque de refino brasileiro cerca de 1,3 milhão de barris de petróleo ao dia.

No setor de geração de energia elétrica, nove dos dez maiores investimentos em termos de valor, com previsão de agregar ao parque gerador brasileiro cerca de 22,36 gigawatts, são executados em regime de concessão, por empresas privadas. Sobressaem-se as usinas de Belo Monte, no Pará, e de Santo Antônio e de Jirau, em Rondônia, somando investimentos de cerca de R\$ 42,94 bilhões.

O maior investimento público, cuja execução é de responsabilidade da União, por intermédio da empresa estatal federal Eletrobras Termonuclear S/A, é a terceira unidade geradora da Usina Termonuclear de Angra dos Reis, que, a um custo de R\$ 9,6 bilhões, deverá acrescentar cerca de 1,4 gigawatt à capacidade de geração elétrica brasileira.

Eixo de Energético: Resultado Físico-financeiro das Ações Concluídas no período 2007/2010 em R\$ milhões

| TIPO DE INVESTIMENTO | EXECUÇÃO FÍSICA | EXECUÇÃO FÍSICA/META (%) | EXECUÇÃO FINANCEIRA (R\$ MILHÕES) | DISPÊNDIO MÉDIO POR UNIDADE DE MEDIDA |
|---|--------------------------------------|--------------------------|-----------------------------------|---|
| Energia Elétrica | | 33.394 | | |
| Geração | 10.851 MW | 88% | 26.161 | R\$ 2,41 milhões/MW |
| Transmissão | 9.139 km | 66% | 6.970 | R\$ 0,76 milhão/KM |
| Estudos de viabilidade econômica (em estudo de viabilidade) | 14.789 MW | 57% | 216 | R\$ 0,01 milhão/MW (em estudo) |
| Estudos de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas | 24.737 MW (em inventário) | 75% | 46 | R\$ 0,00 milhão/MW (inventário) |
| Petróleo Exploração e Produção | | 50.585 | | |
| Produção – autossuficiência | 2,26 milhões de barris de óleo p/dia | 87% | 37.720 | n.a |
| Aumento de reservas de petróleo | 100% | n.a | 12.000 | n.a. |
| Estaleiro | 1 unidade | n.d. | 800 | R\$ 800 milhões/estaleiro |
| Pesquisa Exploratória – Estudos | 100% | 100% | 1,89 | n.a. |
| Pesq. Explor. – Pesquisas Geoquímicas | 3.000 amostras | 56% | 7 | R\$ 0,002 milhão/amostra |
| Pesquisa Exploratória – Aerogeofísica | 11.450 km lineares | 0% | 56 | R\$ 0,005 milhão/km |
| Refino, Transporte e Petroquímica (adicional) | | 20.766 | | |
| Refinaria – Ampliação Refinarias | 6 mil barris/dia | 0,50% | 301 | R\$ 50,27 milhões/mil barris por dia |
| Modernização | 6 unidades | 67% | 2.566 | R\$ 427,69 milhões/refinaria modernizada |
| Conversão | 3 unidades | 67% | 9.099 | R\$ 3.033,11 milhões/refinaria convertida |

| TIPO DE INVESTIMENTO | EXECUÇÃO FÍSICA | EXECUÇÃO FÍSICA/METAL (%) | EXECUÇÃO FINANCEIRA (R\$ MILHÕES) | DISPÊNDIO MÉDIO POR UNIDADE DE MEDIDA |
|-------------------------------------|---|---------------------------|-----------------------------------|--|
| Qualidade | 3 unidades | 67% | 6.656 | R\$ 2.218,74 milhões/refinaria qualificada |
| Petroquímicas | 1.000 mil ton. / ano | 100% | 2.087 | R\$ 2,09 milhões/mil ton. por ano |
| HBIO | 256 mil m ³ /ano de óleos vegetais no refino | 60% | 55 | R\$ 0,22 milhão/mil m ³ por ano de óleos vegetais no refino |
| Gás Natural (adicional) | | 33.658 | | |
| Plangas – Exploração e Produção | 35 milhões de m ³ /dia | 88% | 6.536 | R\$ 189,47 milhões/milhões m ³ /dia |
| Plangas – Refinaria | 13 milhões de m ³ /dia | 100% | 1.488 | R\$ 114,33 milhões/milhões m ³ /dia |
| Plangas – Unidade Tratamento de Gás | 220 m ³ /hora | 100% | 1.734 | R\$ 7,89 milhões/ |
| Plangas – Escoamento de Líquidos | 2.400 ton. por dia de glp | 100% | 1.726 | R\$ 0,72 milhão/ |
| GNL | 21 milhões de m ³ /dia | 105% | 3.118 | R\$ 148,52 milhões/ |
| Gasodutos | 3.780 km | 84% | 16.332 | R\$ 4,32 milhões/ |
| Gasodutos – Melhoria de Sistema | 2 unidades | 100% | 2.413 | R\$ 1.206,69 milhões/ |
| Gasodutos – Aumento de Capacidade | 5 milhões m ³ /dia | 100% | 307 | R\$ 60,33 milhões/milhões m ³ /dia |
| Geologia e Mineração - CPRM | | 2,8 | | |
| Suporte Laboratorial - Estudo | 8 unidades | n.d. | 2,8 | R\$ 0,35 milhão/unidade |
| Combustíveis Renováveis | | 10.057 | | |
| Biodiesel | 2 bilhões de litros/ano | 65% | 1.382 | R\$ 645,76 milhões/bilhões litros/ano |
| Etanol | 5 bilhões de litros/ano | 20% | 8.674 | R\$ 1.831,75 milhões/bilhões litros/ano |
| Alcoolduto/Poliduto | 0 km | 0% | - | |

Fonte: Casa Civil da Presidência da República

n.d. – não disponível; n.a. – não aplicável;

¹O cálculo foi realizado considerando as metas físicas divulgadas no Balanço de 3 anos do PAC, as quais foram, em alguns casos, redefinidas em 2009 com horizonte temporal para 2010.

EIXO SOCIAL E URBANO

O eixo Social Urbano foi o que apresentou o maior número de projetos associados ao PAC 1, em decorrência das áreas de Saneamento, com 7.757 projetos, e de Habitação, tanto de Interesse Social, com 3.713 projetos, como de Interesse de Mercado.

Praticamente a totalidade dos investimentos realizados em Saneamento e Habitação de Interesse Social foi executada de forma descentralizada pelos entes subnacionais ou organizações não governamentais, por intermédio de convênios e termos de compromisso, cabendo à União, no entanto, prover a maior parte dos recursos.

No que se refere aos resultados, o “Luz para Todos”, programa de eletrificação rural, atingiu 2,65 milhões de ligações domiciliares, beneficiando cerca de 10,6 milhões de pessoas, quando se considera a média de quatro pessoas por domicílio. O custo total do programa foi de R\$ 6,6 bilhões, o que conduz ao custo médio de R\$ 2,5 mil por ligação domiciliar.

Relativamente às atividades classificadas como “metrô”, o destaque coube ao “corredor exclusivo de ônibus” que atingiu 100% da meta de construir 32,8 km. O dispêndio foi calculado em R\$ 2,9 milhões por km. Já a ampliação das linhas existentes de metrô e a implantação de novas linhas se encontram com baixo percentual de execução, tendo sido construídos 4,9 km de novas linhas, apenas 5% da meta, a um valor de R\$ 527 milhões por km. Com relação à implantação de linhas de trem urbano, não houve execução física alguma.

Há aparente incoerência entre a execução física das ações de metrô e a financeira. Aquela está bastante reduzida, principalmente quando se considera a ação mais vultosa, a construção da infraestrutura do metrô propriamente, cujo percentual de execução física foi de apenas 5%, porém o percentual de execução financeira alcançou, no conjunto, 88% da meta para o quadriênio. Isso se explica em virtude da execução do metrô de São Paulo, que respondeu por investimentos de R\$ 2,0 bilhões e execução física de apenas 4,5 km.

O segmento de recursos hídricos é constituído por 16 tipos de investimentos. Relativamente às ações de “revitalização de bacias”, foram construídas 31 unidades agrupadas na classificação “saneamento, processos erosivos e resíduos sólidos”, apenas 14% da meta, ao custo unitário de R\$ 2,9 milhões, ao passo que o subtítulo “hidrovia do São Francisco” não concluiu nenhuma obra, não havendo, por isso, valores apropriados na tabela.

A construção de barragens alcançou o percentual de 53% e as ações relativas a drenagens alcançaram o percentual de 17%, com a finalização de duas unidades. As obras de transposição do Rio São Francisco ainda não foram concluídas, apresentando em fins de 2010 aproximadamente 370 quilômetros de canais já construídos, dos 622 quilômetros previstos.

Ainda no tipo “integração de bacias” foram finalizadas as obras relativas ao eixo de integração Orós-Feiteiceiro, tendo sido construídos 18 km de canais, com despesa de R\$ 770 mil por km.

Nas ações do segmento dedicado à irrigação, houve a inclusão de cerca de 22 mil hectares irrigados, representando 22% da meta, e a realização de 1 estudo, conforme a meta, ao custo de R\$ 13 milhões. Os empreendimentos de “água bruta” somaram 239 km, com custo de R\$ 760 mil por km, ao passo que o estudo previsto para o segmento ainda não foi concluído.

Já o resultado em “água tratada” foi a construção de 130 km de adutora, representando 20% do planejamento, tendo sido investidos R\$ 85 milhões, o que representa R\$ 650 mil por km. O programa “água para todos” construiu 8.075 cisternas, ao custo unitário de R\$ 4 mil.

Por fim, têm-se os resultados do “proágua”. Assim, foram construídos 78 km de adutora e três sistemas classificados como “água bruta/água tratada/barragens”, representando 8% e 100%, respectivamente. As outras duas atividades não lograram atingir resultado. Relativamente às ações de saneamento ambiental, inicialmente as metas físicas referiam-se à ampliação da oferta do serviço de água, esgoto e lixo, computadas em milhares de famílias beneficiadas.

Com a reformulação ocorrida em 2009, as metas passaram a se relacionar ao número de famílias beneficiadas com as ações de forma geral. Assim, as metas iniciais e as finais não se referiram ao mesmo objeto. Ademais, os resultados não estão mais apresentados pelo tipo de investimento, mas pela linha de crédito e pelo órgão responsável de cada empreendimento.

As ações de Saneamento sob a responsabilidade do Ministério das Cidades com a fonte do Orçamento da União beneficiaram cerca de 5,1 milhões de famílias, tendo sido despendidos R\$ 118 milhões. Já as ações de responsabilidade da Funasa beneficiaram 56 mil famílias, com dispêndios de R\$ 85 milhões.

Os financiamentos no setor são direcionados a outros entes públicos e a empresas de saneamento básico. As ações daquelas beneficiaram 939 mil famílias e destas 547 mil, com despesas associadas de R\$ 430 milhões e R\$ 894 milhões, respectivamente.

As ações de habitação do PAC podem ser subdivididas em dois grupos: um, voltado ao setor público; outro, ao setor privado. Naquele grupo, os empreendimentos são, em sua grande maioria, obras públicas, como, por exemplo, a urbanização de assentamentos precários e a requalificação de imóveis, realizadas pelos entes públicos (estados, Distrito Federal e municípios), sob a supervisão do Ministério das Cidades.

Assim, com recursos orçamentários, as ações atingiram 15 mil famílias, com dispêndios de R\$ 235 milhões; e as ações suportadas por financiamentos alcançaram 9 mil famílias, com despesa de R\$ 119 milhões.

Já o segundo grupo é constituído por financiamentos direcionados ao setor privado, para a aquisição e a reforma de imóveis – novos e usados –, bem como a construção de novas unidades imobiliárias. As ações classi-

ficadas como voltadas a pessoas físicas beneficiaram 971 mil famílias, com desembolso de R\$ 50,9 bilhões, e as do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE beneficiaram 1,2 milhão de pessoas, com financiamentos de R\$ 166,0 bilhões.

Releva mencionar que os valores informados referem-se ao montante de empréstimos contratados, não tendo havido, necessariamente, a liberação do recurso pela instituição financeira, nem a realização do objeto contratual. Esse foi o item que individualmente obteve o mais expressivo desempenho ao longo dos 4 anos de vigência do PAC. No entanto, os balanços do PAC consideraram como valores investidos, empréstimos direcionados a inversões financeiras.

Eixo Social e Urbano: Resultado Físico-financeiro
das Ações Concluídas no período 2007/2010
em R\$ milhões

| TIPO DE INVESTIMENTO | EXECUÇÃO FÍSICA | EXECUÇÃO FÍSICA/META (%) | EXECUÇÃO FINANCEIRA (R\$ MILHÕES) | DISPÊNDIO MÉDIO POR UNIDADE DE MEDIDA |
|---|---------------------------------|--------------------------|-----------------------------------|--|
| Luz para Todos | 2.650 mil ligações domiciliares | 90% | 6.572 | R\$ 2,48 milhões p/mil ligações domiciliares |
| Metrô | | | | |
| Trem Urbano | 0 km | 0% | - | |
| Corredor Exclusivo de Ônibus | 32,8 km | 100% | 95 | R\$ 2,88 milhões/km |
| Metrô – Trens | 25 unidades | n.d. | 61 | R\$ 2,44 milhões/un. |
| Metrô | 4,9 km | 5% | 2.583 | R\$ 527,18 milhões/km |
| Projeto (Metrô) | 0 unidade | 0% | - | |
| Recursos Hídricos | | | | |
| Revitalização de bacias | | | | |
| Hidrovia do São Francisco | 0 km | 0% | - | |
| Saneamento, Processos Erosivos e Resíduos Sólidos | 31 unidades | 14% | 91 | R\$ 2,92 milhões/un |
| Integração de Bacias | 18,0 km | 8% | 14 | R\$ 0,77 milhão/km |
| Barragem | 585,5 milhões de m ³ | 53% | 539 | R\$ 0,92 milhão/milhões de m ³ |
| Drenagem unidade | 2 | 17% | 31 | R\$ 15,40 milhões/un. |
| Irrigação | | | 602 | |
| Estudos | 1,0 unidade | 100% | 13 | R\$ 12,90 milhões/un. |
| Perímetros de Irrigação | 21.681,0 ha | 20% | 589 | R\$ 0,03 milhão/ha |
| Água Bruta | | | 182 | |
| Km | 239,3 km | 63% | 182 | R\$ 0,76 milhão/km |

| TIPO DE INVESTIMENTO | EXECUÇÃO FÍSICA | EXECUÇÃO FÍSICA/META¹ (%) | EXECUÇÃO FINANCEIRA (R\$ MILHÕES) | DISPÊNDIO MÉDIO POR UNIDADE DE MEDIDA |
|---|----------------------------|---------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|
| Projeto | 0,0 unidade | 0% | - | |
| Água Tratada | | | 85 | |
| Adução | 130,0 km | 20% | 85 | R\$ 0,65 milhão/km |
| Água para Todos | 8.075 unidades | 89% | 28 | R\$ 0,004 milhão/un. |
| Proágua | | | 13 | |
| Adução | 78,0 km | 8% | 13 | R\$ 0,17 milhão/km |
| Barragem/açude | 0,0 milhão m³ | 0% | - | |
| Recuperação de Sistema e ETA | 0,0 unidade | 0% | - | |
| Sistema - Água Bruta/Água Tratada/Barragens | 3,0 unidade | 100% | 377 | R\$ 125,67 milhões/un. |
| Saneamento | 6.623 milhares de famílias | 46% | 1.528 | |
| OGU - Mcdades | 5.081 milhares de famílias | n.a. | 118 | R\$ 0,02 milhão/mil famílias |
| OGU - Funasa | 56 milhares de famílias | n.a. | 85 | R\$ 1,5 milhão/mil famílias |
| Financiamento do Setor Público | 939 milhares de famílias | n.a. | 430 | R\$ 0,5 milhão/mil famílias |
| Setor Privado | 547 milhares de famílias | n.a. | 894 | R\$ 1,6 milhão/mil famílias |
| Habitação | 2.243 milhares de famílias | | 217.248 | |
| OGU | 15 milhares de famílias | n.d. | 235 | R\$ 16 milhões/mil famílias |
| Financiamento do Setor Público | 9 milhares de famílias | n.d. | 119 | R\$ 14 milhões/mil famílias |
| Habitação Pessoa Física | 971 milhares de famílias | n.d. | 50.888 | R\$ 52 milhões/mil famílias |
| Habitação SBPE | 1.249 milhares de famílias | n.d. | 166.007 | R\$ 133 milhões/mil famílias |

Fonte: Casa Civil da Presidência da República;

n.d. - não disponível; n.a - não aplicável;

¹ O cálculo foi realizado considerando as metas físicas divulgadas no Balanço de 3 anos do PAC.





PAC 2 - SEGUNDA
ETAPA DO PROGRAMA
DE ACELERAÇÃO DO
CRESCIMENTO

2. SEGUNDA ETAPA DO PAC

A segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) iniciou-se em 2011. A previsão de investimentos era de R\$ 955,0 bilhões até 2014. Outros R\$ 631,4 bilhões estavam programados para o período pós 2014. Portanto, no total a programação inicial era de R\$ 1.586,4 trilhão.

Enquanto a primeira fase do programa especificou investimentos em três eixos temáticos, o PAC 2 dividiu o conjunto de aplicações em seis áreas. As aplicações estavam estruturadas da seguinte forma:



- **EIXO CIDADE MELHOR:**

R\$ 57,1 bilhões. Os recursos estavam divididos em R\$ 22,1 bilhões em saneamento, R\$ 11 bilhões em prevenção em áreas de risco, R\$ 18 bilhões em mobilidade urbana e R\$ 6 bilhões em pavimentação.

- **EIXO COMUNIDADE CIDADÃ:**

R\$ 23 bilhões. Os recursos estavam divididos em R\$ 2,6 bilhões em Unidades de Pronto Atendimento, R\$ 5,5 bilhões em Unidades Básicas de Saúde, R\$ 7,6 bilhões em creches e pré-escolas, R\$ 4,1 bilhões em quadras esportivas nas escolas, R\$ 1,6 bilhão em praças do PAC, R\$ 1,6 bilhão em postos de polícia comunitárias.

- **EIXO ENERGIA:**

R\$ 461,6 bilhões. Os recursos estavam divididos em R\$ 113,7 bilhões em geração de energia elétrica, R\$ 26,6 bilhões em transmissão de energia elétrica, R\$ 281,9 bilhões em petróleo e gás natural, R\$ 36,7 bilhões da Marinha Mercante, R\$ 1 bilhão em combustíveis renováveis, R\$ 1,1 bilhão em eficiência energética e R\$ 600 milhões em pesquisa mineral.

- **EIXO ÁGUA E LUZ PARA TODOS:**

R\$ 30,6 bilhões. Os recursos estavam divididos em R\$ 5,5 bilhões no Luz para Todos, R\$ 13 bilhões em iniciativas de águas em áreas urbanas e R\$ 12,1 bilhões em recursos hídricos.

• EIXO TRANSPORTES:

R\$ 104,5 bilhões. Os recursos estavam divididos em R\$ 48,4 bilhões em rodovias, R\$ 43,9 bilhões em ferrovias, R\$ 4,8 bilhões em portos, R\$ 2,6 bilhões em hidrovias, R\$ 3 bilhões em aeroportos e R\$ 1,8 bilhão em estradas vicinais.

• EIXO MINHA CASA, MINHA VIDA:

R\$ 278,2 bilhões. Os recursos estavam divididos em R\$ 71,7 bilhões para o Minha Casa, Minha Vida, R\$ 176 bilhões em financiamento SBPE e R\$ 30,5 bilhões em urbanização de assentamentos precários.

Deve-se ressaltar que, entre o PAC 1 e o PAC 2, houve alteração no enfoque do programa, que passou a contar com um forte incremento no número de ações ligadas às áreas sociais, majoritariamente inseridas nos eixos Comunidade Cidadã, Cidade Melhor e Água e Luz para Todos. Embora essas ações ligadas à área social não corresponderam à maior parcela dos recursos associados ao PAC, representavam parte majoritária no número de ações.

Em relação ao ciclo anterior do PAC, é importante destacar que houve significativo incremento no valor a ser aplicado. No primeiro ciclo, a previsão de dispêndios foi de R\$ 657 bilhões, entre 2007 e 2010. Esse patamar foi elevado para a previsão de R\$ 955 bilhões, entre 2011 e 2014. O crescimento nominal de aproximadamente 45%. A segunda fase do PAC incorporou e consolidou as ações da primeira e abrangeu novos projetos de infraestrutura.

Apesar do valor ter sido fixado em R\$ 955 bilhões para o programa no período de 2011 a 2014, os balanços divulgados ao longo do período somaram valores maiores. A partir do 6º Balanço do PAC 2 os valores previstos cresceram para R\$ 988,3 bilhões, R\$ 990,1 bilhões, R\$ 989,2 bilhões, R\$ 1.016,3 trilhão, R\$ 1.030,00 trilhão. No último balanço disponível o montante informado foi de R\$ 1.065,36 trilhão.

2.1 POR EIXO E SUBEIXO

Até dezembro de 2014, o PAC 2 concluiu R\$ 796,4 bilhões em ações, o que corresponde a 83,4% das ações previstas para o período de 2011 a 2014.

EIXO CIDADE MELHOR

O Eixo Cidade Melhor concluiu investimentos de R\$ 10,7 bilhões. A maior parcela dos recursos foi destinada para o eixo Mobilidade Urbana: R\$ 6,9 bilhões. As iniciativas do subeixo Saneamento receberam R\$ 2,72 bilhões. Os subeixos Prevenção de áreas de risco, Pavimentação, Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais receberam R\$ 0,89 bilhões, R\$ 0,18 bilhões e R\$ 0,01 bilhões, respectivamente. O subeixo Cidades Históricas não recebeu recursos.

EIXO COMUNIDADE CIDADÃ

No Eixo Comunidade Cidadã somaram R\$ 5,54 bilhões. No Eixo Comunidade Cidadã do PAC 2 são realizados investimentos em áreas sociais como saúde, educação, esporte, cultura e lazer, garantindo mais qualidade de vida à população dos centros urbanos.



Eixo Cidade Melhor - em R\$ bilhões

| Tipo de investimento | Previsão | Executado | Executado/Previsão % |
|-----------------------------|----------|-----------|----------------------|
| Saneamento | 22,1 | 2,72 | 12,3% |
| Prevenção em Áreas de Risco | 11 | 0,9 | 8,2% |
| Mobilidade Urbana | 18 | 6,9 | 38,3% |
| Pavimentação | 6 | 0,18 | 3,0% |
| Eixo Cidade Melhor | 57,1 | 10,71 | 18,8% |

Eixo Comunidade Cidadã - em R\$ bilhões

| Tipo de investimento | Previsão | Executado | Executado/Previsão % |
|------------------------------------|----------|-----------|----------------------|
| Unidades de Pronto Atendimento | 2,6 | 0,08 | 3,1% |
| Unidades Básicas de Saúde | 5,5 | 0,45 | 8,2% |
| Creches e pré-escolas | 7,6 | 0,83 | 10,9% |
| Quadras Esportivas nas Escolas | 4,1 | 0,44 | 10,7% |
| Praças do PAC | 1,6 | 0,11 | 6,9% |
| Postos de Polícia Comunitária | 1,6 | 0 | 0,0% |
| Educação Básica | - | 3,22 | |
| Justiça - Equipamentos | - | 0,02 | |
| Preservação do Patrimônio Cultural | - | 0,02 | |
| Eixo Comunidade Cidadã | 23 | 5,17 | 22,5% |

EIXO ENERGIA

O Eixo Energia desembolsou R\$ 253,3 bilhões, o que representa 54,9% da previsão inicial. A pior execução do eixo ficou por conta do setor "Geração de Energia Elétrica", que somou investimentos de R\$ 41,99 bilhões, 36,9% dos R\$ 113,7 bilhões anunciados.

O tipo Petróleo e Gás Natural recebeu R\$ 162,57 bilhões no PAC 2, execução de 57,7%. As iniciativas da Marinha Mercante receberam recursos de R\$ 26,11 bilhões (71,1% de execução), assim como o Transmissão de Energia Elétrica desembolsou R\$ 19,74 bilhões (74,2% de execução), Combustíveis Renováveis recebeu R\$ 2,61 bilhões (161% a mais do que o previsto) e R\$ 0,3 bilhões foram para o subeixo de Geologia e Mineração, metade da previsão inicial.

EIXO ÁGUA E LUZ PARA TODOS

O Eixo Água e Luz para Todos recebeu recursos de R\$ 10,26 bilhões no PAC 2. O programa Luz para Todos foi responsável por R\$ 5,51 bilhões do total. O restante foi distribuído nos subeixos Recursos Hídricos (R\$ 1,65 bilhão), Água em Áreas Urbanas (R\$ 1,17 bilhão), Combate à Seca (R\$ 0,7 bilhão), Segurança Alimentar (R\$ 1,23 bilhão). O subeixo Equipamentos - Integração não recebeu recursos.

Eixo Energia - em R\$ bilhões

| Tipo de investimento | Previsão | Executado | Executado/Previsão % |
|---------------------------------|--------------|---------------|----------------------|
| Geração de Energia Elétrica | 113,7 | 41,99 | 36,9% |
| Transmissão de Energia Elétrica | 26,6 | 19,74 | 74,2% |
| Petróleo e Gás Natural | 281,9 | 162,57 | 57,7% |
| Marinha Mercante | 36,7 | 26,11 | 71,1% |
| Combustíveis Renováveis | 1 | 2,61 | 261,0% |
| Eficiência Energética | 1,1 | - | 0,0% |
| Pesquisa Mineral | 0,6 | 0,3 | 50,0% |
| Eixo Energia | 461,6 | 253,32 | 54,9% |

Eixo Água e Luz para Todos - em R\$ bilhões

| Tipo de investimento | Previsão | Executado | Executado/Previsão % |
|-----------------------------------|-------------|--------------|----------------------|
| Luz para Todos | 5,5 | 5,51 | 100,2% |
| Águas em Áreas Urbanas | 13 | 1,17 | 9,0% |
| Recursos Hídricos | 12,1 | 1,65 | 13,6% |
| Combate à Seca | - | 0,7 | 0,0% |
| Segurança Alimentar | - | 1,23 | 0,0% |
| Eixo Água e Luz para Todos | 30,6 | 10,26 | 33,5% |

EIXO TRANSPORTES

Em favor do Eixo Transportes foram desembolsados R\$ 66,88 bilhões durante a segunda etapa do programa. Do total, os recursos foram distribuídos em rodovias (R\$ 38,68 bilhões), ferrovias (R\$ 2,54 bilhões), portos (R\$ 0,8 bilhões), aeroportos (R\$ 18,25 bilhões), hidrovias (R\$ 0,18 bilhões), equipamentos - estradas vicinais (R\$ 4,11 bilhões) e Defesa e Segurança Nacional (R\$ 2,32 bilhões).

O montante aplicado representa 64% do que foi inicialmente previsto para o eixo. Alguns setores ultrapassaram a previsão inicial de aplicações. Foi o que aconteceu com o subeixo "Aeroportos" que aplicou 508% a mais: R\$ 18,25 bilhões. No subeixo "Estradas Vicinais" foram aplicados R\$ 4,11 bilhões, 128,3% a mais do que o previsto.

Por outro lado, as ferrovias somaram investimentos de apenas R\$ 2,54 bilhões, isto é, 5,8% do valor anunciado inicialmente. Em situação parecida ficou o subeixo "Hidrovias" que executou 6,9% da previsão inicial de R\$ 2,6 bilhões em investimentos.

As iniciativas concluídas em "Rodovias" somaram aplicações de R\$ 38,68 bilhões, o que representa 79,9% do previsto. Já os portos executaram 16,7% da previsão anunciada. Foram incluídos investimentos em Defesa e Segurança Nacional durante o desenvolvimento do PAC 2, que somaram R\$ 2,32 bilhões.

EIXO MINHA CASA, MINHA VIDA

O Eixo Minha Casa, Minha Vida concluiu empreendimentos no valor de R\$ 449,7 bilhões. O montante é 61,6% maior do que os R\$ 278,2 bilhões previstos inicialmente. O nível elevado em relação ao planejado se deve principalmente ao crescimento dos financiamentos do SBPE, que somaram R\$ 360,15 bilhões, 204% a mais do que os estipulados.

Desempenho superior ao planejado também aconteceu no subeixo "Minha Casa, Minha Vida" que aplicou R\$ 88,84 bilhões, cerca de 23,9% do anunciado inicialmente. Os recursos para Urbanização de Assentamentos Precários alcançaram R\$ 712 milhões, o que equivaleu a 2,3% do previsto inicialmente

Eixo Transportes - em R\$ bilhões

| Tipo de investimento | Previsão | Executado | Executado/Previsão % |
|-----------------------------|----------|-----------|----------------------|
| Rodovias | 48,4 | 38,68 | 79,9% |
| Ferrovias | 43,9 | 2,54 | 5,8% |
| Portos | 4,8 | 0,8 | 16,7% |
| Hidrovias | 2,6 | 0,18 | 6,9% |
| Aeroportos | 3 | 18,25 | 608,3% |
| Estradas Vicinais | 1,8 | 4,11 | 228,3% |
| Defesa e Segurança Nacional | - | 2,32 | 0,0% |
| Eixo Transportes | 104,5 | 66,88 | 64,0% |

Eixo Minha Casa, Minha Vida - em R\$ bilhões

| Tipo de investimento | Previsão | Executado | Executado/Previsão % |
|---------------------------------------|----------|-----------|----------------------|
| Minha Casa, Minha Vida | 71,7 | 88,84 | 123,9% |
| Financiamento SBPE | 176 | 360,15 | 204,6% |
| Urbanização de Assentamento Precários | 30,5 | 0,71 | 2,3% |
| Eixo Minha Casa, Minha Vida | 278,2 | 449,7 | 162% |

Ainda nesse Eixo, no PAC 2 foram contratadas 415 novas ações em assentamentos precários, que totalizaram investimentos de R\$ 12,7 bilhões, que beneficiaram 575 mil famílias, em 337 municípios de 26 estados.

Do total, R\$ 11,5 bilhões foram destinados ao Grupo 1 (Regiões Metropolitanas, capitais e municípios acima de 70 mil habitantes no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e acima de 100 mil habitantes no Sul e Sudeste). Outros R\$ 300 milhões foram para o Grupo 2 (Municípios entre 50 mil e 70 mil habitantes no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e entre 50 mil e 100 mil habitantes no Sul e Sudeste) e R\$ 900 milhões para o Grupo 3 (Municípios abaixo de 50 mil habitantes). Os valores incluem unidades habitacionais do MCMV nos empreendimentos de urbanização, prevenção de risco e saneamento.

2.2 POR FONTES DE RECURSOS

Os recursos aplicados por meio do PAC 2 foram distribuídos da seguinte forma: R\$ 360,2 bilhões para financiamentos à pessoa física, R\$ 277,9 bilhões em investimentos das empresas estatais, R\$ 198,3 bilhões em investimentos do setor privado, R\$ 119,3 bilhões desembolsados pelo Orçamento Geral da União, R\$ 2,5 bilhões em contrapartida de Estados e Municípios e R\$ 19,1 bilhões em financiamentos ao setor público.

Por Fontes de Recursos - em R\$ bilhões

| TIPO DE INVESTIMENTO | VALOR (R\$ bilhões) |
|---------------------------------------|---------------------|
| ESTATAL | R\$ 277,90 |
| SETOR PRIVADO | R\$ 198,30 |
| FINANCIAMENTO AO SETOR PÚBLICO | R\$ 19,10 |
| FINANCIAMENTO HABITACIONAL | R\$ 360,20 |
| OGU FISCAL E SEGURIDADE | R\$ 119,30 |
| MINHA CASA, MINHA VIDA | R\$ 88,80 |
| CONTRAPARTIDA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS | R\$ 2,50 |
| TOTAL GLOBAL | R\$ 1.066,10 |

2.3 QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS

A segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) terminou, em tese, em 2014. No entanto, de acordo com os últimos dados disponibilizados pelo governo federal, apenas 31,7% das obras previstas foram concluídas. Os dados foram levantados no 11º Balanço do Programa e se referem ao período de janeiro de 2011 a outubro de 2014.

Ao todo, 54.095 empreendimentos estavam previstos para o período de 2011 a 2014, mas somente 17.148 ficaram prontos até outubro o ano passado. O montante, porém, representa aumento em relação aos 15,5% de obras que estavam prontas até abril do ano passado. O número de empreendimentos concluídos passou de 7.702 para 17.148.

A maior parcela das iniciativas, 44,7% ou 24.154, já está em andamento. Destes 20.881 são considerados "em obras", isto é, empreendimentos com ordem de início autorizada ou obra já iniciada. Os outros 3.273 estão "em execução": o empreendimento já foi iniciado e a meta é a realização de estudo, projeto, plano, assistência técnica ou desenvolvimento institucional.

Apesar da aceleração durante o ano passado, o PAC 2 ainda possui 12.793 iniciativas em fases iniciais. Os empreendimentos estão classificados como ação preparatória (15,1%), em contratação (1,7%) e em licitação de obra (6,4%) ou projeto (0,4%).

O órgão que possui o maior número de ações é o Ministério da Saúde: 14.908. No entanto, apenas 22,6% das iniciativas previstas, cerca de 3.365, estão concluídas. No papel, estão 2.281 iniciativas. Já em andamento são 9.279. A Pasta é responsável pela construção de Unidades Básicas de Saúde e a implantação de Unidades de Pronto-Atendimento, por exemplo.

O segundo maior órgão dentro do PAC 2 é a Educação. Ao todo, a Pasta possui 14.814 iniciativas previstas na segunda fase do PAC. Apenas 12,5% dos empreendimentos da educação foram concluídos. Entre as que não saíram do papel estão creches, pré-escolas e a construção de quadras esportivas.

Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 (2011/2014)

11º Balanço (2011 até 31/10/2014)

| SUBEXO | TIPO_EMPREENDIMENTO | Qtd. | % | Concluído e Em Operação | % Concluído e Em Operação / Qtd |
|-----------------------|--|--------|--------|-------------------------|---------------------------------|
| Água e Luz para todos | Água em áreas urbanas | 2.767 | 59,5% | 1150 | 41,6% |
| | Luz para Todos | 45 | 1,0% | 26 | 57,8% |
| | Recursos Hídricos | 1837 | 39,5% | 1504 | 81,9% |
| | TOTAL | 4.649 | 100,0% | 2.680 | 57,6% |
| Cidade Melhor | Cidades Digitais | 262 | 2,8% | 0 | 0,0% |
| | Cidades Históricas | 424 | 4,5% | 0 | 0,0% |
| | Equipamentos de Esporte de Alto Rendimento | 23 | 0,2% | 1 | 4,3% |
| | Infraestrutura Turística | 47 | 0,5% | 0 | 0,0% |
| | Mobilidade Urbana | 373 | 3,9% | 31 | 8,3% |
| | Pavimentação | 1625 | 17,1% | 46 | 2,8% |
| | Prevenção em áreas de risco | 589 | 6,2% | 113 | 19,2% |
| | Saneamento | 6.149 | 64,8% | 1.600 | 26,0% |
| | TOTAL | 9.492 | 100,0% | 1.791 | 18,9% |
| Comunidade Cidadã | Centro de Artes e Esportes Unificados | 342 | 1,1% | 53 | 15,5% |
| | Centro de Iniciação ao Esporte | 269 | 0,9% | 0 | 0,0% |
| | Creches e Pré Escolas | 5.772 | 19,0% | 786 | 13,6% |
| | Quadras Esportivas nas Escolas | 9.042 | 29,8% | 1067 | 11,8% |
| | UBS | 14.425 | 47,6% | 3.326 | 23,1% |

| SUBEIXO | TIPO_EMPREENDIMENTO | Qtd. | % | Concluído e Em Operação | % Concluído e Em Operação / Qtd |
|-------------------|--|--------|--------|-------------------------|---------------------------------|
| Comunidade Cidadã | UPA | 483 | 1,6% | 39 | 8,1% |
| | TOTAL | 30.333 | 100,0% | 5.271 | 17,4% |
| Energia | Combustíveis Renováveis | 6 | 0,8% | 3 | 50,0% |
| | Geologia e Mineração - Cprm | 11 | 1,5% | 4 | 36,4% |
| | Geração de Energia Elétrica | 344 | 47,4% | 179 | 52,0% |
| | Marinha Mercante | 26 | 3,6% | 26 | 100,0% |
| | Petróleo e Gás Natural | 161 | 22,2% | 87 | 54,0% |
| | Transmissão de Energia Elétrica | 177 | 24,4% | 103 | 58,2% |
| | TOTAL | 725 | 100,0% | 402 | 55,4% |
| Habitação | Financiamento SBPE | 27 | 0,9% | 27 | 100,0% |
| | MCMV 2 | 27 | 0,9% | 27 | 100,0% |
| | Urbanização de assentamentos precários | 3.032 | 98,3% | 1.605 | 52,9% |
| | TOTAL | 3.086 | 100,0% | 1.659 | 53,8% |
| Transporte | Aeroporto | 106 | 1,8% | 53 | 50,0% |
| | Estradas Vicinais | 5071 | 87,3% | 5071 | 100,0% |
| | Ferrovia | 46 | 0,8% | 17 | 37,0% |
| | Hidrovia | 55 | 0,9% | 19 | 34,5% |
| | Porto | 80 | 1,4% | 29 | 36,3% |
| | Rodovias | 452 | 7,8% | 156 | 34,5% |
| | TOTAL | 5.810 | 100,0% | 5.345 | 92,0% |
| Total Geral | | 54.095 | | 17.148 | 31,7% |

Fonte: PAC - Elaboração: Contas Abertas

O terceiro maior órgão em quantidade de iniciativas é o Ministério das Cidades: 7.999. Do total, 30,2% das ações estão concluídas. Entre os empreendimentos da Pasta estão obras de mobilidade urbana, pavimentação e prevenção em áreas de risco, dentre outras.

O quadro a seguir relaciona a quantidade de empreendimentos previstos com o que efetivamente foi concluído.

2.4 PAC ORÇAMENTÁRIO

Assim como aconteceu com o PAC Global, a previsão de aplicações com recursos do Orçamento Geral da União, em valores correntes, também cresceu do PAC 1 para o PAC 2. A previsão para as ações do PAC 1 com recursos do Orçamento, até 2010, foi de R\$ 96,3 bilhões, considerando as dotações atualizadas. Na segunda etapa, entre 2011 e 2014 foram projetados R\$ 243,4 bilhões em desembolsos, mais que o dobro dos primeiros quatro anos. A previsão original no lançamento do programa era aplicar R\$ 215,4 bilhões oriundos do OFSS.

As dotações orçamentárias do Orçamento Geral da União cresceram apenas do primeiro para o segundo ano do PAC 2. No período os valores autorizados passaram de R\$ 40,4 bilhões em 2011 para R\$ 73,9 bilhões em 2012. Nos exercícios posteriores os valores baixaram para R\$ 67,0 bilhões e R\$ 62,1 bilhões, em 2013 e 2014, respectivamente.

O comportamento não foi observado em relação à execução orçamentária, que cresceu a cada exercício. Entre 2011 e 2014, houve aumento de 105,9% (de R\$ 28 bilhões para R\$ 57,7 bilhões).

A execução orçamentária acumulada no período 2011 a 2014, do ponto de vista do volume de recursos pagos, foi de R\$ 169,7 bilhões, representando cerca de 78,8% do total inicialmente previsto e 69,7% da dotação atualizada do programa.

A execução dos restos a pagar pagos de exercícios anteriores ganhou ainda mais relevância no PAC 2. Como “herança” da primeira etapa do programa, já no primeiro ano do PAC 2, os restos a pagar corresponderam a R\$ 18,6 bilhões, enquanto os recursos do ano somaram R\$ 9,4 bilhões.

No exercício de 2012, os restos a pagar pagos foram de R\$ 21,3 bilhões, sendo mais expressivos do que os recursos oriundos do orçamento do exercício, no valor de R\$ 18 bilhões.

Em 2013, os pagamentos com recursos do exercício foram de R\$ 19,6 bilhões e de restos a pagar pagos somaram R\$ 25,1 bilhões. Em 2014 a diferença entre recursos do ano e de restos a pagar também foi significativa: R\$ 25,9 bilhões do orçamento do exercício contra R\$ 31,9 bilhões de restos a pagar pagos.

Considerando a execução acumulada dos quatro exercícios, os restos a pagar responderam por 57% da execução da despesa, tendo atingido R\$ 96,8 bilhões. O montante supera em 32,7% a execução dos recursos dos orçamentos dos exercícios correntes.

A execução orçamentária do PAC 2 também se concentrou nos Ministério das Cidades e dos Transportes. No entanto, as posições foram invertidas em relação ao PAC 1. Assim, o Ministério das Cidades foi o que mais desembolsou recursos: R\$ 60,9 bilhões, sendo R\$ 36,6 bilhões de restos a pagar.

PAC Orçamentário 2011/2014 - em R\$ bilhões correntes

| Ano | Dotação Autorizada | Valores Pagos | RP PAGOS | TOTAL PAGO |
|-------------------|--------------------|---------------|----------|------------|
| 2011 | 40,4 | 9,4 | 18,6 | 28,0 |
| 2012 | 74,0 | 18,0 | 21,3 | 39,3 |
| 2013 | 67,0 | 19,6 | 25,1 | 44,7 |
| 2014 | 62,1 | 25,9 | 31,8 | 57,7 |
| TOTAL (2011/2014) | 243,4 | 72,9 | 96,8 | 169,7 |

Fonte: SIAFI

PAC 2011 a 2014 - em R\$ milhões

| Órgão | Total pago* |
|---|-------------|
| MINISTERIO DAS CIDADES | 60.861,7 |
| MINISTERIO DOS TRANSPORTES | 47.389,5 |
| MINISTERIO DA DEFESA | 16.019,9 |
| MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL | 11.972,0 |
| MINISTERIO DA EDUCACAO | 10.469,1 |
| MINISTERIO DA SAUDE | 5.944,0 |
| PRESIDENCIA DA REPUBLICA | 5.224,5 |
| MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO | 4.928,8 |
| MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME | 1.685,3 |
| MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA | 1.020,0 |
| SECRETARIA DE AVIACAO CIVIL | 973,0 |
| MINISTERIO DA FAZENDA | 910,0 |
| MINISTERIO DA CULTURA | 617,5 |
| MINISTERIO DO ESPORTE | 616,1 |
| SECRETARIA DE PORTOS | 408,3 |
| MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO | 332,4 |
| MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO | 122,0 |
| SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES | 71,3 |
| MINISTERIO DO TURISMO | 64,4 |
| MINISTERIO DAS COMUNICACOES | 38,9 |
| MINISTERIO DA JUSTICA | 33,1 |
| MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE | 20,3 |
| MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES | 19,7 |
| MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO | 1,8 |
| MINISTERIO DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR | 0,0 |
| Total Geral | 169.743,7 |

Fonte: SIAFI

* Inclui os restos a pagar pagos

Logo atrás ficou o Ministério dos Transportes com desembolso de R\$ 47,4 bilhões, dos quais R\$ 26,8 bilhões foram de restos a pagar. O Ministério da Defesa aparece na terceira colocação com a utilização de R\$ 16 bilhões para as iniciativas do programa. Do total, R\$ 6,9 bilhões eram de restos a pagar pagos.

A empreiteira Construtora Norberto Odebrecht foi a empresa que mais recebeu recursos do PAC 2: R\$ 3,5 bilhões. A empresa foi seguida pela Construtora Queiroz Galvão SA, com R\$ 1,7 bilhão, e a Construtora Centro Minas Ltda, com R\$ 1,6 bilhão.

2.5 METAS E O REALIZADO

Do primeiro para o último balanço do PAC 2, as metas do programa foram alteradas. Dessa forma, a análise vai abranger o alcance das metas de acordo com as duas informações fornecidas.

EIXO TRANSPORTES

Na segunda fase do programa, os empreendimentos em logística caracterizaram-se por investimentos na infraestrutura de transporte, acrescidos de recursos para Defesa e Segurança Nacional.

Nas iniciativas de rodovias a previsão inicial era de que 55.000 km sofressem manutenção. A meta no final do programa passou para 50.679 km. No total, foram executados 50.679 km, isto é, 100% da meta final e cerca de 92,1% das metas inicialmente estabelecidas. No caso da Adequação/Duplicação a meta estabelecida foi de 3.238 km, originalmente, no final do programa o número era de 1.864 km. A execução foi de 1.832 km, o que representa 98,28% do original e 56,58% da meta inicial.

Já nos investimentos em Construção/Pavimentação a meta inicial era de 4.993 km e passou para 2.652 km no final de 2014. Foram executa-

dos 1.973 km, correspondente a 74,4% da expectativa final ou 39,52% da expectativa inicial. A execução da meta de sinalização (76.011 km) atingiu 87,7% da meta final (86.643km) e 113% da meta inicial (67.260 km). Os equipamentos de controle de velocidades não estavam previstos originalmente, porém, foram adquiridas 2.036 unidades, da previsão final de 2.969 previstas (75,5%).

No que diz respeito às concessões estavam previstos originalmente 2.248 km, meta que foi finalizada em 2.229 km. A execução das concessões atingiu 1.413 km no PAC 2. No caso das ferrovias, a construção atingiu 1.088 km no PAC 2, o número representa 49,84% dos 4.479 km da meta original e 24,29% dos 2.183 km da expectativa final.

Das ações no setor de portos, as intervenções em “infraestrutura portuária” alcançaram a meta proposta, que não mudou do balanço original para o último, atingindo 100% de execução física de 1.104 mililitros cúbicos. Foram realizados três estudos, correspondendo a 60% da meta final e 9% da meta original. Das demais intervenções, o destaque para a “construção e ampliação de berços”, cujo resultado foi de 869 metros, 100% da meta estipulada desde o início do programa.

As ações aeroportuárias são compostas por nove tipos de intervenção distintas. Deste total, merecem destaque para a execução de “pistas”, cujo resultado foi a construção de 2.340 m, ou 44% do previsto. A despesa total foi de R\$ 41 milhões, conduzindo ao valor por metro de R\$ 20 mil.

As intervenções em “acesso viário” e “estacionamento” alcançaram o percentual de execução de 100%, porém o valor de execução financeira das ações em “estacionamento” não foi informado. Com 98% de execução física do planejamento, encontram-se as ações de “terminal de passageiros” e com 64%, as ações referentes às “torres de controle”.

Nas iniciativas dentro do subeixo Hidrovias, a “Dragagem, Derrocamento e Sinalização” atingiu 910 km, 40% da meta inicial de 2.274 km e 75,8% da previsão final de 1.200 km. Já a Construção de Terminais Hidroviários alcançou 36,4% da meta original de 44 terminais e 80% da meta final de 20 terminais. Foram realizados 3 estudos e projetos. Inicialmente estavam previstos 17, a meta final era de 6. As iniciativas de Dragagem, Derrocamento e Obra em Ponte não estavam previstas no

início do PAC 2, mas foram realizadas 2 intervenções das 8 autorizadas no final do programa.

A compra de equipamentos (motoniveladoras, caminhões, retroescavadeiras) atingiu 15.191 unidades, das 15.193 previstas no final de 2014. Inicialmente apenas 4.500 equipamentos estavam colocados como meta.

As iniciativas de Defesa e Segurança Nacional também não estavam previstas originalmente no PAC 2. No entanto, foi adquirido um sistema de controle do espaço aéreo (100% da meta), 7 helicópteros (a meta era de 21), 1 módulo de laboratório de degradação de materiais, 4.899 caminhões (a meta era de 7.293), 548 viaturas (a meta era de 2.661), 11 unidades “Astros 2020” (a meta era de 20) e

As iniciativas de estudos e instalações do Projeto K-6 (meta de 2 unidades), simuladores de voo (FTD) (meta de 3 unidades), fabricação de estruturas metálicas (meta era de 1 unidade) e blindados (meta era de 86) não tiveram metas físicas concluídas.

EIXO ENERGIA

As ações de “geração” ampliaram a oferta de energia em 15.908 MW, representando 83% da meta final prevista para o período e 64,3% da meta original. A execução dos empreendimentos de “transmissão” foi de 15.312 km (30,9% da meta final e 88,3% da meta original) e 28.150 MVA de Subestação (80% da meta final e 105,1% da meta original).

No setor de Petróleo e Gás Natural as iniciativas de “campos e plataformas” foram ampliadas em 1.780 mil barris por dia (40,2% da meta final e 241% da meta inicial), 15 milhões de m³ por dia (100% da meta original que não foi mudada), 201 km (37% da meta original e 100% da meta final), 19 testes de longa duração (100% da meta final e 136% da meta original).

No setor de “desenvolvimento da produção” foram executados 1.958 mil barris por dia (média anual) (100% da meta estipulada no final de 2014, sendo que não foi informada a meta original). No setor de “fertilizantes”

PAC - Informações globais. Execução físico-financeira das ações concluídas do eixo "Transportes"
 Considera o 11º balanço do PAC 2 - por tipo e subtipo (acumulada até 31/12/2014) - em R\$ bilhões

| TIPO DE INVESTIMENTO | Unidade Medida | Meta Física até 2014 | | Alcance das Metas Físicas das ações concluídas até 31/12/2014 | Execução Financeira das concluídas até 31/12/2014 (R\$ bilhões) |
|---|----------------|--------------------------------|----------------------------|---|---|
| | | Original (1º Balanço do PAC 2) | Balanço de 4 anos do PAC 2 | | |
| Rodovia | | | | | 38,68 |
| Manutenção* | km | 55.000 | 50.679 | 50.679 | 17,07 |
| Adequação/Duplicação | km | 3.238 | 1.864 | 1.832 | 5,98 |
| Construção/Pavimentação | km | 4.993 | 2.652 | 1.973 | 3,97 |
| | pontes | - | 11 | 11 | 0,02 |
| Estudos e Proj. Contínuos | km | 32.000 | 32.000 | 220.000 | 1,14 |
| Estudos e Projetos | unidade | 6 | 5 | 3 | 0,01 |
| Balanças | Balanças | 157 | 161 | - | 0,00 |
| Sinalização | km | 67.260 | 86.643 | 76.011 | 0,00 |
| Concessões | km | 2.248 | 2.229 | 1.413 | 10,06 |
| Controle de Velocidade | equip. | - | 2.696 | 2.036 | 0,42 |
| Ferrovia | | | | | 2,54 |
| Construção | km | 4.479 | 2.183 | 1.088 | 2,50 |
| Adequação | km | 10 | - | - | 0,00 |
| Estudos e Projetos | unidade | 13 | - | 6 | 0,04 |
| Porto | | | | | 0,80 |
| Dragagem e Derrocamento | m | -296 | -187 | -133 | 0,20 |
| | unidade | - | - | - | 0,00 |
| Recuperação/Construção/Ampliação/de Berços e Cais | m | 869 | 869 | 869 | 0,03 |
| | m ² | - | - | - | 0,00 |
| | unidade | 4 | 5 | 2 | 0,20 |
| Infraestrutura Portuária | unidade | 11 | 2 | 1 | 0,08 |
| | 1000 m3 | 1.104 | 1.104 | 1.104 | 0,00 |
| Acessos Terrestres | km | 5 | 5 | 5 | 0,02 |
| Estudos e Projetos | unidade | 54 | 5 | 3 | 0,03 |

| TIPO DE INVESTIMENTO | Unidade Medida | Meta Física até 2014 | | Alcance das Metas Físicas das ações concluídas até 31/12/2014 | Execução Financeira das concluídas até 31/12/2014 (R\$ bilhões) |
|---------------------------------------|----------------|--------------------------------|----------------------------|---|---|
| | | Original (1º Balanço do PAC 2) | Balanço de 4 anos do PAC 2 | | |
| Terminal de Passageiros | unidade | 6 | 4 | 3 | 0,15 |
| Inteligência Logística | unidade | 4 | 249 | 37 | 0,10 |
| | Intervenção | - | 100 | 2 | 0,00 |
| Aeroporto | | | | | 18,25 |
| Pátio | m ² | 97.041 | 109.719 | 109.719 | 0,05 |
| Terminal de passageiros | unidade | 853.109 | 721.324 | 542.624 | 0,54 |
| | m ² | 4 | 10 | 10 | 0,23 |
| Pista | m | 18.172 | 452 | 452 | 0,08 |
| | m ² | 947 | 99.675 | 99.675 | 0,02 |
| | unidade | - | 5 | 5 | 0,03 |
| Pista e pátio | m ² | - | 1.130.400 | 640.284 | 0,23 |
| | unidade | 1 | 2 | 2 | 0,00 |
| Terminal de Carga | m ² | 84.566 | 5.000 | 5.000 | 0,02 |
| Estudos e Projetos | unidade | 5 | 2 | 2 | 0,01 |
| Torre de Controle | m | 748 | - | 2.594 | 0,03 |
| | m ² | - | - | 440 | 0,02 |
| | unidade | - | 3 | 1 | 0,01 |
| Concessão | aeroportos | - | 4 | 4 | 16,89 |
| Carros contra incêndio e equipamentos | unidade | - | 62 | 82 | 0,10 |
| Hidrovia | | | | | 0,18 |
| Construção de Hidroviários Terminais | Terminal | 44 | 20 | 16 | 0,09 |
| Dragagem, Derrocamento e Sinalização | 1000 m3 | 234.472 | 1.363 | - | 0,00 |
| | km | 2.274 | 1.200 | 910 | 0,02 |
| | Intervenção | - | 2 | 1 | 0,00 |
| Construção de Eclusas | unidade | 9 | - | - | 0,00 |
| | intervenção | - | - | - | 0,00 |
| | Estudo | - | - | - | 0,00 |

| TIPO DE INVESTIMENTO | Unidade Medida | Meta Física até 2014 | | Alcance das Metas Físicas das ações concluídas até 31/12/2014 | Execução Financeira das concluídas até 31/12/2014 (R\$ bilhões) |
|--|----------------|--------------------------------|----------------------------|---|---|
| | | Original (1º Balanço do PAC 2) | Balanço de 4 anos do PAC 2 | | |
| Estudos e Projetos | unidade | 17 | 6 | 3 | 0,03 |
| Dragagem, Derrocamento e Obra em Ponte | intervenção | - | 8 | 2 | 0,04 |
| Equipamentos - Estradas Vicinais | | | | | 4,11 |
| Equipamentos (motoniveladoras, caminhões, retroescavadeiras) | unidades | 4.500 | 15.193 | 15.191 | 4,11 |
| Defesa e Segurança Nacional | | | | | 2,32 |
| Aeronáutica Espaço Controle Aéreo | Sistema | - | 1 | 1 | 0,26 |
| Aeronáutica - Projeto K-6 - Estudos | Unidade | - | 1 | - | 0,00 |
| Aeronáutica Projeto K-6 - Instalações | Unidade | - | 1 | - | 0,00 |
| Aeronáutica - Simulador de Vôo (FTD) | Unidade | - | 3 | - | 0,00 |
| Aeronáutica - Helicópteros | Unidade | - | 21 | 7 | 0,71 |
| Marinha - Fabricação de Estruturas Metálicas - (UFEM) | Unidade | - | 1 | - | 0,00 |
| Marinha - Módulo Laboratório Degradação Materiais | Unidade | - | 1 | 1 | 0,01 |
| Marinha - Testes Preoperacionais - UP-HU | percentual | - | 100 | - | 0,00 |
| Caminhões | Unidade | - | 7.293 | 4.899 | 1,22 |
| Viaturas | Unidade | - | 2.661 | 548 | 0,08 |
| Astros 2020 (Exército e Marinha) | Unidade | - | 20 | 11 | 0,05 |
| Blindado | Unidade | - | 86 | - | 0,00 |
| Total do Eixo | | | | | 66,88 |

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

* Meta anual, refere-se ao total de Km contratados para manutenção. O valor executado de manutenção contempla também o de sinalização

foram executados 100 mil m³ por ano (100% da meta final e original) e 303 mil toneladas por ano (100% da meta original e 36,9% da meta final).

Nas iniciativas de “pesquisa exploratória” foram executadas 5 mil amostras, sendo 100% da meta final e 53% da meta inicial, 11,9 mil pontos (100% da meta final e 138% a mais do que a meta original), 1.087.944 km (100% da meta final e apenas 4% da meta original) e 10 km² (100% da meta original e final).

O PAC 2 também previu 2 unidades para exploração do pré e pós-sal, o que foi alcançado no final do programa. Novas refinarias e petroquímicas alcançaram 236 mil barris por dia e 700 mil toneladas por ano, 19,2% e 100% da meta final, respectivamente. Na modernização e ampliação do refino foram executadas 17 unidades, 77,3% da meta final. Foram entregues 26 navios, dos 46 estipulados para o programa e duas plataformas para sondas de perfuração (100% da meta).

No setor de Gás Natural foram executadas 49 milhões m³ por dia (50% da meta final e 86% da meta inicial), 194 km (20% da meta final e 100% da meta inicial).

No setor de “Combustíveis Renováveis” foram executados 208 km de alcooduto e poliduto (22,5% da meta final e 59,1% da meta inicial). Se a meta for analisada pelo em m³ por ano, apenas 3,2% da meta de 744 mil m³ por ano foi cumprida. As iniciativas em hidrovias alcançaram 100% da meta de 9 mil m³ por ano. Já as metas de 120 mil m³ por ano de Biodiesel e 160 mil m³ por ano de etanol não saíram do papel.

Nas ações de “Geologia e Mineração” foi executado apenas 1 estudo de gestão da informação, sendo 100% da meta final, mas apenas 9,1% da meta inicial. Já os estudos sobre levantamentos somaram 821 unidades, 100% da meta final. Inicialmente estavam previstas apenas 218 estudos desse tipo. Os estudos de suporte laboratorial não foram executados. A previsão era de que 4 trabalhos fossem realizados.

Para a Marinha Mercante foram definidas metas somente para financiamentos contratados para estaleiros e embarcações: R\$ 31 bilhões. Foram alcançados

83,9% da meta, isto é, R\$ 26 bilhões. No entanto, entre as realizações do setor estão 13 estaleiros, entregues, em construção ou contratados, além de 379 embarcações de apoio à plataforma, à navegação e carga.

EIXO MINHA CASA, MINHA VIDA

No eixo Minha Casa, Minha Vida o destaque foram os financiamentos do SBPE que finalizaram o PAC 2 com R\$ 360,1 bilhões. O montante representou 104,3% a mais do que os R\$ 176 bilhões colocados como meta. O valor corresponde a 1.917.287 contratos.

No que se refere à “Urbanização de Assentamentos Precários” foram contratados R\$ 712 milhões. A previsão inicial era de que somassem R\$ 7,1 bilhões, isto é, apenas 10% da meta proposta.

Já os números relativos ao programa “Minha Casa, Minha Vida 2” alcançaram R\$ 88,8 bilhões. A meta inicial era de R\$ 72,6 bilhões, valor que foi elevado para R\$ 91,4 bilhões no final de 2014. Em relação às unidades habitacionais contratadas, os números ultrapassaram em 36% a meta inicial de 2 milhões e alcançaram quase 100% da meta final de 2.750.000.

PAC - Informações globais. Execução físico-financeira das ações concluídas do eixo “Minha casa, Minha vida”.

Considera o 11º balanço do PAC 2 - por tipo e subtipo (acumulada até 31/12/2014) - em R\$ bilhões

| TIPO DE INVESTIMENTO | Unidade Medida | Meta Física até 2014 | | Alcance das Metas Físicas das ações concluídas até 31/12/2014 | Execução Financeira das concluídas até 31/12/2014 (R\$ bilhões) |
|--|------------------------------------|--------------------------------|----------------------------|---|---|
| | | Original (1º Balanço do PAC 2) | Balanço de 4 anos do PAC 2 | | |
| Financiamento SBPE | | | | | 360,15 |
| Financiamento SBPE | R\$ Milhões | 176.000 | 176.000 | 360.150 | 360,15 |
| | contratos | Não definida | Não definida | 1.917.287 | |
| Urbanização de Assentamentos Precários* | R\$ Milhões | 7085 | 7085 | 712 | |
| Provisão Habitacional | Beneficiadas Famílias | Não definida | Não definida | 20.066 | 0,21 |
| Urbanização - Estudos e projetos | Projeto e/ou Estudo | | | 3 | 0,00 |
| Urbanização | Beneficiadas Famílias | | | 136.576 | 0,46 |
| Planos Locais de Habitação de Interesse Social | Plano | | | 1.030 | 0,03 |
| Assistência Técnica | Assistência Técnica | | | 85 | 0,00 |
| Lotes Urbanizados | Famílias Beneficiadas | | | 1.190 | 0,00 |
| Desenvolvimento Institucional | Desenv. Institucional | | | - | 0,00 |
| Requalificação de Imóveis | Beneficiada Famílias | | | 108 | 0,00 |
| MCMV 2 | Unidades Habitacionais contratadas | 2.000.000 | 2.750.000 | 2.719.519 | 88,84 |
| Total do Eixo | | | | | 449,70 |

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

* A meta física até 2014 corresponde aos valores financeiros relativos às ações com previsão de conclusão até 2014. Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República – Exercício de 2014

EIXO ÁGUA E LUZ PARA TODOS

No programa “Luz para Todos” foram realizadas 538.518 ligações. O número representou 75,21% da meta final estipulada para o programa e 66,23% da meta original.

Os poços e sistemas do programa “Água para Todos” somaram 317 unidades, o que representou 64,7% da meta final (490 unidades) e 55,8% da meta original (568 unidades).

Ainda no setor de Recursos Hídricos, foram realizadas 13 obras de dragagem (a meta era de 20 obras), 70 unidades de infraestrutura de abastecimentos (a meta era de 367 unidades), 446 km de integração de bacias (a meta era de 1.874 km), 7.250 hectares de irrigação (a meta era de 238.265 hectares) e 62 intervenções para revitalização de bacia (a meta era 241 intervenções).

Também foram adquiridos 2.880 caminhões-pipa e pás carregadeiras. O número significa 100% da meta prevista ao final do programa. Inicialmente os equipamentos não estavam previstos. Na mesma linha, foi realizado apenas um estudo ou projeto para o setor de recursos hídricos, sendo que 4 estavam estipulados.

No caso das iniciativas de águas em áreas urbanas foram desembolsados R\$ 1,1 milhão, o que representou 35% da meta de R\$ 3,2 milhões. Já as 51 perfuratrizes para integração não saíram do papel.

PAC - Informações globais. Execução físico-financeira das ações concluídas do eixo “Água e Luz para Todos”. Considera o 11º balanço do PAC 2 - por tipo e subtipo (acumulada até 31/12/2014) - em R\$ bilhões

| TIPO DE INVESTIMENTO | Unidade Medida | Meta Física até 2014 | | Alcance das Metas Físicas das ações concluídas até 31/12/2014 | Execução Financeira das concluídas até 31/12/2014 (R\$ bilhões) |
|--|--------------------------|--------------------------------|----------------------------|---|---|
| | | Original (1º Balanço do PAC 2) | Balanço de 4 anos do PAC 2 | | |
| Luz para Todos | | | | | 5,51 |
| Luz para Todos | Ligações | 813.000 | 715.939 | 538.518 | 5,51 |
| Recursos Hídricos | | | | | 1,65 |
| Água para todos | unidade - poços/sistemas | 568 | 490 | 317 | 0,02 |
| Drenagem | unidade - obras | 20 | 20 | 13 | 0,08 |
| Infraestrutura de Abastecimento | unidade | 74 | 367 | 70 | 0,00 |
| | m ³ | 4.068.529.699 | 4.097.987.000 | 608.770.000 | 0,03 |
| | km | 1.725 | 4.518 | 1.211 | 0,27 |
| | Beneficiadas-Famílias | - | 102.712 | 3.652 | 0,01 |
| | estudo | - | 2 | 2 | 0,00 |
| Integração de bacias | km | 1.605 | 1.874 | 446 | 0,29 |
| | unidade | 25 | 23 | 1 | 0,04 |
| Irrigação | hectare | 222.191 | 238.265 | 7.250 | 0,01 |
| | estudo | - | 12 | 1 | 0,01 |
| Revitalização de bacias ** | intervencções | 465 | 241 | 62 | 0,05 |
| | projeto | - | 6 | 2 | 0,00 |
| Caminhões-Pipa e Pás-Carregadeira | equipamento | - | 2.880 | 2.880 | 0,82 |
| Estudos e Projetos - Recursos Hídricos | unidade | 0 | 4 | 1 | 0,01 |
| Água em Áreas Urbanas | | | | | 1,17 |

| TIPO DE INVESTIMENTO | Unidade Medida | Meta Física até 2014 | | Alcance das Metas Físicas das ações concluídas até 31/12/2014 | Execução Financeira das concluídas até 31/12/2014 (R\$ bilhões) |
|---|------------------------|--------------------------------|----------------------------|---|---|
| | | Original (1º Balanço do PAC 2) | Balanço de 4 anos do PAC 2 | | |
| Água em áreas urbanas* | R\$ milhões | 3.200 | 3.200 | 1.120 | - |
| Abastecimento de Água | Beneficiadas Famílias | Não Definida | Não Definida | 3.083.610 | 1,12 |
| | Escola Beneficiada | | | 85 | 0,00 |
| | Comunidade Beneficiada | | | 8.138 | 0,02 |
| | Laboratório Apoiado | | | 31 | 0,01 |
| Estudos e Projetos - Águas em Áreas Urbanas | unidade | - | 135,00 | 25,00 | 0,02 |
| Estudos e Projetos Geofísicos | Comunidade Beneficiada | - | 70,00 | 70,00 | 0,00 |
| Combate à Seca | | | | | 0,70 |
| Obras e Equipamentos - Plano BSM | Unidade | - | 2 | 1 | 0,70 |
| Segurança Alimentar | | | | | 1,23 |
| Segurança Alimentar e Nutricional | Intervenção | - | 2 | 2 | 1,23 |
| Equipamentos- Integração | | | | | |
| Perfurtrizes | Unidades | - | 51 | - | - |
| Total do Eixo | | | | | 10,26 |

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

* O alcance da meta física até 2014 corresponde aos valores financeiros relativos às ações com previsão de conclusão até 2014.

** No subtipo Revitalização de Bacias empreendimentos de natureza sistêmica passaram a ser tratados como intervenções" ao invés de "unidades".

EIXO CIDADE MELHOR

No que se refere às iniciativas de saneamento, foram projetados investimentos de R\$ 7,6 milhões, no entanto, apenas R\$ 1,5 milhão foi aplicado. A meta física inicial correspondia aos valores financeiros relativos às ações com previsão de conclusão até 2014.

Em relação às iniciativas de prevenção em áreas de risco foram desembolsados R\$ 6,4 milhões. O montante inicialmente previsto era de R\$ 3,1 milhões. A meta foi ultrapassada em 110%. Estavam previstos 84 estudos e projetos de prevenção em áreas de risco, porém apenas 6 foram realizados.

As metas não cumpridas do setor ficaram por conta de obras em contenção de cheias, que resultariam em 237.008 famílias beneficiadas. Outra ação que não saiu do papel foi a de elaboração de projetos para sistemas de contenção de cheias.

Nas iniciativas de mobilidades urbana foram realizados 137 km de metrô, 44,6% da meta final e 4,6% a mais do que a meta original. Também foram construídos 158 km de BRT, 19,5% dos 810 km previstos. Em relação aos trens urbanos, foram construídos 9 km, 33,3% da meta do programa. Ainda foram realizados 21 km de “corredores”, o que representou 1,3% da meta de 1.601 km.

Os sistemas de monitoramento alcançaram 2 km, sendo metade dos 4 km previstos. Já nos sistemas de trânsito a meta de 1 km previsto não foi executada. Os terminais foram aumentados em 2 km, dos 4 km previstos. Nas vias urbanas foram acrescentadas 57 km, dos 97 km previstos. Já a meta de execução dos 36 km de Veículos Leves sobre Trilho não foi alcançada.

Na pavimentação de Vias Urbanas foram executados 245 km, 13,1% do objetivo. A meta era que 1.871 km fossem pavimentados.

A meta de um sistema de monitoramento e alerta de desastres naturais foi alcançada em 100%. Enquanto isso, nenhuma das 24 intervenções em cidades históricas foi realizada.

PAC - Informações globais. Execução físico-financeira das ações concluídas do eixo “Cidade Melhor”.

Considera o 11º balanço do PAC 2 - por tipo e subtipo (acumulada até 31/12/2014) - em R\$ bilhões

| TIPO DE INVESTIMENTO | Unidade Medida | Meta Física até 2014 | | Alcance das Metas Físicas das ações concluídas até 31/12/2014 | Execução Financeira das concluídas até 31/12/2014 (R\$ bilhões) |
|---|------------------------|--------------------------------|----------------------------|---|---|
| | | Original (1º Balanço do PAC 2) | Balanço de 4 anos do PAC 2 | | |
| Saneamento | | | | | 2,72 |
| Saneamento* | R\$ milhões | 7.646 | 7.646 | 1.472 | - |
| Desenvolvimento Institucional | unidade | Não Definida | Não Definida | 17 | 0,21 |
| | Beneficiadas Famílias | | | - | - |
| Esgotamento Sanitário | Beneficiadas Famílias | | | 2.665.614 | 1,87 |
| | Comunidade Beneficiada | | | 8.269 | 0,02 |
| Estudos e Projetos | unidade | | | 96 | 0,03 |
| Elaboração de Projetos | unidade | | | 14 | 0,003 |
| Manejo de Resíduos Sólidos | Famílias Beneficiadas | | | 941.705 | 0,22 |
| Saneamento Integrado | Famílias Beneficiadas | | | 108.578 | 0,28 |
| Drenagem | Famílias Beneficiadas | | | 11.738 | 0,01 |
| Melhorias habitacionais para combate à doença de Chagas | Famílias Beneficiadas | | | 13.336 | 0,06 |
| Resíduos Sólidos | Famílias Beneficiadas | | | 36.024 | 0,02 |
| Prevenção de áreas de risco | | | | | 0,89 |
| Contenção de encostas e drenagem* | R\$ milhões | 3.063 | 3.063 | 6.439 | - |
| Obras de contenção de encostas | Famílias Beneficiadas | Não Definida | Não Definida | 2.430 | 0,003 |
| Plano de redução de riscos | unidade | | | 13 | 0,0003 |
| Projeto para estabilização de encostas | unidade | | | 11 | 0,0001 |
| Manejo de águas pluviais | Famílias Beneficiadas | | | 631.754 | 0,89 |
| Estudos e Projetos - Prevenção em Áreas de Risco | unidade | | | - | 84 |

| TIPO DE INVESTIMENTO | Unidade Medida | Meta Física até 2014 | | Alcance das Metas Físicas das ações concluídas até 31/12/2014 | Execução Financeira das concluídas até 31/12/2014 (R\$ bilhões) |
|--|-----------------------|--------------------------------|----------------------------|---|---|
| | | Original (1º Balanço do PAC 2) | Balanço de 4 anos do PAC 2 | | |
| Contenção de Cheias | m³ | - | | - | - |
| Contenção de Cheias - Obras | Projetos | - | 2 | - | - |
| | Famílias Beneficiadas | - | 237.008 | - | - |
| Contenção de Cheias - Projetos | Sistemas | - | 1 | - | - |
| Mobilidade Urbana | | | | | 6,90 |
| Mobilidade Urbana* | bilhões R\$ | 6,75 | - | - | - |
| Metrô | km | 131 | 307 | 137 | 0,50 |
| Trem Urbano | km | 9 | 27 | 9 | 0,94 |
| BRT | km | - | 810 | 158 | 3,73 |
| Corredor | km | - | 1.601 | 21 | 0,41 |
| | Obra de arte | - | | - | - |
| Sistema de Monitoramento | km | - | 4 | 2 | 0,09 |
| Sistemas de Transito | km | - | 1 | - | - |
| Terminal | km | - | 4 | 2 | 0,07 |
| Via Urbana | km | - | 97 | 57 | 1,15 |
| VLT | km | - | 36 | - | - |
| Pavimentação | | | | | 0,18 |
| Pavimentação de Vias Urbanas | km | - | 1.871 | 245 | 0,18 |
| Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais | | | | | 0,01 |
| Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais | Sistema | - | 1 | 1 | 0,01 |
| Cidades Históricas | | | | | |
| Cidades Históricas | Intervenção | - | 24 | - | |
| Total do Eixo | | | | | 10,71 |

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

*A meta física inicial correspondia aos valores financeiros relativos às ações com previsão de conclusão até 2014.

EIXO COMUNIDADE CIDADÃ

No eixo Comunidade Cidadã, a maior parcela das metas foi estipulada e medida com base nos recursos previstos para empreendimentos “selecionados”. Assim, ainda que as metas tenham sido alcançadas, não significa que os empreendimentos estejam sendo utilizados. No caso dos Centros de Artes e Esportes Unificados o valor somou R\$ 755 milhões em recursos selecionados, 94,4% da meta final e 47,2% da meta original.

Em relação às creches e pré-escolas foram selecionados os R\$ 7,6 bilhões previstos, ou seja, 100% da meta. Foram selecionados R\$ 3,8 bilhões em quadras esportivas nas escolas, 92,1% da meta de R\$ 4,1 bilhões.

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) executaram 63,4% a mais do que os R\$ 2,3 bilhões estipulados ao final do programa e 57,2% da meta original. Nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) foram selecionados R\$ 1,011 bilhão, cerca de 38,9% da meta original e 1,1% a mais do que meta final. No 1º balanço do PAC 2, a meta estabelecida para UBS e UPA foram divulgadas com a previsão de despesas de custeio. Nos balanços subsequentes, esse valor foi retirado.

Os “postos de polícia comunitária” foram excluído do PAC a partir do 2º Balanço. Inicialmente R\$ 1,6 bilhão estavam previstos em empreendimentos selecionados. Já os Centros de Iniciação ao Esporte entraram na lista durante o PAC 2. Porém, nenhum centavo dos R\$ 967 milhões previstos foi selecionado.

Na aquisição de equipamento de saúde básica foram compradas 1.804 ambulâncias (75,1% da meta), 10 micro-ônibus (95% da meta), 28 furgões (17,2% da meta). Os 2,5 mil ônibus escolares colocados como meta não foram adquiridos. Foram executados também R\$ 808 milhões em apoio ao desenvolvimento da educação básica, R\$ 832 milhões em apoio ao Transporte Escolar e R\$ 1,6 bilhão em infraestrutura para educação básica, 100% das metas estipuladas.

Nos equipamentos para Justiça foram compradas 100% das 9 viaturas previstas, 100% das 522 motocicletas e 2,9% das 34 unidades para Centro Olímpico e Paralímpico. Nenhum dos 22 municípios que contariam com intervenções de infraestrutura turística foram beneficiados. Apenas 1 unidade de preservação do Patrimônio Cultural, das duas previstas, foi executada.

Na realidade, a utilização dos valores dos empreendimentos selecionados como meta, não exprime a real situação dos empreendimentos. É fato notório que as construções das creches, por exemplo, ficaram muito aquém do objetivo. Conforme é possível notar no item 2.3, das 5.772 creches e pré-escolas previstas, apenas 14% foram concluídas.

PAC - Informações globais. Execução físico-financeira das ações concluídas do eixo “Comunidade Cidadã”. Considera o 11º balanço do PAC 2 - por tipo e subtipo (acumulada até 31/12/2014) - em R\$ bilhões

| TIPO DE INVESTIMENTO | Unidade Medida | Meta Física até 2014 | | Alcance das Metas Físicas das ações concluídas até 31/12/2014 | Execução Financeira das concluídas até 31/12/2014 (R\$ bilhões) |
|-------------------------------------|---------------------------|--------------------------------|----------------------------|---|---|
| | | Original (1º Balanço do PAC 2) | Balanço de 4 anos do PAC 2 | | |
| CEUs | | | | | 0,11 |
| Centros Artes e Esportes Unificados | milhões R\$ - selecionado | 1600 | 800 | 755 | 0,11 |
| Creches e pré-escolas | | | | | 0,83 |
| Creches e pré-escolas | milhões R\$ - selecionado | 7.600 | 7600 | 7600 | 0,83 |
| UBS | | | | | 0,45 |
| UBS* | milhões R\$ - selecionado | 6.454 | 2260 | 3693 | 0,45 |
| UPA | | | | | 0,08 |
| UPA* | milhões R\$ - selecionado | 2.600 | 1000 | 1011 | 0,08 |
| Quadras Esportivas nas Escolas | | | | | 0,44 |
| Quadras Esportivas nas Escolas | milhões R\$ - selecionado | 4.100 | 4100 | 3777 | 0,44 |
| Postos de Polícia Comunitária | | | | | - |
| Postos de Polícia Comunitária** | milhões R\$ - selecionado | 1600 | - | - | - |
| Centros de Iniciação ao Esporte | | | | | - |
| Centros de Iniciação ao Esporte | milhões R\$ - selecionado | - | 967 | - | - |
| Saúde Básica - Equipamentos | | | | | 0,26 |
| Ambulância | unidade | - | 2.400 | 1.804 | 0,25 |
| Micro-ônibus | unidade | - | 20 | 19 | 0,005 |
| Furgão | unidade | - | 163 | 28 | 0,004 |

| TIPO DE INVESTIMENTO | Unidade Medida | Meta Física até 2014 | | Alcance das Metas Físicas das ações concluídas até 31/12/2014 | Execução Financeira das concluídas até 31/12/2014 (R\$ bilhões) |
|---|----------------|--------------------------------|----------------------------|---|---|
| | | Original (1º Balanço do PAC 2) | Balanço de 4 anos do PAC 2 | | |
| Educação Básica | | | | | 3,22 |
| Ônibus Escolar | unidade | - | 2.500 | - | - |
| Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica | milhões R\$ | - | 808 | 808 | 0,81 |
| Apoio ao Transporte Escolar | milhões R\$ | - | 832 | 832 | 0,83 |
| Infraestrutura da Educação Básica para | milhões R\$ | - | 1.576 | 1.576 | 1,58 |
| Justiça - Equipamentos | | | | | 0,02 |
| Viaturas | unidade | - | 9 | 9 | 0,00 |
| Motocicletas | unidade | - | 522 | 522 | 0,02 |
| Centro Olímpico e Paraolímpico | unidade | - | 34 | 1 | 0,13 |
| Infraestrutura Turística | | | | | - |
| Infraestrutura Turística | município | - | 22 | - | - |
| Preservação do Patrimônio Cultural | | | | | 0,02 |
| Preservação do Patrimônio Cultural | unidade | - | 2 | 1 | 0,02 |
| Total do Eixo | | | | | 5,54 |

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

* No 1º balanço do PAC 2, a meta estabelecida para UBS e UPA foram divulgadas com a previsão de despesas de custeio. Nos balanços subsequentes, esse valor foi retirado.

** O tipo postos de polícia comunitária foi excluído do PAC a partir do 2º Balanço.





PAC 2015 - 2018 -
TERCEIRA ETAPA
DO PROGRAMA DE
ACELERAÇÃO DO
CRESCIMENTO

3. TERCEIRA ETAPA DO PAC

Apesar de não ter oficialmente anunciada nova etapa do PAC, o programa continua a ser uma das “bandeiras” do governo federal. De acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o PAC é um processo contínuo de planejamento e execução de empreendimentos de infraestrutura em todo o país. Nesse sentido, as obras continuam em execução e novas ações prioritárias foram incluídas a partir de 2015.

No último balanço do PAC consolidando dados de 2015, divulgado em fevereiro de 2016, o governo federal afirmou que mesmo com o atual cenário econômico desfavorável e os ajustes promovidos na contenção dos gastos públicos, o PAC continua sendo um importante programa de aplicação sequenciada de recursos em infraestrutura no Brasil.

Assim, o governo federal divulgou a expectativa do investimento global apenas em fevereiro de 2016. A previsão é que R\$ 1,05 trilhão sejam investidos por meio do PAC entre 2015 e 2018. Para o Eixo Logística são previstos R\$ 68,5 bilhões. Outros R\$ 461,7 bilhões estão planejados para o Eixo Energético e R\$ 519,9 bilhões para o Eixo Social Urbano.

No primeiro ano, as aplicações alcançaram R\$ 251,7 bilhões. O montante equivale a 24,2% do valor total que deverá ser desembolsado entre 2015 e 2018.

3.1 POR EIXO

Em 2015, as obras entregues à população contaram com recursos da ordem de R\$ 159,7 bilhões, o que representou 23,8% do previsto como concluído para o período 2015-2018 (R\$ 672 bilhões).

As aplicações foram distribuídas em três áreas estruturantes: Eixo Social e Urbano (R\$ 91,2 bilhões), Eixo Energético (R\$ 63,6 bilhões) e Eixo Logística (R\$ 4,9 bilhões).

3.2 POR FONTES DE RECURSOS

Do total dos valores executados em 2015 pelo PAC, R\$ 99,9 bilhões correspondem a valores de financiamentos ao setor público, financiamentos habitacionais de imóveis novos e do programa Minha Casa, Minha Vida. Outros R\$ 55,8 bilhões foram provenientes das empresas estatais, R\$ 47,3 bilhões do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, R\$ 45,4 bilhões do setor privado e R\$ 3,3 bilhões de contrapartidas de estados e municípios.



2015 - 2018 - Por Eixo - em R\$ bilhões

| EIXO | PREVISÃO | CONCLUÍDO |
|-----------------|----------|-----------|
| Logística | 68,5 | 4,9 |
| Energética | 461,7 | 63,6 |
| Social e urbano | 519,9 | 91,2 |
| TOTAL | 1.050,00 | 159,7 |

Por Fontes de Recursos - em R\$ bilhões

| TIPO DE INVESTIMENTO | VALOR (R\$ bilhões) |
|---------------------------------------|---------------------|
| ESTATAL | 55,8 |
| SETOR PRIVADO | 45,4 |
| FINANCIAMENTO* | 99,9 |
| OGU FISCAL E SEGURIDADE | 47,3 |
| CONTRAPARTIDA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS | 3,3 |
| TOTAL GERAL | 251,7 |

*No valor de financiamento foram considerados os montantes relativos ao Setor Público, Financiamento Habitacional de imóveis novos – SBPE e do Programa Minha Casa, Minha Vida.

3.3 QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS

O ajuste fiscal promovido em 2015 se refletiu no número de ações concluídas por meio do programa. Apenas 16% das obras previstas estão concluídas ou em operação. Os dados foram levantados no 2º Balanço do PAC de 2015 e se referem ao período de janeiro a dezembro daquele exercício. Ao todo, 36.681 empreendimentos estão previstos para o PAC 2015-2018, mas somente 5.863 ficaram prontos.

A maior parcela das iniciativas, 54,4% ou 19.963, estão “em obras”, isto é, empreendimentos com ordem de início autorizada ou obra já iniciada. Outros 972 estão “em execução”, ou seja, o empreendimento já foi iniciado ou a meta é a realização de estudo, projeto, plano, assistência técnica ou desenvolvimento institucional. Em fases iniciais estão 9.883 empreendimentos. Neste caso, as iniciativas estão classificadas como em ação preparatória (7.145), em contratação (72) e em licitação de obra (2.357) ou projeto (309).

3.4 PAC ORÇAMENTÁRIO

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), assim como aconteceu com os investimentos da União, foi diretamente afetado pelo ajuste fiscal do ano passado.

As iniciativas do programa receberam menos 18,1% de recursos nos doze meses de 2015 em relação ao mesmo período do ano de 2014, em valores correntes.

Os valores aplicados no chamado “PAC Orçamentário” (passível de monitoramento no Orçamento Geral da União), passaram de R\$ 57,7 bilhões em 2014 para R\$ 47,3 bilhões em 2015, em se considerando os valores correntes. A redução em valores constantes foi de R\$ 15,7 bilhões.

Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
2º Balanço (2015-2018)

| ESTAGIO | Qtd. | % |
|-------------------------|---------------|---------------|
| CONCLUÍDO | 5.819 | 15,9% |
| EM OPERAÇÃO | 44 | 0,1% |
| EM EXECUÇÃO | 972 | 2,6% |
| EM OBRAS | 19.963 | 54,4% |
| AÇÃO PREPARATÓRIA | 7.145 | 19,5% |
| EM CONTRATAÇÃO | 72 | 0,2% |
| EM LICITAÇÃO DE OBRA | 2.357 | 6,4% |
| EM LICITAÇÃO DE PROJETO | 309 | 0,8% |
| Total Geral | 36.681 | 100,0% |

| "CONCLUÍDOS" | | "EM EXECUÇÃO" | | "NO PAPEL" | |
|--------------|-------|---------------|-------|------------|-------|
| Qtd. | % | Qtd. | % | Qtd. | % |
| 5.863 | 16,0% | 20.935 | 57,1% | 9.883 | 26,9% |

Fonte: PAC - Elaboração: Contas Abertas

PAC Orçamentário 2015 - em R\$ bilhões correntes

| Ano | Dotação Autorizada | Valores Pagos | RP PAGOS | TOTAL PAGO |
|------|--------------------|---------------|----------|------------|
| 2015 | 67,3 | 24,2 | 23,1 | 47,3 |

Fonte: SIAFI

É importante ressaltar que as aplicações do PAC incluem investimentos, outras despesas correntes e inversões financeiras. Do total aplicado no "PAC Orçamentário" no ano passado, os investimentos foram de R\$ 22,5 bilhões. As inversões financeiras somaram R\$ 11,8 bilhões, enquanto na rubrica "outras despesas correntes", o dispêndio foi de R\$ 13 bilhões.

Dentre as iniciativas do PAC, uma das mais importantes, o programa Minha Casa, Minha Vida, estava até novembro do ano passado com valor abaixo ao do mesmo período de 2014. No entanto, no último mês do ano conseguiu se recuperar.

De fato, em 2014 (até dezembro), a execução orçamentária do programa "Minha Casa Minha Vida" em valores correntes foi de R\$ 17,6 bilhões. Em 2015, no mesmo período, a aplicação foi de R\$ 20,9 bilhões. O aumento nominal foi de R\$ 3,2 bilhões. O acréscimo real foi de R\$ 1,6 bilhão. A alteração significativa ocorreu nos dias 28 e 29 de dezembro de 2015, por meio de repasses da União em favor da Caixa Econômica Federal que somaram R\$ 10,5 bilhões, o que provavelmente cobriu "pedaladas" fiscais relativas ao programa. Convém ressaltar que os valores representam os subsídios que saem do Orçamento Geral da União em favor da redução das prestações dos adquirentes de imóveis.

Em relação à execução orçamentária em 2015, foram desembolsados 70,2% dos R\$ 67,3 bilhões previstos em dotação atualizada. Dos R\$ 47,3 bilhões aplicados, 48,9% ou R\$ 23,1 bilhões foram em restos a pagar pagos. O montante utilizado do orçamento do ano foi de R\$ 24,2 bilhões ou 51,1% do total pago.

Cabe ressaltar que os valores autorizados em orçamento, mas não empenhados somaram R\$ 25,2 bilhões.

3.5 METAS FÍSICAS (AÇÕES CONCLUÍDAS)

O valor total das ações concluídas realizadas em 2015 somou R\$ 159,7 bilhões. Cabe esclarecer que ainda não foram divulgadas as metas das iniciativas do programa na fase atual. Dessa forma, o balanço do programa de 2015, mostra apenas as iniciativas concluídas.

EIXO LOGÍSTICA

De acordo com o balanço foram concluídos no subeixo “Rodovias” 270 km em oito empreendimentos, com destaque para a BR-418 (BA), acesso à Caravelas, litoral sul da Bahia, a BR-235 (BA), entre as cidades de Uauá e Pinhões e na BR-101 (SC), a ponte Anita Garibaldi e o túnel do Morro do Formigão.

Já no que diz respeito às “Ferrovias”, foi concluído um trecho da ferrovia Transnordestina, representando uma extensão de 163 quilômetros entre as cidades de Salgueiro e Trindade no estado de Pernambuco.

Nas “Hidroviias” foram concluídos dois terminais hidroviários, visando favorecer o transporte aquaviário de passageiros na Amazônia, nos municípios de Japurá e Eurinepé.

Dez empreendimentos foram concluídos no subeixo “Portos” incluindo estudos para o desenvolvimento da cabotagem no Brasil e para a modernização da gestão dos portos. Além disso, foi inaugurado o Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM), em Itaqui no Maranhão. O projeto é estruturante tem o objetivo de transformar o Porto do Itaqui em referência nacional na exportação de grãos.

Já no que diz respeito aos “Aeroportos” foram sete os empreendimentos concluídos, dentre eles a recuperação do pátio do Aeroporto Santos Dumont (RJ) e a reforma e ampliação dos terminais de passageiros de Santarém (PA) e Tabatinga (AM).

EIXO ENERGÉTICO

Em relação ao subeixo “Geração de energia elétrica” foram acrescentados 5.217 MW ao sistema. O balanço do PAC destacou a UHE Tele Pires (1.820 MW), em operação com duas unidades geradoras (728 MW), a UHE Santo Antônio (3.568 MW), em operação com 37 unidades geradoras (2.711 MW) e a UHE Jirau (3.750 MW), em operação com 41 unidades geradoras (3.075 MW).

Já no que diz respeito à “Transmissão de energia” foram instalados 1.578 quilômetros de linhas de transmissão e oito subestações.

Já na “Exploração e produção de petróleo e gás” foram perfurados 27 novos poços exploratórios, totalizando 54 novos poços em 2015. No “Refino e petroquímica”, a Refinaria Abreu e Lima (PE) - em operação com 92,1% – aumentou a capacidade de processamento para 100 mil barris de petróleo por dia.

Na “Indústria naval” foram entregues quatro navios de grande porte: três navios do tipo Suezmax (André Rebouças, Marcílio Dias e José do Patrocínio) e um Gaseiro (Oscar Niemeyer).

EIXO SOCIAL E URBANA

O programa Minha Casa, Minha Vida entregou 445.305 unidades habitacionais em 2015. Já o financiamento habitacional de imóveis novos atingiu 218.956 contratos. A urbanização de assentamentos precários realizou 163 ações em 143 municípios, beneficiando 70 mil famílias.

Em relação ao subeixo “Recursos hídricos” foram concluídos 13 empreendimentos, dentre eles as Adutoras Araras-Crateús, ETA Maranguape-Maranguape, Flor do Campo-Quiterianópolis, Aroeiras e o Sistema Integrado de Abastecimento de Água Campina Grande – Pocinhos.

Já nas iniciativas de “Saneamento”, no subeixo “água em áreas urbanas” foram concluídos 213 empreendimentos em 226 municípios. Em “esgotamento sanitário” e “resíduos sólidos urbanos” foram concluídos 419 empreendimentos em 399 municípios.

No programa Luz para Todos foram realizadas 57.676 ligações, 28% da meta 2015-2018. Destas, 18.793 são em áreas prioritárias do Brasil sem Miséria.

No subeixo “Prevenção em áreas de risco” foram concluídos 25 empreendimentos de drenagem em 23 municípios e em contenção de encostas foram finalizados 11 empreendimentos em nove municípios.

Em “Pavimentação” foram 32 empreendimentos concluídos. Na lista ainda de obras concluídas ainda estão 38 UPAs, 2.942 UBSs, 31 CEUs, 385 creches e pré-escolas e 1.193 quadras esportivas. Já em Cidades Históricas foram concluídas 13 obras.





PAC CONSOLIDADO

4. PAC CONSOLIDADO

Apesar de ser uma das principais iniciativas do governo federal desde 2007, a consolidação dos números do Programa de Aceleração do Crescimento é um processo complexo diante das diferentes formas com que os dados foram disponibilizados nas três etapas existentes.

A principal fonte de informação sobre o programa são os balanços produzidos a cada três meses. No entanto, os dados físicos não existiam de maneira unificada no primeiro ciclo do programa, tornando necessária a análise de cada balanço regional.

Só no balanço de outubro de 2011, os empreendimentos passaram a ser codificados por identificador único para serem acompanhados em termos de execução.

Assim, para consolidar as obras dos nove anos do programa o Contas Abertas comparou a primeira versão de dados físicos disponível (outubro de 2011) com o último banco de dados de 2014 e as informações de 2015. Nessa consolidação foram acrescentadas as obras concluídas na primeira etapa do programa.

Outra dificuldade para consolidação é o não detalhamento específico de algumas aplicações que aconteceram ao longo dos anos. À título de exemplo, o último balanço do PAC 2 distinguiu as aplicações por sete fontes de recursos. No primeiro PAC essas informações somaram seis fontes, o que foi reduzido para apenas cinco fontes nos balanços de 2015.

4.1 POR FONTES DE RECURSOS

Apesar das dificuldades estruturais, o estudo consolidou o PAC de 2007 a 2015. De acordo com os balanços divulgados pelo governo federal, o PAC somou nos nove anos aplicações gerais de R\$ 1,937 trilhão, em valores correntes.

Apesar de ter sido criado para destravar a infraestrutura, dados compilados dos nove anos do programa mostram que, de 2007 a 2015, 32,3% de todas as aplicações do PAC se referiam a financiamentos habitacionais do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) tomados pelos cidadãos a preços de mercado. Os valores somaram R\$ 624,7 bilhões.

Se incluídos os financiamentos subsidiados do programa Minha Casa Minha Vida, o percentual chega a 38,9%. Os subsídios para o programa somaram R\$ 129,4 bilhões, segundo as informações oficiais.

Enquanto isso, os investimentos das estatais totalizavam R\$ 536,5 bilhões, o setor privado R\$ 371,7 bilhões e a contrapartida de Estados e Municípios R\$ 15,1 bilhões. Os financiamentos do setor público alcançaram R\$ 37,7 bilhões.

Por enquanto, a execução da terceira etapa segue o mesmo ritmo. Se o desembolso fosse regular durante os exercícios, no primeiro ano (2015), 25% dos R\$ 1.050,0 previstos até 2018 deveriam ter sido desembolsados. Até o momento, a execução atingiu 24,2%.

Por Fontes de Recursos - PAC 2007/2015 - em R\$ milhões correntes

| TIPO DE INVESTIMENTO | VALOR (R\$ milhões correntes) | % |
|--|-------------------------------|--------|
| ESTATAIS | R\$ 536.500,0 | 27,7% |
| SETOR PRIVADO | R\$ 371.700,0 | 19,2% |
| FINANCIAMENTOS AO SETOR PÚBLICO | R\$ 37.700,0 | 1,9% |
| FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS - SBPE | R\$ 624.700,0 | 32,3% |
| MINHA CASA, MINHA VIDA | R\$ 129.400,0 | 6,7% |
| OGU FISCAL E SEGURIDADE | R\$ 221.600,0 | 11,4% |
| CONTRAPARTIDAS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS | R\$ 15.100,0 | 0,8% |
| TOTAL GERAL | R\$ 1.936.700,0 | 100,0% |

Fonte: MPOG - Elaboração: Contas Abertas
 Observação: PAC 1 (2007/2010) + PAC 2 (2011/2014) + PAC em 2015.

Eixos - PAC 2007/2015 - em R\$ bilhões

| EIXO | AÇÕES CONCLUÍDAS (R\$ bilhões) |
|-----------------|--------------------------------|
| Logística | 137,2 |
| Energético | 465,4 |
| Social e Urbano | 797,0 |
| TOTAL | 1.399,6 |



4.2 POR EIXO E SUBEIXO

Nos nove anos do PAC, em valores correntes, R\$ 1.399,64 bilhões foram destinados a ações consideradas concluídas. A maior parcela da verba para as iniciativas concluídas foi para o eixo “Social Urbano”, conforme quadro indicado.

Dos R\$ 797,0 bilhões destinados ao Eixo Social e Urbano, cabe ressaltar, mais uma vez, a importância do programa Minha Casa, Minha Vida e, especialmente, dos financiamentos habitacionais.

Nos dados por subeixo, apenas as iniciativas idênticas no PAC 1 e 2 podem ser consolidadas. Dessa forma, a execução em “Habitação”, por exemplo, ultrapassou em 73,4% as previsões iniciais das duas primeiras etapas do PAC, que atingiam R\$ 384,5 bilhões.

No restante dos subeixos passíveis de comparação entre o PAC 1 e 2, somente o programa “Luz para todos” teve execução superior a 50%: o programa atingiu ações concluídas de R\$ 12,11 bilhões, 85,3% do valor estipulado inicialmente.

Eixo Social e Urbano - PAC 2007/2014 - em R\$ bilhões

| Eixo Social e Urbano | Previsão (R\$ bilhões) | Aplicado (R\$ bilhões) | % |
|----------------------|------------------------|------------------------|--------|
| Saneamento | 62,1 | 4,2 | 6,8% |
| Habitação | 384,5 | 666,9 | 173,4% |
| Transporte Urbano | 21,1 | 9,6 | 45,5% |
| Luz para Todos | 14,2 | 12,1 | 85,3% |
| Recursos Hídricos | 24,8 | 3,7 | 14,7% |
| TOTAL | 506,7 | 696,5 | 137,5% |

Eixo Logística - PAC 2007/2014 - em R\$ bilhões

| Eixo Logística | Previsão (R\$ bilhões) | Aplicado (R\$ bilhões) | % |
|----------------|------------------------|------------------------|--------|
| Rodovias | 81,8 | 81,7 | 99,9% |
| Ferrovias | 51,8 | 5,9 | 11,5% |
| Portos | 7,5 | 1,6 | 21,3% |
| Aeroportos | 6 | 18,6 | 309,2% |
| Hidrovias | 3,3 | 1,2 | 35,8% |
| TOTAL | 150,4 | 109,0 | 72,4% |

Eixo Energia - PAC 2007/2014 - em R\$ bilhões

| Eixo Energia | Previsão (R\$ bilhões) | Aplicado (R\$ bilhões) | % |
|---------------------------------|------------------------|------------------------|-------|
| Geração de Energia Elétrica | 179,6 | 68,4 | 38,1% |
| Transmissão de Energia Elétrica | 39,1 | 26,7 | 68,4% |
| Petróleo e Gás Natural | 460,9 | 267,6 | 58,1% |
| Combustíveis Renováveis | 18,4 | 12,7 | 69,1% |
| Geologia e Mineração | 0,6 | 0,3 | 50,5% |
| TOTAL | 698,6 | 375,7 | 53,8% |

Enquanto isso, os recursos para “Transporte Urbano” em ações concluídas somaram R\$ 9,6 bilhões, cerca de 45,5% da previsão inicial (R\$ 21,1 bilhões). Para as iniciativas de “recursos hídricos” foram desembolsados R\$ 3,65 bilhões, o que representa apenas 14,7% da previsão de R\$ 24,8 bilhões.

A execução mais baixa ficou com o subeixo “Saneamento”. Apenas 6,8% dos R\$ 62,1 bilhões previstos entre o PAC 1 e 2 foram aplicados. O percentual representa investimentos da ordem de R\$ 4,2 bilhões.

O Eixo Logística somou R\$ 137,2 bilhões em obras concluídas. Desse total é possível consolidar R\$ 109,0 bilhões, entre PAC 1 e 2. As iniciativas em aeroportos somaram R\$ 18,6 bilhões. O montante é 209,2% maior do que as aplicações previstas inicialmente. O resultado bem superior acontece principalmente em razão das concessões realizadas no PAC 2. Só as concessões somaram R\$ 16,9 bilhões.

Em relação às rodovias, o percentual de execução foi de 99,9%, isto é, foram concluídos R\$ 82,7 bilhões.

No caso dos empreendimentos em “Hidroviás” foram concluídos R\$ 1,2 bilhão, 35,8% dos R\$ 3,3 bilhões previstos. Já o subeixo “Portos” concluiu iniciativas da ordem de R\$ 1,6 bilhão. O montante representa 21,3% dos R\$ 7,5 bilhões previstos.

Em pior situação ficaram as ferrovias, que tiveram iniciativas concluídas em R\$ 5,9 bilhões. O valor equivale a 11,5% da previsão inicial de R\$ 51,8 bilhões.

No Eixo Energia foram concluídos R\$ 465,4 bilhões. Desse total, R\$ 375,7 bilhões são passíveis de consolidação no PAC 1 e 2. O maior montante desembolsado foi para “Petróleo e Gás Natural”: R\$ 267,6 bilhões, sendo 58,1% de execução dos R\$ 460,9 bilhões previstos.

Já no subeixo “Geração de Energia Elétrica” foram aplicados R\$ 68,4 bilhões, sendo 38,1% dos recursos propostos. As iniciativas de “Transmissão de Energia Elétrica” receberam R\$ 26,7 bilhões, 68,4% do originalmente previsto. No caso dos “Combustíveis Renováveis” foram aplicados R\$ 12,7 bilhões, 69,1% dos R\$ 18,4 bilhões estimados. Os recursos para “Geologia e Mineração” somaram R\$ 0,3 bilhões, 50% dos R\$ 0,6 bilhões previstos.

4.3 QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS

Em relação aos dados físicos, foram contabilizados 62.171 obras ou iniciativas, sendo que 53.875 são do Eixo Social e Urbano, 6.505 no Eixo Logística e 1.791 no Eixo Energético.

Do total, 23.198 estão “concluídos”, o que representa 37,3% do total. Já as iniciativas “em obras” somaram 21.517 (34,6%). O quadro indicado demonstra a o estágio de todas as obras.

Das 10 maiores obras anunciadas pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva no lançamento do Programa de Aceleração de Crescimento, há nove anos, apenas duas, na área de petróleo, foram totalmente concluídas. Outras três usinas de energia e uma refinaria até entraram em operação, mas de forma parcial – ainda estão em obras.

A maior obra anunciada em 2007, por exemplo, foi a refinaria Premium 1, no Maranhão, com projeção de investimentos de R\$ 41 bilhões. A iniciativa foi abandonada, com prejuízo de R\$ 2,1 bilhões para a Petrobrás.

Quantidade de Empreendimentos por Eixo

| Eixo | Quantidade |
|--------------------------------|------------|
| Infraestrutura Social e Urbana | 53.875 |
| Infraestrutura Logística | 6.505 |
| Infraestrutura Energética | 1.791 |
| Total | 62.171 |

Estágio das Obras

| Estágio | Quantidade | % em relação ao total |
|-------------------------|------------|-----------------------|
| Concluídos | 23.198 | 37,3% |
| Em obras | 21.517 | 34,6% |
| Ação Preparatória | 9.634 | 15,5% |
| Em licitação de obras | 2.594 | 4,2% |
| Em execução | 2.387 | 3,8% |
| Em Contratação | 2.325 | 3,7% |
| Em licitação de projeto | 450 | 0,7% |
| Em operação | 66 | 0,1% |
| Total | 62.171 | 100,0% |

As 10 maiores obras

| Projeto | Refinaria Premium 1 | Refinaria Abreu e Lima | Usina Hidrelétrica Belo Monte (PA) | Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) | Usina Hidrelétrica Santo Antônio (RO) |
|---------------|--|---|--|--|---|
| O que seria | Seria uma das maiores refinarias do mundo, com capacidade de processar cerca de 600 mil barris de óleo por dia | No projeto inicial a Petrobrás seria sócia da venezuelana PDVSA, mas o empreendimento foi incorporado pela estatal brasileira. A estimativa é de 230 mil barris de óleo por dia | Principal projeto energético do PAC. Capacidade de gerar 11.223 MW de energia elétrica, atrás apenas de Itaipu e Três Gargantas (na China) | A projeção é de processar diariamente 165 mil barris de petróleo pesado da Bacia de Campos | Terceira maior usina em construção, atrás de Belo Monte e Jirau. A capacidade de geração prevista é de 3.150 MW |
| Situação | Abandonada | em operação, mas não concluída | em operação, mas não concluída | em operação, mas não concluída | em operação, mas não concluída |
| Estágio Atual | - | 92% concluída | 83% concluída | 86% concluída | 99% concluída |

| Projeto | Usina Termoeletrica Nuclear Angra 3 | Usina Hidrelétrica de Jirau (RO) | Conversão da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (PR) | Trecho sul da Ferrovia Norte-Sul (TO/GO/MG/SP) | Piloto da Produção Lula (RJ) |
|---------------|--|--|--|--|---|
| O que seria | Único empreendimento nuclear em andamento no país, tem previsão de gerar uma média de 1.124 MW | Segunda maior usina em construção no país, depois de Belo Monte, tem capacidade de geração de 3.750 MW | Maior indústria do sul do país, tem capacidade de refino de 189 mil barris de petróleo por dia | Integra as Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, criando alternativas para escoar grãos, combustíveis, minério e fertilizantes | Perfuração, complementação e interligação de poços para o sistema-piloto de produção do campo Lula do pré-sal |
| Situação | Inacabada | em operação, mas não concluída | entregue | em operação, mas não concluída | entregue |
| Estágio Atual | 59% concluída | 99% concluída | 100% concluída | primeiro trecho 100% concluída segundo trecho 90% concluída | 100% concluída |

*Fonte jornal Estado de São Paulo de 24 de janeiro de 2016

4.4 PAC ORÇAMENTÁRIO

Na consolidação dos dados do Orçamento Geral da União é possível ter uma visão mais detalhada, inclusive com dados relativos a 2015. Foram aplicados R\$ 275,7 bilhões nos nove anos do programa. Cabe ressaltar que no quadro do item 4.1, os dados orçamentários não contabilizaram o Minha Casa, Minha Vida, que aparece separadamente na mesma tabela.

Ao todo, o PAC Orçamentário somou R\$ 407,1 bilhões em dotações atualizadas. A previsão inicial, isto é, recursos originalmente anunciados para os exercícios (dotação inicial) foram um pouco menores: R\$ 350,3 bilhões. Dessa forma, a execução do programa nos nove anos atingiu 67,7% da dotação atualizada e 78,7% da dotação inicial.

Do total desembolsado para o programa (R\$ 275,7 bilhões), 55,1% é relativo a restos a pagar pagos, o que representa montante de R\$ 152 bilhões. O valor alocado em restos a pagar pagos é superior ao que foi aplicado com orçamentos dos exercícios, que somou R\$ 123,8 bilhões.

A importância dos restos a pagar não deverá diminuir nos próximos anos do programa. Os chamados “restos a pagar a pagar”, compromissos rolados de um ano para o outro, mas ainda não pagos, somam R\$ 31,3 bilhões.

Outro ponto a ser destacado na execução consolidada do PAC Orçamentário é que R\$ 69,1 bilhões deixaram de ser utilizados. O valor representa recursos que foram autorizados em orçamentos, mas não foram empenhados, ou seja, reservados em orçamento. Sem atingir sequer a primeira fase da execução orçamentária, os recursos foram “perdidos”.

O Ministério das Cidades, incrementado pelo programa Minha Casa, Minha Vida, lidera as aplicações com R\$ 99,6 bilhões. O Ministério dos Transportes é o segundo colocado com R\$ 86,7 bilhões. Na sequência estão as Pastas da Integração Nacional (R\$ 22,3 bilhões) e da Defesa (R\$ 21,9 bilhões).

A empresa mais beneficiada com o Orçamento Geral da União entre 2007 e 2015 foi a Construtora Norberto Odebrecht, com R\$ 4,3 bilhões recebidos ao longo dos anos. Já a Delta Construções S.A está logo atrás com R\$ 3,5 bilhões em valores recebidos. A Construtora Queiroz Galvão completa as três primeiras colocações com R\$ 3,4 bilhões recebidos.

PAC Orçamentário 2007/2015 - em R\$ bilhões correntes

| Ano | Dotação Autorizada | Empenhos Emitidos | Execução da Despesa | Valores Pagos | RP PAGOS | TOTAL PAGO | Estoque de Restos a Pagar |
|-------------------|--------------------|-------------------|---------------------|---------------|----------|------------|---------------------------|
| TOTAL (2007/2010) | 96,3 | 89,9 | 78,7 | 26,6 | 32,1 | 58,7 | 13,1 |
| TOTAL (2011/2014) | 243,4 | 206,0 | 139,3 | 72,9 | 96,8 | 169,7 | 34,9 |
| 2015 | 67,3 | 42,1 | 27,1 | 24,2 | 23,1 | 47,3 | 31,3 |
| TOTAL (2007/2015) | 407,1 | 338,0 | 245,1 | 123,8 | 152,0 | 275,7 | 31,3 |

PAC Orçamentário 2007/2015 - Totais recebidos pelas empresas - em R\$ bilhões

| Empresas** | TOTAL PAGO* |
|---|-------------|
| CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A | 4,3 |
| DELTA CONSTRUÇOES SA | 3,5 |
| CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S A | 3,4 |
| CAIXA ECON.FEDERAL-PROG.NAC.HAB.RURAL/PMCMV/TESOURO | 3,1 |
| EMBRAER S.A. | 2,7 |
| DCN CHERBOURG | 2,4 |
| DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO SA | 2,3 |
| CCM-CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA | 2,2 |
| EUROCOPTER | 2,0 |
| CONSTRUÇOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A | 1,9 |

Fonte: SIAFI

* Inclui os restos a pagar pagos

** Exclui a Caixa Econômica Federal e a Embraer

4.4.1 PAC DEFESA

Nos nove anos do PAC, o Ministério da Defesa desembolsou R\$ 22 bilhões em obras e na compra de equipamentos. O montante representa 99,1% dos R\$ 22,2 bilhões autorizados em orçamento entre 2007 e 2015. Assim a execução orçamentária da Defesa é bem superior à global de 67,7% do PAC Orçamentário.

A média anual de aplicação do Ministério da Defesa, em valores correntes, é de R\$ 2,4 bilhões. O ano com mais recursos desembolsados foi 2014, quando R\$ 6,8 bilhões foram destinados para as iniciativas do programa relacionadas à Pasta. O exercício com menos desembolsos foi 2011, com R\$ 393,9 milhões aplicados.

Apesar das diferenças de um ano para o outro, os desembolsos em valores correntes cresceram ao longo do período: passaram de R\$ 806 milhões em 2007 para R\$ 3,7 bilhões em 2015, o que equivale a aumento de 352,1% do primeiro para o último exercício.

No quadro indicado estão elencadas as 10 maiores iniciativas de 2015. No exercício de 2015 é possível ter uma visão dos tipos de empreendimentos coordenados pelo Ministério da Defesa. A maior parcela dos recursos, R\$ 658,5 milhões, foi destinada à aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral para as Forças Armadas.

Outros R\$ 472,4 milhões foram destinados para a construção de submarinos convencionais. Os valores envolvem a aquisição de pacotes de materiais para quatro submarinos convencionais S-BR e respectivos sistemas e tecnologia de construção, incluindo torpedos, despistadores de torpedos e respectivos sistemas logísticos. O objetivo é contribuir para garantir a negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas de acesso ao Brasil, além de permitir a manutenção e o desenvolvimento da capacidade de construção desses meios navais no país.

Já a iniciativa “Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)” recebeu R\$ 465,5 milhões em 2015. O projeto deverá suprir necessidades estratégicas e operacionais da Força Aérea Brasileira (FAB). Na sua versão civil, destina-se ao atendimento da necessidade de transporte carga das empresas aéreas comerciais nacionais e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) na reformulação da Rede Postal Noturna (RPN). Tem por finalidade promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira e aumentar a capacidade operacional da FAB em missões de transporte (tropa e carga) e de reabastecimento de voo.

No que diz respeito às empresas favorecidas pelo PAC dentro do Ministério da Defesa em 2015, cabe destacar o papel do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), que prevê a implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares.

O contrato entre a Marinha brasileira e o consórcio Bahia de Sepetiba (DCNS e Odebrecht) implica a construção conjunta de cinco submarinos, sendo um nuclear. Dessa forma, a empresa DCN Cherbourg recebeu R\$ 523,9 milhões referentes à iniciativa. Outros R\$ 269,6 milhões foram pagos à Construtora Norberto Odebrecht, também relativos ao Prosub.

PAC - Ministério da Defesa - 2015 - em R\$ milhões

| ANO | TOTAL PAGO* |
|-------------|-------------|
| 2007 | 806,9 |
| 2008 | 589,6 |
| 2009 | 465,8 |
| 2010 | 448,9 |
| 2011 | 393,9 |
| 2012 | 4.259,8 |
| 2013 | 4.516,8 |
| 2014 | 6.849,5 |
| 2015 | 3.647,9 |
| Total Geral | 21.979,1 |

Fonte: SIAFI

* Inclui os restos a pagar pagos

PAC - Ministério da Defesa - 2015

Os 10 maiores empreendimentos em 2015 - em R\$ milhões

| Empreendimentos | TOTAL PAGO* |
|--|-------------|
| AQUISICAO DE HELICOPTEROS DE MEDIO PORTE DE EMPREGO GERAL (P | 658,5 |
| CONSTRUCAO DE SUBMARINOS CONVENCIONAIS | 472,4 |
| DESENVOLVIMENTO DE CARGUEIRO TATICO MILITAR DE 10 A 20 TONEL | 465,5 |
| CONSTRUCAO DE SUBMARINO DE PROPULSAO NUCLEAR | 423,7 |
| IMPLANTACAO DE ESTALEIRO E BASE NAVAL PARA CONSTRUCAO E MANU | 347,0 |
| TRANSFERENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SATELITE GEOESTACION | 296,4 |
| TECNOLOGIA NUCLEAR DA MARINHA | 203,3 |
| AQUISICAO DE AERONAVES DE CACA E SISTEMAS AFINS - PROJETO FX | 195,2 |
| IMPLANTACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEI | 126,9 |
| IMPLANTACAO DO SISTEMA DE DEFESA ESTRATEGICO ASTROS 2020 | 82,9 |
| TOTAL | 3271,9 |

Fonte: SIAFI

* Inclui os restos a pagar pagos

PAC - Ministério da Defesa - 2015

Os 10 maiores favorecidos em 2015 - em R\$ milhões

| Empreendimentos | TOTAL PAGO* |
|---|-------------|
| DCN - CHERBO URG | |
| Construção de submarinos convencionais e nuclear. Implantação de Estaleiro e Base Naval. Tecnologia nuclear da Marinha. | 523,9 |
| EMBRAER S/A | |
| Aquisição/desenvolvimento de cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas. | 504,6 |
| EUROCOPTER | |
| Aquisição de helicópteros de médio porte | 422,6 |
| ITAGUAI CONSTRUÇÕES NAVALIS S/A | |
| Construção de submarinos convencionais | 307,5 |
| TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A TELEBRAS | |
| Transferência para o desenvolvimento do satélite geoestacional | 296,4 |
| CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A | |
| Construção de submarino de propulsão nuclear e implantação de estaleiro e base naval. | 269,6 |
| HELICÓPTEROS DO BRASIL S/A | |
| Aquisição de helicópteros de médio porte | 216,8 |
| SAAB AB - PROJETO GRIPEN | |
| Aquisição de aeronaves de caça e sistemas afins - Projeto FX | 195,2 |
| CONSÓRCIO TEPRO | |
| Implantação do sistema integrado de monitoramento de fronteiras | 99,6 |
| IVECO LATIN AMERICA LTDA | |
| Aquisição de blindados Guarani. Implantação do sistema de defesa estratégico Astros 2020. Manutenção de trechos rodoviários na região nordeste. | 76,5 |
| TOTAL | 2.912,8 |

Fonte: SIAFI

* Inclui os restos a pagar pagos

Cabe aqui destacar o papel da Odebrecht dentro do PAC Defesa. Em 2012, a Odebrecht se tornou a primeira empreiteira a receber mais de R\$ 1 bilhão anual do governo federal. O motivo do alto “rendimento” foi exatamente o programa de submarinos da Marinha. Entre 2012 e 2014, o projeto manteve a empresa no topo do ranking de empreiteiras favorecidas com recursos do orçamento da União.

A diminuição verificada no ano passado, aconteceu em decorrência, sobretudo do ajuste fiscal. O montante representou forte queda em relação a 2014, quando a empreiteira recebeu R\$ 1,1 bilhão do governo federal. Em 2013, os valores foram de R\$ 843,3 milhões.

O volume dos negócios chamou a atenção da Polícia Federal depois que a empresa foi alvo da Operação Lava Jato. Em ação em julho de 2015, a PF procurou documentos para embasar suspeitas de que houve irregularidades na execução do programa. As suspeitas surgiram em etapas anteriores da Lava Jato, em que a Odebrecht foi alvo das investigações.

A tabela a seguir mostra as 10 maiores empresas favorecidas pelo Ministério da Defesa, dentro do PAC, em 2015.

4.5 MINHA CASA, MINHA VIDA

O programa Minha Casa, Minha Vida é uma iniciativa do governo federal que oferece condições atrativas para o financiamento de moradias nas áreas urbanas para famílias de baixa renda. Além dos recursos do OGU, que são aportados ao Fundo de Arrendamento residencial e ao Fundo de Desenvolvimento Social, o Minha Casa, Minha Vida também conta com dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

No âmbito do Minha Casa Minha Vida – Recursos FAR e Recursos FDS, Faixa 1 do Programa, os subsídios são concedidos sob a forma de desconto nas prestações mensais, pois o beneficiário paga mensalmente o valor correspondente a 5% de sua renda familiar ou R\$ 25, por 120 meses. Os recursos direcionados à moradia variam entre R\$ 49.000 e R\$ 76.000, em função da localização e tipologia do imóvel.

Para a faixa 1 do Minha Casa Minha Vida – Recursos OGU, FDS e FAR, não há cobrança de seguro, no entanto há cobertura por morte ou invalidez permanente (MIP) em todos os empreendimentos e cobertura de danos físicos do imóvel (DFI) para os empreendimentos com recursos FDS e FAR.

Nas faixas 2 e 3 do Programa, os subsídios são concedidos sob a forma de desconto para redução no valor das prestações ou para pagamento de parte da aquisição ou construção do imóvel. O desconto é calculado mediante enquadramento da renda familiar mensal bruta dos proponentes, considerando a localização do imóvel, ou seja, municípios do território nacional e as modalidades operacionais.

É obrigatória a contratação dos seguros MIP e DFI sendo as taxas MIP variáveis em função da faixa etária dos proponentes pactuantes de renda. Para contratação originada em Agência/PA é escolhida pelo proponente uma das apólices estipuladas pela CAIXA e oferecidas pelas seguradoras.

Recentemente, o governo anunciou a criação da faixa 1,5 que consiste em conceder condições diferenciadas de atendimento de famílias com dificuldades de acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, pois nem bem preenchem os critérios de vulnerabilidade a ponto de serem selecionadas na modalidade do Programa destinada a famílias com renda até R\$ 1.600,00, nem tampouco possuem capacidade de acessar os financiamentos do FGTS nas condições atuais.

A nova faixa, portanto, resume-se em estabelecer condições especiais para acesso de famílias com renda até R\$ 2.350,00, para aquisição de imóveis com valores reduzidos, com subsídios até R\$ 45 mil, conforme deliberação do Conselho Curador do FGTS.

O programa Minha Casa, Minha Vida, lançado em 2009, representou um marco na política habitacional do país e vem sendo objeto de diversos aprimoramentos ao longo dos anos.

Em 2015, foram aprovados novos parâmetros para contratação das faixas 2 e 3, a partir de resoluções do Conselho Curador do FGTS. As mudanças alteraram os recortes territoriais adotados, bem como os valores de subsídios e valores limites de imóveis para enquadramento no programa.

Entre 2009 e 2015, foram contratadas 4,16 milhões de moradias em 96% dos municípios brasileiros. No entanto, foram entregues 2,5 milhões de unidades habitacionais (UH), que beneficiaram nove milhões de pessoas. Estas UH contratadas representam investimento da ordem de R\$ 290 bilhões, estimulando a cadeia produtiva na geração de emprego e renda.

Cabe ressaltar que a maior parcela dos recursos disponibilizados em unidades habitacionais contratadas foi alocada no Estado de São Paulo: R\$ 60,8 bilhões. Desse total, R\$ 6,1 bilhões foram para capital paulista, R\$ 2,8 bilhões para a cidade de Sorocaba e R\$ 2 bilhões para Campinas.

O segundo estado mais beneficiado foi Minas Gerais com unidades contratadas no valor de R\$ 31,9 bilhões. As cidades com maior nível de recursos foram Uberlândia (R\$ 3,4 bilhões), Belo Horizonte (R\$ 2,4 bilhões) e Uberaba (R\$ 1,7 bilhões).

Na ponta contrária, isto é, nos estados que contabilizaram menos recursos em unidades habitacionais contratadas estão o Acre, com R\$ 485,9 milhões, Roraima, com R\$ 499,8 milhões, e Amapá, com R\$ 538,6 milhões.

Outro destaque importante é que a fonte do subsídio para o programa tem mudado ao longo dos anos. Com o desajuste nas contas públicas, diminuiu o aporte de recursos direto do Tesouro Nacional. Dessa forma, para as obras não pararem aumentou a participação de dinheiro do FGTS.

Em 2015, o conselho curador, que administra o fundo, autorizou o repasse de recursos do lucro do FGTS para as construções de casas para as famílias de menor renda, o que não acontecia antes. Foram R\$ 3 bilhões no ano passado e, para essa faixa de renda, neste ano serão quase R\$ 5 bilhões. Essa verba é dinheiro a fundo perdido, não vai voltar para o FGTS.

De 2009 a 2015, R\$ 90,9 bilhões foram desembolsados pelo Tesouro Nacional para o Minha Casa, Minha Vida. No mesmo período, o FGTS deu a fundo perdido R\$ 34,6 bilhões. Até 2014, entrava mais dinheiro do Tesouro Nacional do que o subsídio do Fundo. No ano passado, isso se inverteu.

Os recursos do Fundo somaram R\$ 6,1 bilhões, contra R\$ 1,8 bilhão do Tesouro. Por causa da crise das contas públicas e da falta de caixa do Tesouro Nacional, o Fundo do trabalhador passou a bancar diretamente até 80% do valor do imóvel para a população de baixa renda.

Em 2016, o percentual cairá para até 60%. No entanto, os gastos subirão: até R\$ 4,8 bilhões no ano que vem. Essa foi a saída encontrada pelo governo para não paralisar o programa. Já que o Tesouro Nacional não tinha mais recursos para bancar a faixa mais baixa do Minha Casa Minha Vida, por causa da crise, o FGTS assumiu a tarefa de pagar os empreendimentos.

Quase dois anos depois do primeiro anúncio da fase três do Minha Casa Minha Vida, o governo lançou a nova etapa do programa – promessa de reeleição da presidente Dilma Rousseff.

A terceira etapa tem novidades em relação à forma como são selecionados os beneficiários. Será criado um site que reunirá todo o cadastro dos interessados em participar do programa. O envio das informações cadastrais das pessoas que querem subsídios do governo para moradia será feito nessa plataforma diretamente ou pelas prefeituras.

Atualmente, as prefeituras são responsáveis por todo o processo de seleção dos beneficiários mais carentes do programa, de acordo com critérios impostos pelo governo federal e outras exigências que as administrações podem colocar. Depois de selecionados, as prefeituras mandam os dados para a Caixa. O governo federal não participa dessa seleção, o que deve mudar. Com a plataforma, a partir dos dados informados pelas prefeituras, os interessados que se enquadrarem nos critérios serão selecionados automaticamente.

Essa era uma exigência de órgãos de controle, como o TCU, que sempre criticaram a forma como eram escolhidos os beneficiários e exigiam do governo um cadastro único como forma de se evitar fraudes.

Para as famílias da faixa 1, os subsídios com recursos do governo federal chegavam a até 95% do valor do imóvel. Na terceira etapa, porém, haverá aumento do valor das prestações que esse público precisa pagar (veja no quadro ao lado) – nas outras duas etapas era de, no mínimo, 5% da renda.

A nova plataforma também será o local onde os interessados em ter financiamento subsidiado das duas outras faixas deverão se inscrever. Isso valerá inclusive para nova faixa 1,5, a grande novidade da terceira etapa.

PAC - Minha Casa, Minha Vida
Unidades contratadas por Federação

| Unidade da Federação | Valor em unidades contratadas |
|----------------------|-------------------------------|
| AC | 485.944.793,14 |
| AL | 6.751.565.331,20 |
| AM | 2.434.572.319,97 |
| AP | 538.644.300,63 |
| BA | 16.912.261.421,58 |
| CE | 8.292.965.163,95 |
| DF | 3.709.893.781,99 |
| ES | 3.808.945.473,89 |
| GO | 19.290.723.065,67 |
| MA | 8.581.536.777,36 |
| MG | 31.904.331.801,38 |
| MS | 5.776.729.599,26 |
| MT | 6.306.657.900,36 |
| PA | 7.933.430.771,05 |
| PB | 7.699.339.973,71 |
| PE | 8.646.325.290,76 |
| PI | 4.177.291.014,02 |
| PR | 23.257.901.657,02 |
| RJ | 16.644.595.914,76 |
| RN | 6.810.741.739,82 |
| RO | 2.667.653.845,26 |
| RR | 499.854.972,13 |
| RS | 19.891.895.204,15 |
| SC | 13.400.454.998,45 |
| SE | 3.406.090.116,52 |
| SP | 60.796.542.126,88 |
| TO | 1.484.405.309,84 |
| Total Geral | 292.111.294.664,73 |

A parcela de recursos públicos como contrapartida aos subsídios é atualmente de 17,5% e deve cair para 11%. Para compensar a queda, a parcela do FGTS deve subir de 82,5% para 89%. Não é a primeira vez que o governo recorre à estratégia de aumentar os subsídios do FGTS para financiar as casas do programa. Quando foi criado, em 2009, o Tesouro Nacional cobria 25% dos subsídios e o FGTS, os outros 75%.

A falta de recursos públicos para o governo compensar sua parcela nos subsídios dos financiamentos do Minha Casa não é recente, mas agora o governo está impossibilitado de usar o subterfúgio dos últimos anos. O FGTS desembolsava 100% dos subsídios para que o Tesouro pagasse a sua parte depois. No entanto, essa prática foi condenada pelo TCU por ser considerada também uma “pedalada fiscal”. No fim de 2015, o Ministério da Fazenda transferiu R\$ 9 bilhões para quitar essa dívida.

A previsão inicial do orçamento do MCMV em 2016 era de R\$ 15,5 bilhões. O forte ajuste nas contas públicas fez com que as receitas do programa fossem tesouradas em R\$ 8,6 bilhões. Sobraram apenas R\$ 6,9 bilhões para todas as faixas e para quitar os pagamentos que estão atrasados. Se o programa contasse apenas com esses recursos, haveria uma forte redução no ritmo de execução das obras e continuariam paralisadas novas contratações.

A salvação do MCMV é poder contar com um orçamento do FGTS para o programa. A previsão inicial é R\$ 60,7 bilhões neste ano. O fundo passou a arcar, inclusive, com as obras das moradias direcionadas às famílias com renda mais baixa.

Em novo relatório, o Tribunal de Contas da União encontrou uma série de fragilidades no processo de gestão e fiscalização do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. O diagnóstico é resultado de uma auditoria aplicada sobre os contratos do programa firmados entre 2009 e 2014, os quais somam R\$ 8,212 bilhões em recursos do FGTS geridos pela Caixa.

O objetivo foi analisar os controles promovidos pela Caixa e pelo Ministério das Cidades em relação à qualidade das obras, à disponibilidade de serviços públicos e de infraestrutura urbana, além da avaliação adequada dos valores dos imóveis. Os auditores apontaram falhas graves, como precariedade

nos controles internos usados na terceirização das avaliações e limitações técnicas para fazer o acompanhamento das obras.

Essas fragilidades, apontou o tribunal, atingem todas as modalidades do programa que operam com recursos do FGTS, segmento que, de acordo com o TCU, abrangia 94% das cerca de 1,5 milhão de operações contratadas desde o início do programa até o fim de 2014.

No processo, é mencionada a existência de empresas responsáveis por um número excessivo de avaliações de imóveis, o que pode comprometer a qualidade dos serviços prestados. É citado como exemplo a avaliação de 286 imóveis, no período de 30 dias, por uma única empresa, a qual dispõe de só um profissional habilitado no Sistema de Gestão do Desenvolvimento Urbano (Sigdu) para executar os serviços. Além de a qualidade das avaliações estar comprometida, o sistema não permite identificar as operações incluídas no programa.

A análise do TCU apontou queda no volume de revisões de contratos firmados pelo programa e limitações técnicas para identificar falhas. A corte de contas determinou que a Caixa apresente um “plano de ação” que inclua as medidas que serão adotadas para aprimorar os procedimentos de elaboração e emissão dos laudos de avaliação de imóveis, com a identificação dos responsáveis pelas ações e o prazo previsto para sua implementação.

4.6 METAS FÍSICAS

Em relação às metas alcançadas só é possível fazer a comparação nas duas primeiras etapas do programa, já que a terceira tem apenas um ano concluído. Apesar das metas estipuladas terem sido alteradas do PAC 1 para o PAC 2, é possível correlacionar em algumas situações o previsto e o realizado.

No que diz respeito às rodovias, por exemplo, a manutenção e recuperação atingiu 99% da previsão de alcançar 105.426 km de 2007 a 2014. Já a adequação e duplicação de rodovias foi realizada em 78% dos 4.041 km previstos nos oito primeiros anos do programa. A construção de novas rodovias alcançou 60% dos 6.303 km apontados na meta consolidada das duas primeiras etapas do PAC. As concessões atingiram apenas 51% dos 9.212 km previstos para o setor privado.

Metas Rodovias

| TIPO | UNIDADE MEDIDA | META | EXECUTADO | % |
|-------------------------|----------------|---------|-----------|-----|
| Manutenção/recuperação | km | 105.426 | 104.331 | 99% |
| Adequação/Duplicação | km | 4.041 | 3.138 | 78% |
| Construção/Pavimentação | km | 6.303 | 3.762 | 60% |
| Concessão | km | 9.212 | 4.695 | 51% |

Portos

| TIPO | UNIDADE MEDIDA | META | EXECUTADO | % |
|---------------------------------------|----------------|------|-----------|-----|
| Infraestrutura Portuária | unidade | 4 | 2 | 50% |
| Constr., Ampliação e Recup. de Berços | m | 2004 | 1323 | 66% |
| Acessos Terrestres | km | 20,0 | 11,0 | 55% |

Aeroportos

| TIPO | UNIDADE MEDIDA | META | EXECUTADO | % |
|-------------------------|----------------|--------|-----------|-----|
| Terminal de passageiros | m ² | 866270 | 684671 | 79% |
| Pista | m | 5770 | 2792 | 48% |
| Torre de Controle | m ² | 5000 | 3640 | 73% |
| Estudos e Projetos | unidade | 10 | 5 | 51% |

Energia

| TIPO | UNIDADE MEDIDA | META | EXECUTADO | % |
|----------------------|----------------|-------|-----------|-----|
| Geração de energia | MW | 31502 | 26759 | 85% |
| Linha de transmissão | km | 63460 | 24451 | 39% |

Social Urbano

| TIPO | UNIDADE MEDIDA | META | EXECUTADO | % |
|----------------|----------------|---------|-----------|-----|
| Luz para Todos | Ligações | 3660383 | 3188518 | 87% |

As intervenções em “infraestrutura portuária” alcançaram 75% da meta proposta, de quatro intervenções. No caso da “Recuperação, construção e ampliação de berços e cais” foi atingida 66% da meta de 2004 km. Os “acessos terrestres” concluídos somaram 11 km dos 20 km estipulados.

Nas iniciativas em aeroportos, foi alcançada 79% da meta de 866.270 m² em terminais de passageiros. Já as “pistas” de aeroportos atingiram 48% dos 5.770 m estipulados para construção. Nas iniciativas de “torres de controle” foram concluídas 72,8% da meta de 5.000 m². Ainda foram realizados 5 “estudos e projetos”, 50% da meta de 10 trabalhos idealizados.

No Eixo Energia, é possível consolidar que foi atingida 84,9% da meta de 31.502 MW para “geração de energia elétrica”. Já a execução das “linhas de transmissão” foi de 24.451 km, 38,5% dos 63.460 km.

No subeixo “Luz Para Todos” a execução atingiu 87,1% das 3,7 milhões de ligações previstas.





A IMPORTÂNCIA
DOS INVESTIMENTOS
PARA A ECONOMIA
BRASILEIRA

5. A IMPORTÂNCIA DOS INVESTIMENTOS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

A importância do PAC para a economia brasileira, sobretudo no que diz respeito aos investimentos, pode ser caracterizada quando comparamos o Programa com diversos indicadores.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), por exemplo, corresponde a acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do país.

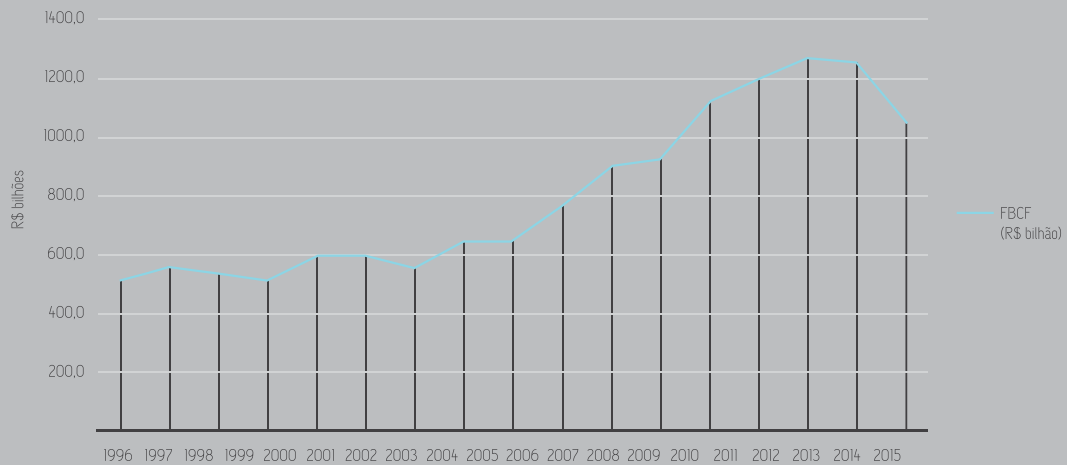
Na série histórica de 1996 até 2015, em valores constantes (IPCA), observa-se, claramente, que há ascensão mais acentuada dos valores da FBCF a partir de 2007, ano de lançamento do PAC 1 (2007/2010). Esse acréscimo diminui em 2008/2009, mas volta a crescer significativamente até 2013, quando a crise econômica se agravou.

No quadro seguinte, aferimos a participação do PAC na FBCF. Os números revelam que a participação cresceu do PAC 1 (2007/2010) para o PAC 2 (2011/2014), tendo, porém, sido reduzida em 2015. Os percentuais nesses períodos foram de 24,5%, 25,6% e 23,5%, respectivamente.

Outra comparação interessante é relacionarmos a parcela do PAC que envolve recursos do Orçamento Geral da União com os totais pagos nos Grupos de Despesa 3 - Outras Despesas Correntes, 4 - Investimentos e 5 - Inversões Financeiras, desprezando-se os Grupos 1 - Pessoal e Encargos Sociais, 2, Juros e Encargos da Dívida, 6 - Amortização/Refinanciamento da Dívida e 9 - Reserva de Contingência, para melhor harmonizar o confronto.

É oportuno ressaltar que o PAC compreende exatamente esses três Grupos de Despesas 3, 4 e 5. Tal como aconteceu com a FBCF, o PAC 1 (2007/2010) representou 28,0% dos totais pagos no mesmo período, nos Grupos selecionados, tendo essa participação crescido para 29,8% no PAC 2 (2011/2014) e decrescido para 21,5% no PAC em 2015.

FBCF Valores Correntes



PAC e FBCF Valores Correntes

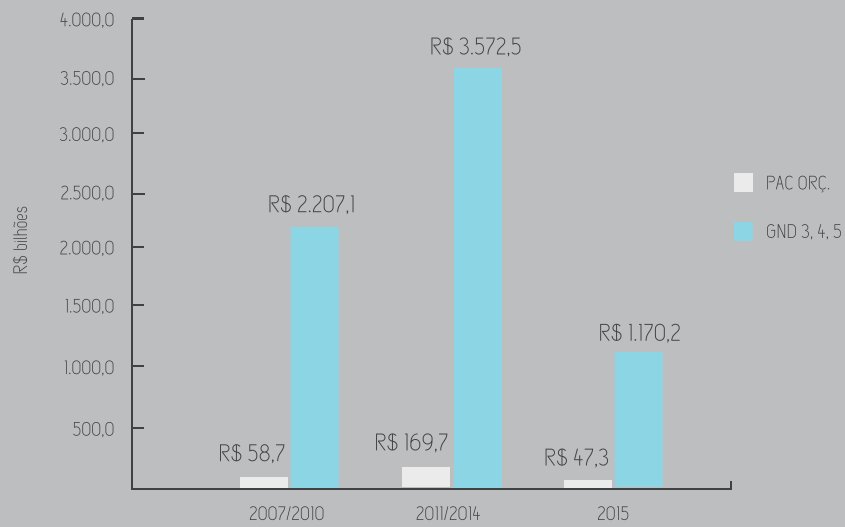


Esse comportamento do Programa, com oscilações positivas entre o PAC 1 (2007/2010) e o PAC 2 (2011/2014) e posteriormente decréscimo no PAC em 2015, também ocorre quando o comparamos com o Produto Interno Bruto (PIB). A participação cresce de 4,74% para 5,28% do período 2007/2010 para 2011/2014, reduzindo-se para 4,26% em 2015.

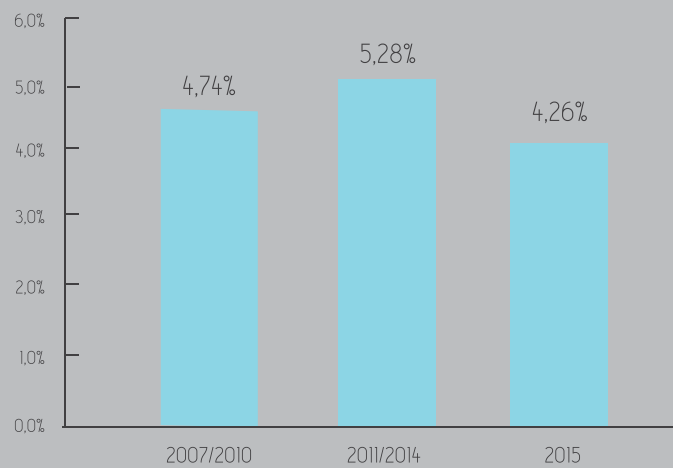
Sob a ótica dos investimentos da União e das empresas estatais – os quais, em grande parte, compõem o PAC - também é possível destacar, em valores constantes (IPCA), a curva ascendente entre os PAC's 1 e 2, com queda relevante a partir de 2013.

Enfim, nas comparações do PAC com diversos agregados econômicos, obtêm-se resultados semelhantes quanto ao comportamento do Programa de 2007 a 2015. Da primeira até o meio da segunda etapa, é notório o crescimento. No entanto, a partir de 2013 em função das dificuldades da economia brasileira, o Programa foi utilizado para reduzir o déficit primário, o que comprometeu a sua execução.

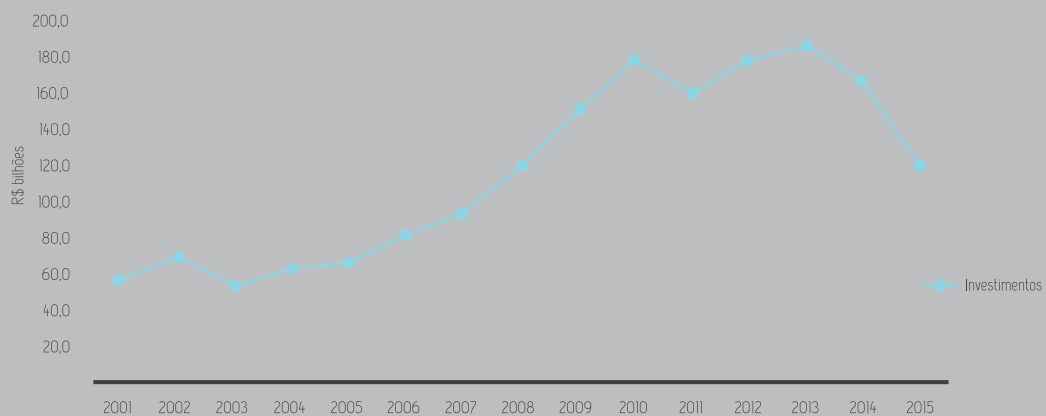
PAC Orçamentário e GND 3, 4 e 5 Valores Correntes

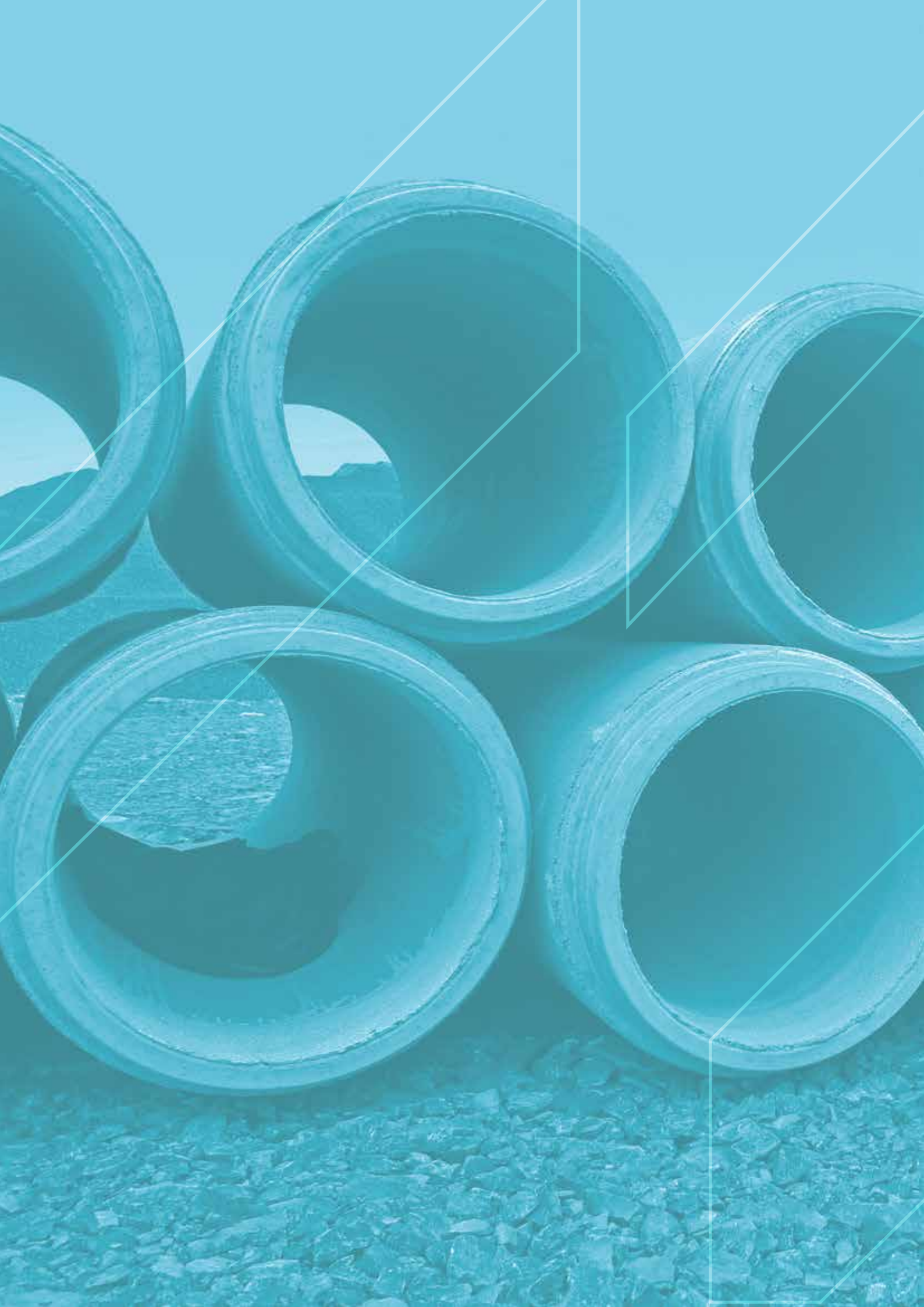


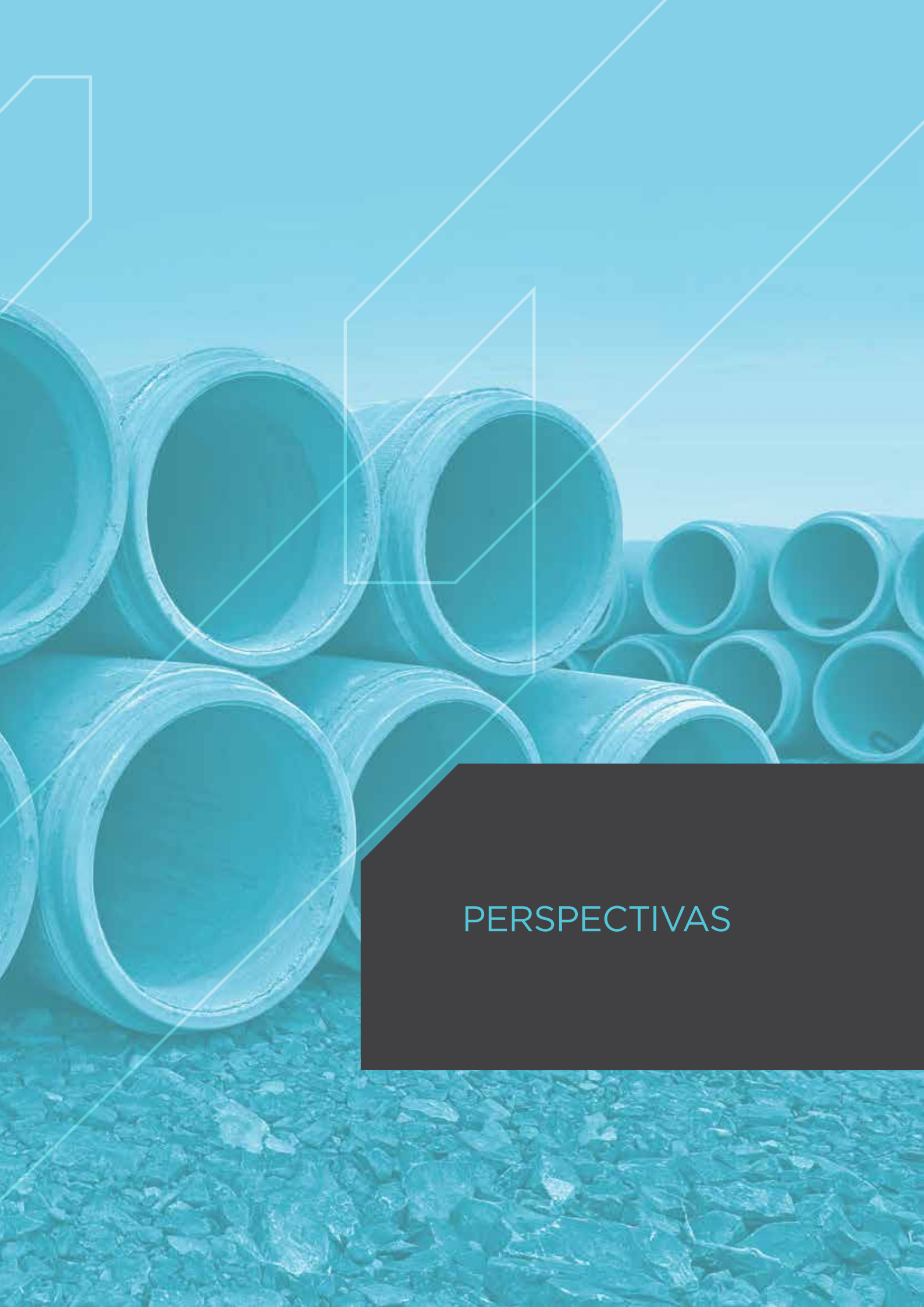
Participação percentual do PAC no PIB



Investimentos da União e das Estatais Valores Constantes (IPCA)







PERSPECTIVAS

6. PERSPECTIVAS

Conforme já mencionado em item anterior, para o período 2015-2018 o PAC prevê aplicações de R\$ 1,05 trilhão, sendo R\$ 68,5 bilhões em logística, R\$ 461,7 bilhões no setor energético e R\$ 519,9 bilhões na área social e urbana. A expectativa de conclusão dos empreendimentos soma R\$ 672 bilhões. Se considerarmos os valores a preços de janeiro de 2016, o montante previsto é de R\$ 1.115,6 bilhões. Conforme o quadro abaixo, o Eixo de maior relevância é o Social e Urbano com aplicações previstas de R\$ 552,3 bilhões, o que representa a metade dos valores estimados para o quadriênio.

No entanto, é um exercício de futurologia a tentativa de prever o comportamento da economia brasileira, até mesmo para o curto prazo. Ainda que haja diagnóstico consolidado sobre a necessidade de diversas reformas, inexistem neste momento condições políticas para a implementação - ou mesmo a discussão - das propostas. Enquanto persistir a crise política não há qualquer possibilidade de adoção das medidas necessárias para o reequilíbrio das contas públicas e para a retomada do desenvolvimento econômico, especialmente dos investimentos públicos e privados. É oportuno destacar que o PAC é composto, entre outras fontes, por investimentos da União e das Empresas Estatais.

PAC 2015 a 2018
R\$ bilhões constantes - janeiro/2016

| EIXOS | Previsão de aplicações | |
|-----------------|------------------------|--------|
| | 2015 a 2018 | |
| | VALOR | % |
| Logística | 72,8 | 6,5% |
| Energético | 490,5 | 44,0% |
| Social e Urbano | 552,3 | 49,5% |
| Total | 1.115,6 | 100,0% |

Fonte: MPOG

INVESTIMENTOS FEDERAIS (de 2001 a 2015)
Estatais e União - Valores atualizados pelo IPCA

| Subfunções | Estatais e União | Subfunção / Total Geral % |
|--|------------------|---------------------------|
| PETRÓLEO / COMBUSTÍVEIS MINERAIS | 867,2 | 49,6% |
| TRANSPORTE RODOVIÁRIO | 118,0 | 6,8% |
| ENERGIA ELÉTRICA | 107,0 | 6,1% |
| TRANSPORTES ESPECIAIS * | 57,8 | 3,3% |
| TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 38,4 | 2,2% |
| DEFESA AÉREA | 35,3 | 2,0% |
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | 31,2 | 1,8% |
| SERVIÇOS FINANCEIROS | 29,8 | 1,7% |
| RECURSOS HÍDRICOS | 28,0 | 1,6% |
| PRODUÇÃO INDUSTRIAL | 27,2 | 1,6% |
| INFRA-ESTRUTURA URBANA | 24,8 | 1,4% |
| SANEAMENTO BÁSICO URBANO | 24,0 | 1,4% |
| DEFESA NAVAL | 23,1 | 1,3% |
| TRANSPORTE HIDROVIÁRIO | 22,8 | 1,3% |
| ENSINO SUPERIOR | 21,9 | 1,3% |
| TRANSPORTE FERROVIÁRIO | 21,5 | 1,2% |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | 19,6 | 1,1% |
| DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA | 16,8 | 1,0% |
| TRANSPORTE AÉREO | 15,1 | 0,9% |
| TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA | 14,3 | 0,8% |
| DEFESA TERRESTRE | 11,5 | 0,7% |
| ENSINO PROFISSIONAL | 11,2 | 0,6% |
| OUTRAS 86 SUBFUNÇÕES | 179,9 | 10,3% |
| TOTAL | 1.746,6 | 100,0% |

Fontes: Siafi / MPOG

* Dutos de gás/petróleo, escoamento de álcool, estocagem subterrânea de gás, etc.

Agrava o quadro observar que nos últimos 15 anos, dos investimentos gerados com recursos do Orçamento Geral da União e do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais, 49,6% ocorreu na subfunção “Petróleo/Combustíveis Minerais” e 3,3% na subfunção “Transportes Especiais”, conforme demonstra o quadro ao lado.

Assim sendo, 53% dos investimentos da União e das Estatais, de 2001 a 2015, estiveram diretamente relacionados às atividades da Petrobras, empresa que atravessa notórias dificuldades estruturais e conjunturais.

Em 2015, após a posse da atual diretoria, a Petrobras decidiu cortar os investimentos. Em fevereiro de 2015, o plano apresentado durante o primeiro mandato da presidente Dilma foi reduzido em 41% (de US\$ 220,6 bilhões para US\$ 130,3 bilhões). Em outubro de 2015, novo corte de 20% na soma de investimentos do biênio 2015-2016. No início de 2016 foi anunciado o terceiro corte, com redução de 24,5% dos investimentos no Plano de Negócios 2015- 2019, de US\$ 130,3 bilhões para US\$ 98,4 bilhões. Paralelamente, a dívida da empresa atingiu a US\$ 127,5 bilhões no final de 2015, sendo uma das maiores dívidas corporativas do mundo. O prejuízo da Petrobras em 2015 chegou a R\$ 34,8 bilhões. O resultado reflete a alta do dólar e a queda abrupta da cotação internacional do petróleo.

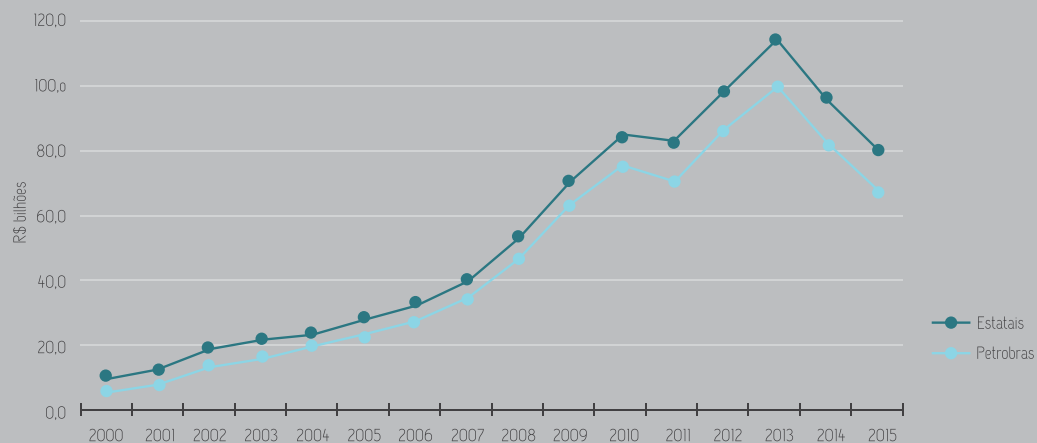
Em se considerando os investimentos das empresas estatais aprovados no Congresso Nacional, os dispêndios realizados em 2015 (R\$ 80,2 bilhões) são os menores dos últimos 6 anos, mesmo em valores nominais.

Em decorrência da situação atual, não é crível a possibilidade de ampliação dos investimentos das empresas estatais relacionados ao PAC.

No que diz respeito ao Orçamento da União, os investimentos também estão em queda. O valor efetivamente aplicado em 2015, com recursos do orçamento anual acrescidos dos restos a pagar pagos, somou R\$ 39,1 bilhões. Este montante é o menor dos últimos seis anos, mesmo em valores correntes. Se a comparação for realizada em valores constantes, atualizados pelo IPCA, os investimentos da União em 2015 são os menores desde 2008.

Outra fonte de recursos para o PAC são as contrapartidas de estados e municípios. Apesar da expectativa de que seja aprovado o projeto que alonga em 20 anos o prazo para os estados, capitais e grandes

INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS E PETROBRAS Valores Correntes



Fonte: SIAFI

INVESTIMENTOS DA UNIÃO Janeiro/Dezembro



Fonte: SIAFI

municípios pagarem as dívidas para com a União, a situação das finanças desses entes da federação é crítica. Levantamento divulgado pelo Senado, com base em informações do Banco Central e do IBGE, mostra que quatro dos maiores estados brasileiros são responsáveis por 83% da dívida. São eles: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Ademais, a maioria dos estados compromete parcela significativa da Receita Corrente Líquida (RCL) com as despesas de pessoal. Ainda que alguns estados estejam aparentemente respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), na realidade os indicadores estão distorcidos pois a RCL está inflada com receitas não recorrentes, conforme demonstrou estudo do economista Raul Velloso.

Os municípios também sofrem com a recessão econômica. Cerca de 60% dos municípios brasileiros tem no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) a sua principal receita. Em aproximadamente 70% dos municípios o FPM e o ICMS são responsáveis por mais de 60% das receitas.

Nesse contexto, com a arrecadação em queda e conseqüentemente menores repasses para os municípios, não há perspectiva de reaquecimento do PAC por meio das contrapartidas estaduais e municipais.

As empresas estaduais também apresentam dificuldades, como é o caso da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) que em 2015 teve lucro 40,6% menor do que em 2014 e como consequência cortou os investimentos pela metade em 2016. O presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE), Guilherme Azevedo, afirma que "é necessário melhorar a estrutura operacional, qualificar os profissionais dessas empresas e ampliar o investimento no setor. Uma das ações desejadas é a criação de linha de crédito para o aprimoramento das operações.

Para tentar reverter o pessimismo generalizado gerado pelo indicadores econômicos, o governo pretende lançar "nova" versão do PAC, cuja gestão voltou à Casa Civil e ficará sob o comando do ministro Luiz Inácio Lula da Silva. A transferência do PAC para a Casa Civil denota a intenção do governo de explorar politicamente as realizações do programa, como forma de facilitar a candidatura do ex-presidente em 2018. Nesse sentido, já foram citadas medidas que poderão reaquecer o programa, como a ampliação dos

financiamentos para a construção civil, setor que uma vez estimulado reage com rapidez e absorve elevado contingente de mão de obra.

Em 2015, a construção civil foi o setor que mais eliminou postos de trabalhos, com cerca de 500 mil demissões. Assim, a terceira fase do Minha Casa, Minha Vida será um dos maiores objetivos do novo PAC, razão pela qual o Ministério das Cidades será o melhor contemplado.

O Ministério dos Transportes, por sua vez, terá o encargo de prosseguir na construção das Ferrovias Norte-Sul e a Integração Oeste-Leste. Os Ministérios da Defesa e da Integração Nacional também serão priorizados, juntamente com a Educação e a Secretaria de Aviação Civil.

A opção por aquecer a construção civil faz sentido. O setor representa mais de 5% do PIB brasileiro. Se incluirmos a produção de material de construção o segmento responde por mais de 11% do PIB. Por outro lado, o setor é sensível à taxa de juros, renda e emprego e dependente de financiamento de longo prazo e da política habitacional do governo.

O propósito de reativar o PAC por meio da construção civil não será alcançado com facilidade. Conforme dados divulgados em março de 2016 pelo IBGE, o PIB da construção civil apresentou retração de 7,6% em 2015, a maior dos últimos

12 anos. Paralelamente, o cenário para o mercado imobiliário continua desafiador em 2016. Segundo dados informados por empresas do setor, no trimestre encerrado em janeiro de 2016, foi registrada queda de 14,8% nos lançamentos frente ao mesmo período de 2015. Os indicadores de vendas (-16,6%) e, principalmente, entregas (-39,2%) também recuaram na mesma base de comparação.

O eventual aumento da oferta de crédito e a redução de juros não impactaria de forma relevante na expansão do consumo. O nível de endividamento das famílias brasileiras é de aproximadamente 46% da renda anual, ante 18% em 2005. As medidas para impulsionar o crédito não têm tido o resultado esperado. Dos R\$ 83 bilhões anunciados em janeiro de 2016 para reaquecer a economia, com recursos do FGTS e de bancos públicos, até o momento apenas 2,7% foram efetivamente desembolsados. As

peças físicas estão com receio do desemprego e as empresas inseguras com o rumo da economia.

Como os índices de confiança da indústria, comércio e serviços na economia brasileira continuam nos menores patamares da série histórica da Fundação Getúlio Vargas (FGV) não há também perspectivas de recuperação rápida do investimento privado.

CONCESSÕES E NOVAS FONTES DE RECURSOS

Em qualquer dos cenários políticos cogitados, as concessões serão um instrumento para a ampliação dos investimentos. No texto divulgado pela Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB, sob o título “Uma ponte para o futuro”, consta:

“Executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência”.

Apesar das dificuldades históricas, ideológicas e operacionais, para o governo concretizar e agilizar as concessões de ampla malha de rodovias, ferrovias, aeroportos e de projetos de mobilidade urbana, esse ainda é o caminho mais viável, ou menos difícil, para o país conseguir aprimorar a infraestrutura e elevar a taxa de investimento. Com a redução drástica dos investimentos da União e das estatais, já demonstrada neste estudo, o Programa de Investimentos em Logística (PIL), associado ao PAC, torna-se uma estratégia importante para a retomada do crescimento e dos investimentos. Em 2016, inevitavelmente, o Brasil sofrerá com mais um ano de forte recessão. Mas, caso a crise política seja solucionada e aumente a confiança dos empresários, há expectativa de que seja possível, por meio das concessões, iniciar-se a reversão dessa tendência a partir de 2017, com maiores investimentos em infraestrutura.

No segmento rodoviário, o programa de concessões de serviços e obras públicas no Brasil completou 20 anos em 2015. O ponto de partida da associação de interesses públicos e privados na operação de rodovias foi a assinatura do primeiro contrato de concessão, da ponte Rio-Niterói, em 1995.

Ao longo desses 20 anos cresceu a consciência dos administradores públicos e da própria sociedade brasileira de que as concessões geram volumes relevantes de investimentos para a modernização do País, sobretudo quando dificuldades econômicas limitam a capacidade do Estado para investir.

Em 2016, o Ministério do Planejamento prevê leiloar 8 trechos de rodovias, 4 trechos de ferrovias, 4 aeroportos, além de 5 áreas em portos. Ainda não há, entretanto, nenhuma data de leilão confirmada. Veja no fim deste texto a lista de projetos.

Os projetos fazem parte do pacote de novas concessões com previsão de investimentos de R\$ 198,4 bilhões, anunciado em junho passado – mas que ainda não foi concretizado. Dos mais de 30 projetos da nova fase do chamado Programa de Investimento em Logística (PIL), apenas dois foram a leilão.

Das novas concessões anunciadas, a única viabilizada em 2015 foi a do arrendamento de 3 áreas no Porto de Santos, com previsão de investimentos de R\$ 600 milhões. Fora esse, o único leilão no âmbito de infraestrutura e logística realizado no ano passado foi o da relicitação da Ponte Rio-Niterói, ocorrido em março/2015, antes do anúncio do pacote, com previsão de investimentos de R\$ 810 milhões nos próximos 5 anos. A previsão inicial era que fossem realizados, somente na área de rodovias, 5 leilões em 2015 e 11 em 2016.

Na nova projeção, as 21 concessões previstas para o ano irão proporcionar, segundo o governo, investimentos de R\$ 69,4 bilhões ao longo do período de concessão, sendo a maior parte dos recursos em obras de ampliação e modernização de rodovias e ferrovias.

AEROPORTOS

O pacote de leilões previstos para 2016 inclui as concessões dos aeroportos Salgado Filho, em Porto Alegre (RS); Deputado Luís Eduardo Magalhães, em Salvador (BA); Hercílio Luz, em Florianópolis (SC); e Pinto Martins, em Fortaleza, com previsão de investimentos de R\$ 6,92 bilhões. A novidade é que nesses leilões a Infraero não deverá ter mais participação acionária. A estimativa é que a privatização dos 4 aeroportos rendam cerca de R\$ 3 bilhões para o caixa do governo a título de bônus de outorga.

FERROVIAS

A fatia do pacote que gera mais dúvidas é a que envolve ferrovias, que ainda não teve o novo modelo de concessão testado em leilões. A área tem sido anunciada como prioridade desde 2014, mas tem sido alvo de questionamentos tanto de investidores como do próprio Tribunal de Contas da União (TCU).

RODOVIAS E PORTOS

Os leilões de rodovias têm sido os mais frequentes na área de logística. Desde o anúncio da primeira fase do PIL, em agosto de 2012, já foram realizados 7. O último, conforme já mencionado, foi o da renovação da concessão da Ponte Rio- Niterói, arrematado pela Ecorodovias, em março de 2015. Pelo modelo em vigor, vence a concessão a empresa que oferece a menor tarifa de pedágio, sem pagamento de bônus de outorga ao governo. O governo ainda não confirmou, porém, se o modelo será mantido nos 8 trechos previstos para o ano.

Mesmo considerando a difícil situação econômica, analistas entendem que há demanda para essas concessões. A questão, porém, é o governo dar um sinal inequívoco sobre essa prioridade e estabilizar as regras.

Estudo da GO Associados mostra que os R\$ 69,4 bilhões em investimentos nas 21 concessões que o governo pretende realizar em 2016 tem

potencial de injetar R\$ 212 bilhões no PIB (Produto Interno Bruto), considerando o efeito multiplicador do investimento em toda a cadeia da economia. Ou seja, um montante até 3 vezes maior.

A consultoria estima que, ao longo de 3 anos, os investimentos previstos nessas concessões podem aumentar a massa salarial em R\$ 36 bilhões e em R\$ 13,9 bilhões a arrecadação de impostos, além de criar mais de 4 milhões de empregos diretos e indiretos.

“O investimento em infraestrutura tem um impacto particularmente importante, porque movimenta uma série de segmentos altamente intensivos em mão de obra e que têm forte efeito de encadeamento e de geração de renda. Sem dúvida, as oportunidades são muito boas. Não existe no mundo uma outra fronteira de expansão de infraestrutura tão boa quanto a do Brasil, que tem uma demanda reprimida cavalgar”, afirma o economista Gesner Oliveira, sócio da GO Associados, que lembra, ainda, que a desvalorização do real deixou o Brasil barato para investidores estrangeiros.

AS DIFICULDADES PARA O DESLANCHAR DAS CONCESSÕES

A utilização do capital privado como instrumento para acelerar o desenvolvimento da infraestrutura brasileira deixou de ser uma discussão ideológica e passou a integrar as políticas de Estado. O modelo, contudo, precisa ser definitivamente aprimorado, sobretudo quanto ao marco regulatório, de forma a consolidar ambiente de previsibilidade para os investimentos. Só assim haverá mais segurança nos processos, o que certamente irá atrair novos investidores. Nesse sentido, é cogitada no Senado a análise de proposta que impeça o governo de desrespeitar acordos celebrados com pessoas físicas e jurídicas, a chamada “PEC dos Contratos”.

As condições menos favoráveis de financiamentos em face à recessão e às dificuldades por que passam diversas empresas de grande porte envolvidas na Lava Jato - as quais costumam integrar consórcios nos leilões - também são óbices naturais para o deslanchar das concessões.

O Grupo CCR, por exemplo, um dos maiores no ramo de concessão de infraestrutura no mundo, atua no Brasil em setores como aeroportos, rodovias, mobilidade urbana e serviços, por meio de 22 empresas aqui constituídas, tendo como acionistas os grupos Soares Penido (17,22%), Camargo Correa (17%) e Andrade Gutierrez (17%), os dois últimos envolvidos nas investigações da Lava Jato. Há ainda 48,78% do total de ações que são negociadas no Novo Mercado da BM&F Bovespa.

No caso do grupo Odebrecht, a intenção da Odebrecht Transport, é reforçar o caixa e buscar um sócio para a empresa de rodovias, que detém a concessão de 1.700 km. Todas as outras unidades de negócios têm sócios. Em mobilidade, a parceira é a Mitsui; em portos, a DPW; e em aeroportos, a Changi. Em rodovias, apesar de potenciais investidores, não há negociação concluída.

O fato é que, diante do atual cenário, a Odebrecht Transport quer focar seus negócios nas concessões. Para isso, tem avaliado ativos não estratégicos para se desfazer. O primeiro deles foi a ConectCar - empresa de pagamento de pedágio, estacionamento e combustíveis - vendida no ano passado para o Itaú Unibanco. A companhia embolsou R\$ 150 milhões com o negócio.

Diante, porém, das investigações da Lava Jato, é cabível cogitar se as empresas envolvidas estariam em condições, legais e financeiras, de participar de novos leilões, bem como se outros grupos teriam interesse em se associar a essas empreiteiras, com suas imagens tão comprometidas em decorrência das apurações em curso.

Além desses aspectos, há que se considerar os rebaixamentos que o país sofreu por parte das agências de risco, fator levado em conta por investidores internacionais.

NOVAS FONTES DE RECURSOS

É ilusão imaginar que com o impeachment da presidente Dilma Rousseff os problemas brasileiros serão todos resolvidos rapidamente. Há inúmeros entraves estruturais, sobretudo na área fiscal. A situação das contas públicas é extremamente grave. A LDO previa superávit primário de R\$ 30,6 bilhões para o setor público, sendo R\$ 24 bilhões para o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central), e R\$ 6,6 bilhões para estados e municípios. Para o governo, o ajuste fiscal se dará pelo aumento da receita. O quadro a seguir mostra os parâmetros que orientaram o Projeto de Lei que altera a meta fiscal desse ano.

Conforme o projeto enviado pelo governo ao Congresso Nacional, a meta será reduzida para R\$ 2,8 bilhões, com abatimento de até R\$ 99,5 bilhões em decorrência de frustração de receitas e investimentos prioritários. Assim, o déficit primário do governo central poderá chegar a 1,56% do PIB previsto para 2016. Adicione-se ao rombo os efeitos da renegociação das dívidas com os estados, o que poderá fazer o déficit ultrapassar a R\$ 100 bilhões neste ano.

Nesse cenário, sem a revisão das despesas obrigatórias, que representam cerca de 10% das despesas primárias, não há como promover o equilíbrio das contas públicas, sobretudo em momentos de recessão econômica, com a arrecadação em queda. O ajuste por meio do aumento dos impostos é rejeitado pela sociedade, e dificilmente será aprovado no Congresso em ano de eleições municipais no grave quadro político atual.

O fundamental, entretanto, é que existam condições políticas para a discussão de temas como, créditos subsidiados abundantes, renúncias/incentivos fiscais seletivos, aposentadorias em média aos 54 anos de idade, aposentadorias com salário integral para funcionários públicos estatutários, valorização real do salário mínimo, critérios para aposentadorias especiais (inclusive dos militares), pensões por morte, entre outros. Até mesmo os programas sociais precisam ser revistos em se considerando a relação custo benefício.

Urge, portanto, o Poder Executivo enfrentar essas questões junto ao Congresso Nacional. No entanto, é preciso que existam condições políticas para tal.

Meta Fiscal - Trajetória estimada para a dívida do setor público - em % do PIB

| | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|-------|-------|-------|
| Superávit primário do setor público consolidado | 0,15% | 1,3% | 2% |
| Dívida Líquida | 39% | 40% | 39,5% |
| Dívida Bruta | 71% | 72,5% | 71,3% |
| Déficit Nominal | 6,8% | 4,1% | 1,9% |

Parâmetros considerados pelo governo

| | 2016 | 2017 | 2018 |
|----------|--------|--------|-------|
| PIB | -3,1% | 1% | 2,9% |
| Selic | 14,25% | 12,75% | 11,5% |
| Inflação | 7,44% | 6% | 5,44% |

Fonte: Projeto encaminhado pelo governo federal para alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 201





CONHEÇA OUTRAS
PUBLICAÇÕES CBIC

CONHEÇA OUTRAS PUBLICAÇÕES CBIC

Acesse o site da CBIC (www.cbic.org.br/publicacoes) e baixe os livros gratuitamente.

INFRAESTRUTURA (OBRAS PÚBLICAS E CONCESSÕES)



PPPs e Concessões - Propostas para Ampliar a Participação de Empresas (2ª Edição)
Ano: 2016



PPPs e Concessões - Guia sobre Aspectos Jurídicos e Regulatórios
Ano: 2016



PPPs e Concessões - Propostas para Ampliar a Aplicação em Estados e Municípios
Ano: 2016



PPPs e Concessões - Guia para Organização de Empresas em Consórcios
Ano: 2016



PAC - Radiografia dos Resultados 2007 a 2015
Ano: 2016



PAC - Avaliação do Potencial de Impacto Econômico
Ano: 2016



Ciclo de Eventos Regionais Concessões e PPPs - Volumes I e II
Ano: 2015/2016



Um Debate Sobre Financiamento de Longo Prazo para Infraestrutura
Ano: 2016



Investimento em Infraestrutura e Recuperação da Economia
Ano: 2015



Diálogos CBIC | TCU Contribuição da CBIC para o Manual "Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas"
Ano: 2014



Report International Meeting Infrastructure and PPPs
Ano: 2015



Propostas para Reforma da Lei de Licitações
Ano: 2015

RESPONSABILIDADE SOCIAL E EMPRESARIAL



Guia de Ética e Compliance para Instituições e Empresas do Setor da Construção
Ano: 2016



Código de Conduta Concorrencial
Ano: 2016



Plataforma Liderança Sustentável
Ano: 2016
cbic.org.br/liderancasustentavel

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



Manual de Implantação do Conselho de Desenvolvimento da Cidade
Ano: 2014



Guia de Compra Responsável na Construção
Ano: 2015



Mapeamento de Incentivos Econômicos para construção Sustentável
Ano: 2015



Guia de Orientação para Licenciamento Ambiental
Ano: 2015

RELAÇÕES TRABALHISTAS



Guia Contrate Certo - Guia para a Contratação de Empreiteiros e Subempreiteiros na Construção Civil
Ano: 2014



Guia Orientativo de Áreas de Vivência
Ano: 2015



Guia Orientativo de Segurança
Ano: 2015



Guia Orientativo de Incentivo à Formalidade
Ano: 2016

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



Coletânea Implementação do BIM - Volumes I a V
Ano: 2016



Guia Orientativo para Atendimento à Norma NBR 15.575/2013
Ano: 2013



Boas Práticas para Entrega do Empreendimento Desde a sua Concepção
Ano: 2016



Catálogo de Inovação na Construção Civil
Ano: 2016



Catálogo de Normas Técnicas Edificações
Ano: 2016



Análise dos Critérios de Atendimento à Norma de Desempenho ABNT NBR 15.575
Ano: 2016



Guia Nacional para a Elaboração do Manual de Uso, Operação e Manutenção das Edificações
Ano: 2014

MERCADO IMOBILIÁRIO



Perenidade dos Programas Habitacionais - PMCMV: Sua Importância e Impactos de uma Eventual Descontinuidade
Ano: 2016



Melhorias no Sistema de Crédito Imobiliário - O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e o Crédito Habitacional
Ano: 2015



O Custo da Burocracia no Imóvel
Ano: 2014





correalização



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria

realização



correalização



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria

realização

